



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Fevereiro de 2021

SEGUNDA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO, PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO — COMUNICADO DE IMPRENSA, RELATÓRIO DO CORPO TÉCNICO E DECLARAÇÃO DO ADMINISTRADOR PARA A REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

No contexto da Segunda Avaliação no Âmbito da Facilidade de Crédito Alargado, Pedido de Dispensa do Cumprimento de Critério de Desempenho, Pedido de Modificação de Critério de Desempenho e Avaliação das Garantias de Financiamento, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de Imprensa**, que inclui uma declaração do Presidente do Conselho de Administração.
- **Relatório do Corpo Técnico** elaborado por uma equipa de especialistas do FMI para a consideração do Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2021, após as discussões concluídas em 23 de novembro de 2020 com as autoridades da República Democrática de São Tomé e Príncipe sobre a evolução da economia e as políticas económicas que alicerçam o acordo com o FMI ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado. O relatório do corpo técnico foi finalizado em 23 de dezembro de 2020, com base na informação disponível à altura das discussões.
- **Anexo Informativo** elaborado pelo corpo técnico do FMI.
- **Análise de Sustentabilidade da Dívida** elaborada pelos corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.
- **Declaração do Corpo Técnico** com informações atualizadas sobre a evolução recente da economia.
- **Declaração do Administrador** para a República Democrática de São Tomé e Príncipe.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações suscetíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções de política das autoridades nos relatórios do corpo técnico e outros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contato com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telefone: +1 202 623-7430 • Fax: +1 202 623-7201
E-mail: publications@imf.org Web: <http://www.imf.org>
Preço unitário: USD 18,00

Fundo Monetário Internacional
Washington, DC



Conselho de Administração do FMI completa segunda avaliação da Linha de Crédito Alargado para a República Democrática de São Tomé e Príncipe

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

- A decisão do Conselho de Administração do FMI possibilita um desembolso imediato de cerca de 2,73 milhões de USD para São Tomé e Príncipe a fim de ajudar a atender às necessidades de financiamento do país, apoiar as despesas sociais e a recuperação após a pandemia.
- As ações das autoridades e o apoio financeiro internacional sem precedentes estão a ajudar o país a fazer face à situação de emergência, mas subsistem importantes desafios económicos.
- O acordo da ECF continua a apoiar os esforços do governo para restaurar a estabilidade macroeconómica, reduzir a vulnerabilidade da dívida e criar as bases para um crescimento mais robusto e inclusivo.

Washington, DC – 26 de fevereiro de 2021: O Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu hoje a segunda avaliação da Linha de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) para São Tomé e Príncipe. A decisão do Conselho de Administração permite o desembolso imediato de 1,90 milhões de DSE (aproximadamente 2,73 milhões de USD). Tal eleva os desembolsos totais para São Tomé e Príncipe ao abrigo do programa a 7,19 milhões de DSE (aproximadamente 10,34 milhões de USD).

O acordo da ECF com São Tomé e Príncipe, com uma duração de 40 meses, foi aprovado a 2 de outubro de 2019 no valor de 13,32 milhões de DSE (cerca de 18,15 milhões de USD ou 90% da quota do país) (ver [Comunicado de Imprensa n.º 19/363](#)). O programa visa apoiar a agenda de reformas económicas do governo a fim de restaurar a estabilidade macroeconómica, reduzir a vulnerabilidade da dívida, aliviar as pressões sobre a balança de pagamentos e criar as bases para um crescimento mais robusto e inclusivo.

A primeira avaliação foi concluída em julho de 2020, com um desembolso aproximado de 2,67 milhões de USD e, ao mesmo tempo, o Conselho de Administração do FMI aprovou um aumento do acordo da ECF no valor de 2,08 milhões de USD (ver [Comunicado de Imprensa n.º 20/272](#)). Em abril de 2020, o Conselho de Administração também aprovou 12 milhões de USD em financiamento de emergência para São Tomé e Príncipe ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF, na sigla em inglês) e o alívio do serviço da dívida ao FMI ao abrigo do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes do FMI (CCRT, na sigla em inglês) para satisfazer as necessidades de financiamento externo resultantes da pandemia da COVID-19 (ver [Comunicado de Imprensa n.º 20/179](#)).

A pandemia continua a afetar seriamente a economia de São Tomé e Príncipe, exacerbando os desequilíbrios externos e orçamentais. A paralisação completa do turismo internacional e a queda acentuada nas remessas do estrangeiro agravaram as necessidades de financiamento externo. Embora o surto pareça ter sido controlado, as medidas de contenção e a fraca procura externa resultaram numa recessão profunda e aumentaram as necessidades de financiamento orçamental num contexto já marcado por um elevado nível da dívida pública.

As ações das autoridades e o apoio financeiro internacional sem precedentes estão a ajudar o país a fazer face à situação de emergência, mas subsistem importantes desafios económicos. As autoridades reforçaram os serviços de saúde e prestaram assistência às famílias vulneráveis. Contudo, embora sustentável, a dívida pública, que já se encontrava em níveis elevados, subiu ainda mais. Os problemas do setor energético continuam a gerar dívida e a prejudicar o crescimento. As balanças e os amortecedores externos permanecem sob pressão. Além disso, nos últimos anos, o crescimento tem sido insuficiente para reduzir a pobreza e satisfazer as necessidades de uma população crescente e jovem.

No seguimento da reunião do Conselho de Administração sobre São Tomé e Príncipe, Tao Zhang, Vice-Diretor Geral e Presidente Interino emitiu a seguinte declaração:

“A rápida resposta das autoridades são-tomenses à pandemia, apoiada pelo financiamento de emergência do FMI, por este acordo da ECF e por outra assistência internacional sem precedentes, ajudou o país a fazer face ao impacto inicial da pandemia.

Embora a crise da Covid-19 tenha afetado negativamente o desempenho do programa na primeira metade do ano, as autoridades adotaram medidas corretivas adequadas e as informações preliminares sobre a execução no final de 2020 são animadoras. Além disso, as autoridades continuam empenhadas na melhoria da transparência orçamental e da gestão das finanças públicas e começaram a publicar os contratos públicos de grande dimensão e os relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19.

O orçamento de 2021 concentra-se, e bem, em atender às necessidades sociais e económicas imediatas, apoiar a recuperação económica incipiente e iniciar a consolidação orçamental gradual que é necessária para preservar a sustentabilidade da dívida e os amortecedores externos. Neste contexto, será crucial que as autoridades cumpram o compromisso para introduzir o IVA em 2021 e conter as dinâmicas da despesa no futuro, especialmente os gastos com pessoal. A aceleração das reformas do setor energético também deverá contribuir para reduzir as pressões cambiais e sobre a dívida ao longo do tempo, reforçar a segurança energética e apoiar o crescimento a longo prazo.

A política monetária deverá continuar a apoiar a indexação da taxa de câmbio e a recuperação incipiente, incluindo mediante uma gestão ativa da liquidez. É ainda importante prosseguir as reformas do setor financeiro, como o reforço da capacidade do banco central para monitorizar e gerir as vulnerabilidades e os riscos do setor bancário, resolver o crédito malparado histórico e implementar as recomendações da avaliação de salvaguardas.

A promoção de um crescimento mais resiliente e inclusivo é essencial para avançar com o processo de desenvolvimento do país. É urgente implementar reformas estruturais alargadas para facilitar o investimento privado e desenvolver o setor do turismo, tais como modernizar o sistema de pagamentos nacional, tomar medidas para retirar o país da Lista de Segurança Aérea da UE e executar os projetos de infraestruturas e adaptação climática previstos.”



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

SEGUNDA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSA DO CUMPRIMENTO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO, PEDIDO DE MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIOS DE DESEMPENHO E AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO

SUMÁRIO EXECUTIVO

Contexto. A pandemia da COVID-19 está a afetar gravemente a economia de São Tomé e Príncipe, exacerbando os desequilíbrios orçamentais e externos. A atividade turística e as remessas externas caíram acentuadamente, enquanto as medidas de confinamento agravaram ainda mais a recessão. A ação rápida das autoridades e o apoio financeiro internacional sem precedentes estão a ajudar o país a fazer face à situação de emergência. A economia começou a reabrir em setembro/outubro, mas as perspetivas para 2021 continuam a ser difíceis e sujeitas a incertezas significativas.

Desempenho do programa. A meta de défice orçamental para o fim de junho, a qual foi fixada antes da pandemia, não foi cumprida devido ao impacto da Covid-19 e à derrapagem das despesas salariais no início do ano; vários indicadores de referência estruturais sofreram atrasos. Contudo, o país está no bom caminho para cumprir as metas quantitativas revistas para o final de 2020. A dívida pública de São Tomé e Príncipe continua a ser sustentável. O país ainda enfrenta o risco de sobre-endividamento e a sua capacidade de assumir dívidas foi recentemente rebaixada de média para fraca, o que põe em relevo os riscos para a sustentabilidade da dívida.

Temas de discussão. As discussões centraram-se na abordagem das prioridades sociais, em simultâneo à retoma gradual da consolidação orçamental e redução da vulnerabilidade da dívida, mitigação das pressões sobre as contas externas, salvaguarda da estabilidade financeira e estímulo ao crescimento mais inclusivo e sustentável.

Recomendação. À luz das circunstâncias excecionais provocadas pela pandemia, e tendo em conta as ações decisivas das autoridades para cumprir as metas do programa para o final de 2020 e os compromissos do país no futuro próximo, o corpo técnico recomenda a conclusão da segunda avaliação e a aprovação do pedido de dispensa.

Aprovado por
David Owen (AFR) e
Kevin Fletcher (SPR)

As discussões sobre a segunda avaliação do programa económico apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado do FMI foram realizadas à distância no período de 13 a 23 de novembro de 2020. A equipa da missão foi formada por Geremia Palomba (chefe), Lisa Kolovich, Tara Iyer e Gabriel Srouf (todos do AFR) e Felipe Bardella (FAD). Torsten Wezel (MCM) e Kelvio Carvalho da Silveira (OED) participaram das discussões. Weronika Synak e Vicky Pilouzeou prestaram apoio investigativo e editorial para a preparação deste relatório.

ÍNDICE

CONTEXTO	4
IMPACTO DA COVID-19 E UMA RECUPERAÇÃO INCIPIENTE	5
DESEMPENHO DO PROGRAMA	7
PERSPETIVAS E RISCOS	9
DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS	11
A. Apoiar a recuperação e restaurar a sustentabilidade das finanças públicas	11
B. Apoiar a paridade cambial e preservar a estabilidade financeira	15
C. Acelerar as reformas estruturais em prol do crescimento sustentável e inclusivo	18
MODALIDADES DO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS	19
AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO	21
FIGURAS	
1. Uma economia duramente atingida pela pandemia de Covid-19	25
2. A incerteza económica afetou o setor bancário	26
3. Efeitos macroeconómicos da pandemia de Covid-19	27
4. Um setor energético insustentável	28
5. Entraves estruturais ao crescimento sustentável e inclusivo	29
TABELAS	
1. Indicadores Económicos Seleccionados, 2016–25	30
2a. Operações Financeiras do Governo Central, 2016–25 (Em milhões de novas dobras)	31
2b. Operações Financeiras do Governo Central, 2016–25 (Em % do PIB)	32
3a. Balança de Pagamentos, 2016–25 (Em milhões de USD)	33
3b. Balança de Pagamentos, 2016–25 (Em % do PIB)	34

4. Síntese das Contas do Banco Central, 2016–25	35
5. Síntese Monetária, 2016–23	36
6. Indicadores de Solidez Financeira, 2016–2020	37
7. Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2020–24	38
8. Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2020–34	39
9. Calendário Proposto de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2019–22	40

ANEXO

I. Agenda de Reformas do Setor Energético	41
---	----

APÊNDICES

I. Carta de Intenções	42
Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras Complementar para 2020–22	45
Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento	72

CONTEXTO

1. A pandemia da Covid-19 está a afetar seriamente a economia de São Tomé e Príncipe, agravando as vulnerabilidades já existentes do país. Um pequeno estado insular frágil e de economia aberta, São Tomé e Príncipe foi profundamente afetado pela paralisação completa do turismo internacional e pela queda acentuada das remessas estrangeiras, o que exacerbou os desequilíbrios externos. O confinamento nacional para conter a propagação do vírus reduziu ainda mais a procura interna. As medidas de contenção e o declínio da procura externa resultaram numa profunda recessão, na deterioração dos saldos externos e no aumento das necessidades de financiamento orçamental, em meio à pobreza generalizada e uma dívida pública já elevada.¹

2. A ação rápida das autoridades e o apoio financeiro internacional sem precedentes estão a ajudar o país a fazer face à situação de emergência. A resposta das autoridades

concentrou-se na melhoria da capacidade do sistema de saúde, no alargamento dos programas existentes de transferências monetárias para as famílias vulneráveis e no apoio às empresas (na forma de incentivos à retenção dos trabalhadores), a um custo total de cerca de 3% do PIB. Em razão do espaço orçamental limitado, as autoridades aumentaram os impostos sobre os combustíveis, introduziram uma pequena contribuição solidária sobre os salários dos servidores públicos e redefiniram as prioridades de gastos para fazer face a uma parte das novas despesas. Entretanto,

São Tomé e Príncipe: Pacote de medidas orçamentais em resposta à Covid-19, 2020
(Em % do PIB)

Despesas de saúde	1,5
Programas sociais alargados	0,8
Subsídios de desemprego no setor formal	0,1
Apoio aos desempregados no setor informal	0,2
Contribuição para os salários dos trabalhadores	0,5
Total	3,1
Fontes: Autoridades nacionais e cálculos do corpo técnico do FMI.	

no contexto da paridade fixa com o euro, o banco central aumentou a cedência de liquidez ao setor bancário. O apoio financeiro sem precedentes concedido pelos parceiros de desenvolvimento ajudou a financiar as grandes necessidades de financiamento orçamental e externo do país.² Nesse contexto, em abril de 2020 o país recebeu assistência financeira de emergência do FMI (cerca de 12 milhões de USD, ou 3% do PIB) e em julho de 2020 concluiu a primeira avaliação no âmbito da Facilidade de Crédito Alargado (ECF), bem como um aumento desse acordo. A Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida (DSSI) e o Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) do FMI proporcionaram um alívio temporário adicional.³

¹ Até dezembro de 2020, o número médio de casos de Covid-19 havia caído para cerca de um por dia, e as autoridades tinham começado a reabrir progressivamente a economia.

² Espera-se que o apoio externo financie cerca de 11% do PIB em termos de necessidades orçamentais e 17% do PIB em termos das necessidades da balança de pagamentos.

³ As autoridades solicitaram e obtiveram o diferimento do serviço da dívida junto a outros credores oficiais bilaterais (nomeadamente, Portugal) como parte da iniciativa DSSI, e irão solicitar um novo diferimento do serviço da dívida em 2021, nos termos da prorrogação da DSSI.

3. A pandemia afetou negativamente o desempenho do programa, mas o país está no caminho certo para cumprir as metas revistas do programa para o final de 2020. A meta do défice orçamental para o final de junho, fixada antes da pandemia, não foi cumprida, assim como alguns indicadores de referência estruturais. Não obstante, as autoridades realizaram alguns progressos no cumprimento das normas de transparência orçamental. Em termos prospetivos, informações preliminares indicam que as autoridades estão no bom caminho para cumprir os critérios de desempenho quantitativos para o final de 2020 que foram fixados aquando da primeira avaliação já tendo em conta os efeitos da pandemia. A pandemia impactou também a capacidade de endividamento do país, que foi rebaixada de média para fraca.

IMPACTO DA COVID-19 E UMA RECUPERAÇÃO INCIPIENTE

4. As medidas de contenção e a diminuição da procura externa produziram uma grave recessão em 2020 e agravaram as vulnerabilidades externas, mas já começam a emergir sinais de recuperação. (Figura 1; Tabela 1)

- Após o abrandamento do crescimento do PIB em 2019 (1,3%), setores chaves da economia, como o turismo, os transportes e o comércio internacional, foram praticamente paralisados no início de 2020. Com a reabertura do país às viagens e ao comércio internacional, bem como o relaxamento das medidas de confinamento em julho, a economia começou a recuperar.⁴ Apesar dos sinais de uma recuperação incipiente, espera-se que em 2020 o PIB real sofra uma contração de cerca de 6,5%, uma vez que a retoma do turismo e das atividades de serviços será um processo gradual. Mesmo com a recessão, a inflação global subiu para 10,8% em setembro (face a 7,7% em 2019), em razão da subida dos preços dos alimentos.
- Tendo em conta a paralisação das viagens internacionais e a incipiente recuperação das importações, projeta-se que o défice em conta corrente ascenda a 17% do PIB no final de 2020 (face a 12,5% em 2019).⁵ Contudo, as reservas internacionais brutas aumentaram (64 milhões de USD em setembro de 2020) e espera-se que estabilizem em torno de 5,1 meses das importações projetadas (cerca de 65% da base monetária) até ao final do ano, uma vez que o apoio financeiro sem precedentes dos parceiros de desenvolvimento e os desembolsos ao abrigo da Facilidade de Crédito Rápido (RCF) e da ECF financiaram as necessidades externas do país.

5. Os gastos ligados à pandemia e as derrapagens nas despesas salariais elevaram o défice orçamental de 2020 (excluindo os donativos), e a dívida pública aumentou (Tabelas 2a-2b). Embora o pacote de medidas de política fiscal de 2019 tenha produzido um aumento maior do

⁴ Dados preliminares indicam que as importações começaram a recuperar no terceiro trimestre do ano.

⁵ É provável que isto resulte numa posição externa mais fraca do que sugerem os fundamentos económicos a médio prazo e as políticas desejáveis (Anexo I).

que o esperado nas receitas,⁶ o défice primário interno (DPI) no final de junho de 2020 subiu para 2,6% do PIB (ultrapassando a meta do programa fixada antes da pandemia) e projeta-se que ascenda a 5,3% do PIB até ao final de 2020 (face a 1,8% em 2019), em cumprimento da meta revista do programa para o final do ano, que tem em conta os gastos com a pandemia. O défice reflete em grande medida o aumento das despesas associadas à pandemia (3,5% do PIB em 2020) e os aumentos salariais não orçamentados concedidos no início do ano (1% do PIB em bases anuais).⁷ O défice é, em grande medida, financiado por meio de um aumento temporário dos donativos dos doadores. Contudo, espera-se que a dívida pública aumente para cerca de 103,5% do PIB, devido em grande parte à queda do PIB e aos prejuízos contínuos da empresa de serviços de utilidade pública, EMAE.

São Tomé e Príncipe: Desempenho orçamental em 2020				
(Em % do PIB)				
	2019	1.º sem. 2020	2020 1.ª aval.	2020 Proj.
Total da receita (excl. petróleo e pagamento à ENCO)	15,2	7,7	15,1	16,5
Receitas fiscais	12,6	6,6	12,9	14,5
Direitos aduaneiros	5,1	2,4	6,0	6,5
Outros impostos	7,5	4,2	6,9	8,0
Receitas não fiscais ¹	3,3	1,4	2,4	2,5
D/q: Receita do petróleo	0,8	0,3	0,0	0,3
Total da despesa primária interna	17,0	10,3	21,4	21,8
Despesas correntes	17,5	10,5	20,1	19,8
Despesas com pessoal	9,2	5,3	11,0	10,9
Juros devidos	0,7	0,3	0,7	0,5
Bens e serviços	2,5	1,6	2,9	2,8
Transferências	2,9	1,9	3,6	3,5
Outras despesas correntes ¹	2,2	1,3	2,0	2,0
Despesas de investimento financ. pelo Tesouro e HIPC	0,2	0,1	0,5	0,5
Despesa relacionadas com a Covid-19 fin. pelo Tesouro ²	1,5	2,0
Saldo primário interno³	-1,8	-2,6	-6,3	-5,3
<i>Meta do programa</i>	-2,1	-0,8	-6,3	-6,3
<i>Por memória:</i>				
Pagamento à ENCO	0,0	0,0	0,2	0,2

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Os resultados de 2019 foram superiores ao programado porque algumas entidades autónomas foram incorporadas às contas do Tesouro.

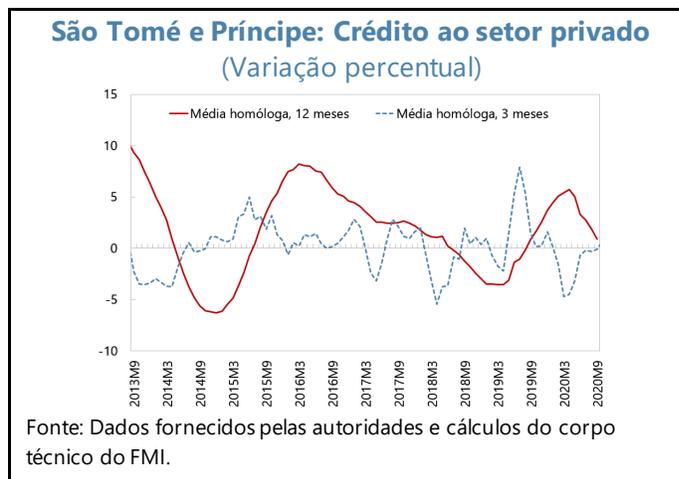
² As despesas relacionadas com a Covid-19 no primeiro semestre de 2020 já estão incluídas nas rubricas de outras despesas.

³ Exclui as receitas relacionadas com o petróleo e os pagamentos da dívida da ENCO, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados, despesas de investimento com financiamento externo e capitalização de organismos regionais, conforme a definição do Memorando Técnico de Entendimento.

⁶ O pacote de política fiscal de 2019 incluiu medidas como: o aumento do imposto de consumo sobre determinados produtos (por exemplo, bebidas alcoólicas e serviços de telecomunicações), a redução dos benefícios fiscais em sede de IRS, a manutenção dos preços de venda dos combustíveis em níveis elevados, e a introdução do e-Fatura. As receitas extraordinárias resultaram sobretudo do desempenho melhor do que o esperado dos impostos especiais, como sobre os combustíveis.

⁷ O saldo primário interno é definido como o saldo primário líquido dos donativos estrangeiros e das receitas relacionadas com o petróleo, e excluindo os projetos de investimento financiados com recursos externos. Os gastos ligados à Covid-19 e as despesas salariais não orçamentadas são reportados em bases anuais.

6. A profunda recessão e as condições macroeconómicas incertas começaram a afetar o setor bancário. O crescimento do crédito ao setor privado começou a abrandar em março de 2020, e em setembro de 2020 somava cerca de 0,1% (face a 5% no final de 2019).⁸ Tendo em conta a ampla liquidez, o abrandamento foi provocado, sobretudo, pelo enfraquecimento da demanda, conjugado à oferta limitada, em decorrência do aumento das incertezas económicas. A frágil conjuntura económica começou a afetar a qualidade dos ativos da banca, e no final de setembro o crédito malparado somava cerca de 34% do total de empréstimos (face a 26,75% em dezembro de 2019). Nesse contexto, foram concluídos os planos para a recapitalização de determinados bancos para abordar as deficiências de capital identificadas durante a avaliação da qualidade dos ativos (AQA) de 2019 (Figura 2).



DESEMPENHO DO PROGRAMA

7. As metas orçamentais relativas ao final de junho não foram cumpridas. O saldo primário interno ultrapassou em 134 milhões de dobras a meta do critério de desempenho, devido, em grande parte, aos gastos ligados à Covid-19, uma vez que as metas originais foram fixadas antes do início da pandemia, e às derrapagens das despesas salariais. Da mesma forma, a meta indicativa sobre as receitas não foi cumprida devido à pandemia, mas a regularização dos atrasados prosseguiu conforme planeado. Pela positiva, as reservas internacionais líquidas e o financiamento bancário líquido superaram as metas para o final de junho, como reflexo da entrada significativa de financiamento externo para fazer face à pandemia.

⁸ Dada a volatilidade das séries sobre o crédito, o crescimento do crédito se refere às médias em 12 meses.

São Tomé e Príncipe: Implementação do programa no final de junho de 2020
(Em milhões de novas dobras)

	Pedido do programa	Com ajustamentos	Result. prelim.	Ponto de situação
Critérios de desempenho				
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE)	76	-101	-235	Não cumprido
Teto da variação do financiamento interno líquido do governo central (à taxa de câmbio do programa)	40	28	-206	Cumprido
Piso das reservas internacionais líquidas do banco central (milhões de USD)	30	33	37	Cumprido
Teto da acumulação de novos atrasados de pagamentos externos do governo central (milhões de USD)	0	...	0	Cumprido
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD)	0	...	0	Cumprido
Compromisso de i) não introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais, ii) não introduzir ou impor restrições às importações, iii) não introduzir ou alterar práticas de taxas de câmbio múltiplas e iv) não firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VIII do Convénio Constitutivo do FMI				Cumprido
Metas indicativas				
Teto da variação dos novos atrasados de pgtos. internos do governo central	0		-64	Cumprido
Piso das despesas em favor dos pobres	310		330	Cumprido
Piso das receitas fiscais	654		591	Não cumprido
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento original superior a um ano pelo governo central ou pelo BCSTP (milhões de USD)	6		1	Cumprido

Fontes: Autoridades nacionais e cálculos do corpo técnico do FMI.

8. A despeito da pandemia, as autoridades estão no bom caminho para cumprir os critérios de desempenho para o final de 2020, embora o progresso nos indicadores de referência estruturais tenha sido por ora limitado. Os dados preliminares indicam que os critérios de desempenho quantitativos para o final de dezembro de 2020 estão ao alcance do país, mas os progressos nos indicadores de referência estruturais relativos às reformas têm sido desiguais. Os preços de venda dos combustíveis não foram alterados, gerando a receita necessária, e os relatórios sobre os gastos com a Covid-19 foram publicados até agosto de 2020, embora com algum atraso. Contudo, os contratos públicos, incluindo a informação sobre a propriedade das empresas, foram publicados apenas até julho, e a informação sobre os beneficiários efetivos era limitada (indicador de referência estrutural de 15 de novembro de 2020). Os indicadores de referência sobre o sistema informático do IVA e as reformas da EMAE, nomeadamente, a melhoria da gestão e a modernização dos sistemas de informação,⁹ foram adiados, e ainda não foi formulado um plano para retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia. Pela positiva, foi concluído o projeto da nova Lei Orgânica do BCSTP, mas a lei ainda não foi apresentada à Assembleia; prossegue a elaboração da Lei das Instituições Financeiras, a qual deve ser concluída no início de 2021.

⁹ Ver no Anexo III informações pormenorizadas sobre as reformas da EMAE.

São Tomé e Príncipe: Implementação dos indicadores de referência estruturais (Em dezembro de 2020)		
Objetivos e medidas de política	Prazo	Ponto de situação
Fortalecer as finanças públicas		
Implementar as principais medidas do Plano de Melhoria da Gestão e do Plano de Produção de Energia ao Menor Custo para a EMAE (MPEF §46).	Contínuo	Não cumprido
Emitir os termos de referência e definir o calendário para que o consultor contratado implemente o sistema de TI necessário para a introdução do IVA (nova medida proposta).	Fim de set. 2020	Não cumprido
Manter os atuais preços dos combustíveis no retalho, desde que os custos (incl. impostos e taxas) permaneçam em níveis inferiores aos preços, e elevar os preços caso os custos aumentem, em conformidade com o mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis, para evitar subsídios aos combustíveis.	Contínuo	Cumprido
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, n.º 2 do Artigo 29.º, n.º 1 do Artigo 44.º, n.º 1 do Artigo 70.º; ii) todos os contratos públicos celebrados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019) e incluindo as despesas relacionadas com a Covid-19, iii) a validação <i>ex post</i> da execução dos contratos – todos de i) a iii) devem ser publicados no prazo de duas semanas após os documentos estarem disponíveis – e iv) os relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19 no prazo de 45 dias (MPEF §22) (nova medida proposta).	Fim de agosto 2020	Não cumprido
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças informações sobre a propriedade efetiva das empresas a quem são adjudicados os contratos públicos (os mesmos contratos acima referidos).	15 de nov. 2020	Não cumprido
Reforçar a política monetária e a estabilidade financeira		
Apresentar à Assembleia da República a nova versão da Lei Orgânica do BCSTP para reforçar a autonomia e governação do banco central, bem com a versão revista da Lei das Instituições Financeiras, produzida em consulta com o corpo técnico do FMI (MPEF §35) (nova data proposta).	Final de 2020	Não cumprido
Facilitar as atividades comerciais		
Formular um plano para remover o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia (nova medida proposta).	Final de 2020	Não cumprido

Fontes: Autoridades nacionais e cálculos do corpo técnico do FMI.

PERSPETIVAS E RISCOS

9. As perspetivas são altamente dependentes do abrandamento da pandemia e da continuidade do ajustamento orçamental e da implementação das reformas estruturais.

Pressupondo uma recuperação progressiva a nível mundial e a suspensão das medidas de contenção internas no início de 2021, o crescimento do PIB real deverá recuperar para cerca de 3% em 2021 e atingir um máximo de 5% em 2022, antes de estabilizar em torno de 4-4,5% a médio prazo. A inflação deverá subir em 2021 após a adoção do IVA, vindo de seguida a abrandar devido à ancoragem cambial. Com a consolidação orçamental gradual, e o declínio dos gastos ligados à pandemia, o défice orçamental primário ficará basicamente equilibrado ao longo do tempo, e a dívida pública diminuirá, refletindo um diferencial positivo entre o crescimento e a taxa de juro (Anexo II).¹⁰ O ajustamento orçamental e o aumento progressivo das receitas do turismo contribuiriam para fortalecer o saldo em conta corrente e a margem de proteção das reservas internacionais no decorrer do tempo (Figura 3, Tabelas 3a-3b).

¹⁰ Espera-se que o declínio dos gastos ligados à pandemia contribua para a consolidação orçamental, especialmente em 2022.

São Tomé e Príncipe: Projeções macroeconómicas a médio prazo (cenário de base do programa)												
(Em % do PIB, salvo indicação em contrário)												
	2016	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025
					1.ª	Proj.	1.ª	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
					aval.		aval.					
PIB a preços constantes (variação percentual anual)	4,2	3,9	3,0	1,3	-6,5	-6,5	3,0	3,0	5,0	4,2	4,5	4,5
Crédito ao setor privado (variação percentual anual)	6,6	2,5	-1,6	3,2	0,1	1,1	2,7	4,6	5,6	5,2
Saldo orçamental global (base de compromissos)	-4,2	-2,7	-1,9	-0,1	-4,6	1,5	-3,7	-3,9	-1,2	-0,8	-0,5	-0,5
Total de receita, donativos e bônus de assin. do petróleo	28,2	24,9	24,1	22,5	24,6	28,2	22,7	21,5	24,4	24,4	24,2	24,0
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	32,4	27,6	26,0	22,5	29,2	26,7	26,4	25,4	25,6	25,2	24,7	24,4
Saldo primário interno ¹	-4,1	-2,4	-4,2	-1,8	-6,3	-5,3	-3,9	-3,9	-1,2	-0,6	-0,3	-0,1
Dívida pública ²	81	84	96	98	105	103	105	102	97	92	86	79
VAL da dívida pública						47,4		46,5	43,4	40,8	38,1	34,6
Saldo da conta corrente												
Incl. transferências oficiais	-6,1	-13,2	-12,3	-12,5	-17,0	-17,5	-11,9	-14,9	-9,2	-8,4	-8,2	-8,0
Excl. transferências oficiais	-20,0	-24,3	-21,0	-19,0	-26,3	-28,7	-18,6	-18,7	-15,0	-14,2	-13,6	-12,9
Reservas internacionais brutas ³												
Meses de importações ⁴	4,9	4,2	3,0	3,8	6,0	5,1	5,6	5,0	5,2	5,1	5,1	5,0

Fontes: Autoridades nacionais e cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ Exclui as receitas relacionadas com o petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

² Total da dívida pública e com garantia pública, conforme definido na ASD, a qual inclui a dívida da EMAE.

³ Exclui: a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP em cumprimento das RMC, pedidos de licenciamento e exigências de fundos próprios.

⁴ Exclui as importações de bens de investimento e a assistência técnica.

10. Embora a dívida pública continue a ser sustentável, os atrasados externos de longa data colocam o país em situação de sobre-endividamento. No cenário de base do programa, projeta-se que o valor atual (VA) do total da dívida pública e com garantia pública (PGP) fique abaixo dos limiares da análise de sustentabilidade da dívida (ASD) somente em 2025.¹¹ Contudo, avalia-se que a dívida pública seja sustentável, embora sujeita a riscos elevados e significativos, uma vez que o VA segue numa trajetória descendente em meio ao compromisso das autoridades com o prosseguimento da consolidação orçamental, a implementação das reformas planeadas do setor energético (incluindo a EMAE) e a contração de empréstimos externos somente em condições concessionais e a um ritmo moderado. Contudo, os atrasados soberanos pós-HIPC com os credores bilaterais, bem como os atrasados de pagamentos com credores privados, colocam o país numa situação de sobre-endividamento. As autoridades continuam ativamente envolvidas em negociações com Angola, o Brasil e a Guiné Equatorial para regularizar os atrasados externos pendentes (2,6% do PIB).¹² Relativamente aos atrasados externos de São Tomé e Príncipe junto a credores privados, as autoridades continuam a envidar esforços de boa fé para alcançar um acordo colaborativo.

11. As perspetivas estão sujeitas a incertezas significativas e riscos em sentido descendente. Uma pandemia mais grave e mais prolongada poderia prejudicar ainda mais as perspetivas, retardar a recuperação e criar pressões adicionais sobre o financiamento externo e orçamental. Além disso, as perspetivas são altamente dependentes da capacidade do governo de cumprir os seus planos de ajustamento orçamental a médio prazo e da redução progressiva dos

¹¹ A ASD inclui as condições concessionais da recente reestruturação da dívida da EMAE com o fornecedor de combustíveis do país, ENCO. A ENCO é uma empresa privada detida pela Sonangol, a estatal do petróleo angolana (77,6% do capital), tendo o governo uma participação de cerca de 16%.

¹² Os atrasados com o Brasil foram reescalados no âmbito da iniciativa DSSI.

gastos ligados à pandemia. Se os planos de ajustamento não forem cabalmente cumpridos, o défice orçamental permaneceria elevado e as pressões de financiamento tornar-se-iam mais intensas, com um impacto adverso sobre as contas externas. A demora nas reformas do setor energético poderia resultar em mais pagamentos em atraso, o que comprometeria os amortecedores externos. Se a ajuda dos doadores for inferior às previsões, a recuperação económica seria afetada, enfraquecendo as posições orçamental e externa. Pela positiva, progressos acelerados nas reformas estruturais do setor energético e avanços no desenvolvimento de infraestruturas-chaves (nomeadamente a expansão do aeroporto e a reabilitação das estradas) poderiam resultar num crescimento mais robusto a médio prazo.

DISCUSSÕES SOBRE POLÍTICAS

As discussões centraram-se: i) na implementação de uma estratégia orçamental para abordar as necessidades sociais, em simultâneo à restauração gradual da sustentabilidade das finanças públicas, e a aceleração das reformas do setor energético para reduzir as vulnerabilidades orçamentais e externas; ii) no desenvolvimento de ferramentas de política monetária para apoiar a paridade cambial, e nos progressos das reformas do setor financeiro para salvaguardar a estabilidade financeira; e iii) no desbloqueio do potencial de crescimento da economia por meio do fomento do setor do turismo e da melhoria do ambiente de negócios.

A. Apoiar a recuperação e restaurar a sustentabilidade das finanças públicas

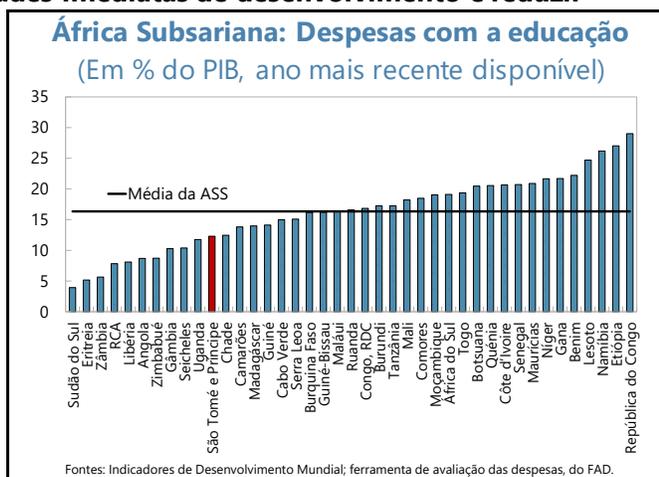
12. A implementação do pacote de medidas de política tributária em 2019 criou algum espaço no orçamento para abordar as necessidades crescentes em matéria de desenvolvimento, dando prosseguimento, em simultâneo, à consolidação orçamental. A contenção dos gastos dentro dos limites do orçamento e o desempenho melhor do que o esperado das receitas (cerca de 1,5% do PIB) manteriam o défice primário interno próximo dos 5,3% do PIB (6,3% do PIB no âmbito do programa). Grande parte da receita extraordinária auferida em 2020 provém de medidas permanentes incluídas no pacote tributário de 2019.¹³ Isto cria espaço no orçamento para a suspensão mais gradual em 2021 das medidas de emergência ligadas à Covid-19 e para o atendimento das necessidades sociais crescentes.¹⁴

¹³ Projeta-se que as receitas extraordinárias de 2020 ascendam a cerca de 1,5% do PIB. Espera-se que cerca de dois terços desse valor sejam ganhos permanentes, enquanto o restante diminuiria ao longo do tempo, em função da subida dos preços internacionais do petróleo e da redução progressiva do montante adicional do imposto especial de consumo implícito nos preços de venda dos combustíveis enquanto estes foram mantidos nos seus níveis anteriormente mais elevados.

¹⁴ As despesas no setor da educação estão a sofrer mais pressões devido aos gastos adicionais com pessoal que são necessários por causa das regras de distanciamento social. Segundo os dados fornecidos pelas autoridades, o rácio alunos/professores é muito superior ao nível recomendado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para garantir o distanciamento social.

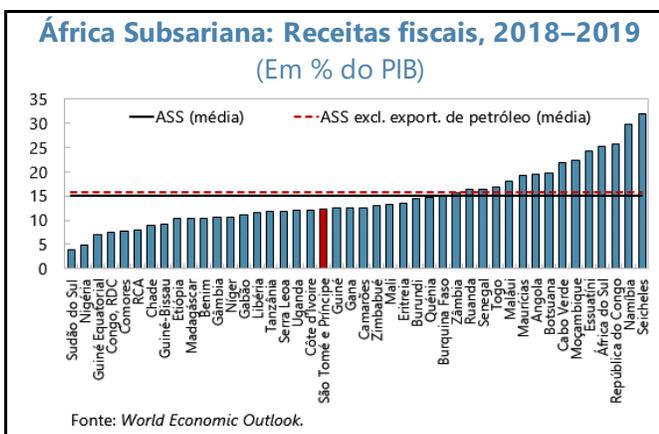
13. O orçamento de 2021 marca o retorno gradual à consolidação orçamental, mas com espaço suficiente para abordar as necessidades imediatas de desenvolvimento e reduzir gradativamente os gastos ligados à Covid-19.

Segundo a proposta de orçamento para 2021, o défice primário interno deve declinar para 3,9% do PIB, o que representa 1,5% do PIB a menos do que em 2020. Contudo, dada a receita acima do esperado em razão do pacote tributário de 2019, esta meta para o défice primário interno dá margem para o atendimento das necessidades crescentes, nomeadamente: novas contratações no setor da educação, juntamente com contratos temporários para garantir o maior distanciamento social nas escolas durante a pandemia (MPEF §14), as pressões de despesas das regiões semiautónomas (MEFP §13) e uma redução mais gradual das medidas ligadas à Covid-19. Contudo, o declínio acentuado dos donativos em apoio ao orçamento levaria o défice orçamental global a ultrapassar, em cerca de 5,5% do PIB, o nível registado em 2020; além disso, as necessidades brutas de financiamento do governo ascenderiam a 6% do PIB. O endividamento interno e o apoio orçamental indireto do FMI contribuiriam para financiar o orçamento, e o rácio dívida pública/PIB permaneceria basicamente estável em 2021, antes de começar a declinar nos anos subsequentes, à medida que as autoridades implementam a sua estratégia de consolidação orçamental.



14. O cumprimento das metas orçamentais de 2021 e dos objetivos de consolidação orçamental das autoridades a médio prazo depende, de forma crítica, de uma série de medidas imediatas.

As autoridades estão empenhadas em introduzir o IVA no segundo semestre de 2021 (indicador de referência estrutural, MPEF §14), que é fundamental para o fortalecimento das receitas fiscais internas (cerca de 2% do PIB, cumulativamente, até 2023) e a consecução das metas orçamentais do programa a médio prazo.¹⁵ Do lado da despesa, considerando que as despesas com pessoal são hoje elevadas pelos padrões regionais, e dadas as pressões salariais acrescidas no setor da educação, as autoridades estão comprometidas com as políticas de contenção dos salários



¹⁵ Projeta-se que os ganhos de arrecadação com o IVA sejam plenamente materializados até 2023, um ano depois do que anteriormente previsto, à medida que aumenta progressivamente a eficiência da cobrança desse imposto após o seu lançamento.

e do emprego, a fim de reduzir gradativamente a massa salarial (como percentagem do PIB) ao longo do tempo, por meio, inclusive, de limites rígidos ao aumento dos salários e do emprego nos próximos anos (MPEF §15). À medida que a pandemia arrefece, uma redução dos gastos ligados à Covid-19 também contribuirá para a redução do déficit orçamental. Como as incertezas em torno da evolução macroeconómica permanecem elevadas, na eventualidade de receitas abaixo do esperado, devem ser consideradas novas medidas de mobilização de receitas e a racionalização das despesas, incluindo a redefinição de prioridades das despesas de investimento e revisões no imposto solidário temporário, a fim de manter a dívida numa trajetória sustentável (MPEF §16).

15. A implementação da estratégia orçamental das autoridades exige melhorias na gestão das finanças públicas (GFP), nos quadros de governação e transparência e na administração da receita. A acumulação de atrasados de pagamentos internos e os entraves à contenção dos gastos públicos salientam as principais deficiências na GFP e os problemas enraizados na governação orçamental e na transparência. As autoridades estão a tomar medidas para abordar esses desafios, e ainda há espaço para novas melhorias. Especificamente:

- Para melhorar a planificação orçamental, as autoridades elaboraram recentemente um manual para reforçar suas projeções macro-orçamentais e pretendem publicar, juntamente com o orçamento anual, um quadro orçamental de médio prazo com horizonte de três anos (MPEF §20). Centralizaram a contração de empréstimos pelo setor público e publicaram recentemente uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo. Ademais, para aprimorar o controlo dos gastos, irão lançar, em 2021, um projeto piloto sobre um limite dos compromissos para gerir as despesas na fase de cabimentação, envolvendo um grande número de ministérios de execução (MPEF §20).¹⁶ Estes passos contribuirão para melhorar os processos orçamentais e para a introdução de controlos mais eficazes de despesas.
- Para reforçar a governação e a transparência nas finanças públicas, as autoridades estão a publicar relatórios mensais sobre os gastos ligados à Covid-19, e começaram a publicar os contratos públicos, incluindo informações sobre os proprietários das empresas às quais os contratos foram adjudicados (MPEF §21). Tomaram também medidas para melhorar a disponibilidade e o momento de publicação dessas informações, e em 2021 realizarão uma auditoria *ex post* dos gastos de 2020 ligados à Covid-19. Estão a envidar esforços para reforçar sua capacidade de recolher informação sobre os beneficiários efetivos, inclusivamente com a ajuda da assistência técnica. Para reforçar a transparência orçamental, é igualmente importante modernizar o quadro legislativo sobre a adjudicação de contratos públicos, para incluir, por exemplo, a plataforma eletrónica de compras públicas, a informação sobre beneficiários efetivos e um mecanismo de apresentação de reclamações.
- Para apoiar a arrecadação de receitas, é importante reforçar a administração tributária. As prioridades básicas são: i) reorganizar a Direção de Impostos para melhorar a gestão e a planificação estratégica; ii) adotar práticas modernas de gestão do risco de conformidade,

¹⁶ Essas atividades estão a ser implementadas com o apoio do FMI para o desenvolvimento das capacidades.

inclusive com o reforço dos programas de auditoria; e iii) reformular o quadro de monitorização do desempenho da administração tributária (MPEF §18).

16. As reformas da empresa de serviços de utilidade pública EMAE são fundamentais para reduzir a dívida pública e alcançar uma economia mais resiliente.¹⁷ A EMAE presta serviços essenciais e contributos importantes para as atividades produtivas. Contudo, a posição financeira da empresa tem estado a acumular perdas expressivas e passivos contingentes para o governo, apesar das tarifas de eletricidade relativamente elevadas (Figura 4).¹⁸ Com a assistência do Banco Mundial, as autoridades formularam planos pormenorizados para reduzir os custos da eletricidade e alcançar a recuperação dos custos com o tempo, através da redução das perdas técnicas e comerciais (Anexo III) (indicador de referência estrutural).¹⁹ Contudo, os progressos nas medidas de curto prazo para reduzir as perdas energéticas e melhorar a gestão da empresa têm sido limitados recentemente, e outras reformas têm sofrido atrasos sucessivos.²⁰ Para recuperar o ímpeto da agenda de reformas, as autoridades instituíram um comité de pilotagem de alto nível, presidido pelo Primeiro-Ministro, para supervisionar o progresso das reformas (MPEF §43). A curto prazo, com o apoio do Banco Mundial, as autoridades esperam concluir a instalação dos novos contadores e a implementação do programa de lâmpadas LED para conter a procura de eletricidade (MPEF §45). Além disso, tomaram medidas para assegurar o pagamento atempado pelas empresas públicas (que representam uma parcela significativa das contas atrasadas da EMAE), inclusivamente com a suspensão dos serviços. Prospectivamente, para assegurar a recuperação dos custos do setor, é imprescindível reformar a atual estrutura tarifária e modificar a matriz de produção, afastando-se da produção termoelétrica (Anexo III).

17. As condições macroeconómicas incertas e o recente enfraquecimento da capacidade de endividamento do país contribuíram para o aumento dos riscos para a sustentabilidade da dívida pública (Anexo II). Em caso de materialização dos riscos descendentes e de uma nova deterioração da sustentabilidade da dívida, as autoridades precisam estar prontas para tomar medidas para preservar a sustentabilidade da dívida, inclusive através da recalibração dos esforços

¹⁷ A Empresa de Água e Eletricidade (EMAE) é uma empresa pública que produz e distribui eletricidade e administra os serviços de água.

¹⁸ Em 2019, a EMAE acumulou quase 17 milhões de USD (4% do PIB) em novos atrasados junto aos seus fornecedores. Esses atrasados se traduzem, em grande medida, em novos atrasados externos da distribuidora de petróleo ENCO com a sua empresa-mãe angolana. Em junho de 2020, os atrasados da EMAE com a ENCO ascenderam a 117 milhões de USD (28% do PIB).

¹⁹ Os planos das autoridades para a reforma do setor energético centram-se no Plano de Melhoria da Gestão (PMG) e no Plano de Produção de Energia ao Menor Custo (PPEMC). O PMG visa reduzir as perdas técnicas e elevar as taxas de cobrança. O PPEMC visa reduzir o custo médio da energia produzida ao elevar a parcela das fontes renováveis de energia. Mais pormenores sobre o PMG e o PPEMC podem ser consultados no Relatório do FMI 20/232.

²⁰ A implementação do PMG foi atrasada, entre outros motivos, por restrições de capacidade na EMAE e pelas discussões internas das autoridades sobre a possível reestruturação dos quadros de produção, transmissão e distribuição (não apoiada no âmbito da estratégia de reforma do setor). Além disso, a multiplicidade de propostas não solicitadas de centrais elétricas, não alinhadas com os parâmetros do PPEMC, atrasaram os progressos desse plano.

orçamentais, da melhoria da matriz de financiamento (para aumentar a proporção de donativos e empréstimos altamente concessionais) e da obtenção de alívio da dívida adicional (MPEF §15).

B. Apoiar a paridade cambial e preservar a estabilidade financeira

18. O banco central reagiu de forma apropriada para conter o impacto macrofinanceiro imediato da pandemia, sem descuidar da estabilidade financeira e da paridade cambial. Para garantir a provisão adequada de liquidez, em abril de 2020 o Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) reduziu as reservas mínimas de caixa, baixou a taxa de desconto da sua facilidade de liquidez (MPEF §22) e suspendeu os planos de emissão de certificados de depósitos (CD) para controlar o excesso de liquidez.²¹ Além disso, incentivou os bancos a oferecerem uma moratória de seis meses para pagamento dos empréstimos para mutuários cumpridores afetados pela pandemia (MPEF §28). Para salvaguardar a estabilidade financeira, foram preservadas as normas de reporte, classificação e provisionamento de empréstimos, e a taxa de juro de referência não foi alterada. Em vista do declínio do crédito ao setor privado, em setembro de 2020 as autoridades, em colaboração com o Banco Africano de Desenvolvimento (BAfD), criaram uma linha de crédito para que os bancos forneçam empréstimos às pequenas e médias empresas (PME) afetadas pela pandemia.²²

19. Os riscos no setor bancário estão em alta por causa da pandemia, em meio às vulnerabilidades já existentes. O setor bancário (cujos ativos somam cerca de 65% do PIB) continua bem capitalizado, e os indicadores de liquidez apresentam melhorias. Contudo, a qualidade dos ativos da banca começou a deteriorar em razão da pandemia. Desde março de 2020, o crédito malparado, que já era elevado antes da pandemia, aumentou para 34,2% do total dos empréstimos no final de setembro de 2020 (face a 26,5% no final de março de 2020), conforme alguns bancos começaram a reconhecer as possíveis perdas ligadas à pandemia. Um dado positivo é que, apesar da difícil conjuntura macroeconómica, as recomendações da AQA de 2019 relativamente à recapitalização e a reclassificação de empréstimos foram plenamente adotadas, o que fortaleceu os alicerces desse setor.²³

²¹ No início de 2020, o Comité de Política Monetária do BCSTP aprovou a emissão de certificados de depósitos de três meses (100 milhões de dobras, indicador de referência estrutural no âmbito do acordo ECF).

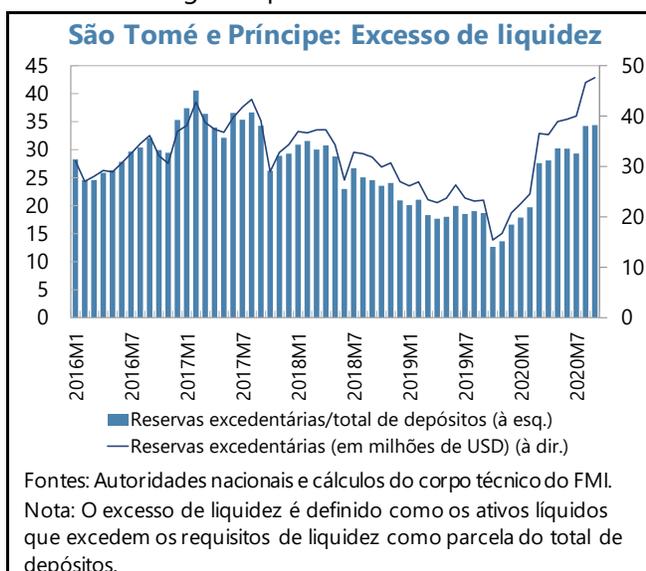
²² O objetivo do programa de linha de crédito (3 milhões de dólares, com a possibilidade de recursos adicionais) é facilitar o acesso das PME ao crédito nos setores mais afetados pela pandemia, nomeadamente a agricultura e o turismo. Para ter acesso às linhas de crédito, os investimentos das PME precisam ter recebido um parecer favorável da Agência de Promoção de Comércio e Investimento.

²³ Uma avaliação da qualidade dos ativos (AQA) foi concluída em 2019, com o apoio do Banco Mundial. A AQA identificou a necessidade de reclassificação de alguns empréstimos do setor bancário, tendo como consequência a necessidade de recapitalização de alguns bancos. Além disso, a AQA recomendou que o BCSTP fortalecesse a sua capacidade de supervisão, tanto em termos de formação como de número de funcionários. Dois bancos pequenos (15% dos ativos do sistema bancário) entraram em liquidação em 2016 (Banco Equador) e em 2018 (Banco Privado). No caso do Banco Equador, os requisitos de reporte e a venda planeada de ativos foram postergados. O Banco Privado será provavelmente vendido a um grupo de investidores após a pandemia arrefecer.

20. O BCSTP deve continuar a administrar ativamente a liquidez do setor bancário e manter uma orientação apropriada de política monetária para apoiar a paridade cambial e a recuperação. Será fundamental que o BCSTP continue a assegurar que o sistema bancário terá

acesso à liquidez em caso de necessidade.

Ao mesmo tempo, com o apoio externo excepcionalmente grande para financiar as operações do governo, o excesso de liquidez em setembro de 2020 ascendeu a quase 48 milhões de USD; por conseguinte, será importante conter esse excesso para apoiar adequadamente a paridade cambial. Em novembro de 2020, o BCSTP começou a emitir CDs para ajudar a controlar o aumento do excesso de liquidez (indicador de referência estrutural). Além disso, está empenhado em formular um plano de ação para reduzir gradualmente o excesso de liquidez para níveis inferiores aos atuais ao longo de 2021, para evitar pressões desnecessárias sobre a paridade cambial. Nesse contexto, o BCSTP deve renovar os seus CDs existentes e estar preparado para utilizar qualquer outra ferramenta, inclusive o ajustamento dos requisitos de liquidez e de reservas mínimas de caixa e a emissão de novos CDs (MPEF §23).



21. Dada a difícil conjuntura económica, é importante reforçar a capacidade de monitorizar e administrar os riscos financeiros crescentes e preservar a estabilidade financeira. É provável que a pandemia aumente a pressão sobre a qualidade dos ativos da banca. O BCSTP já prorrogou a moratória de pagamento dos empréstimos (até dezembro de 2020) e tem planos de introduzir uma moratória formal do pagamento de dividendos em 2021 para preservar a capitalização do sistema. Ademais, no início de 2021, o BCSTP irá conduzir, com a assistência do FMI, testes de stress para identificar possíveis pressões de crédito devido às consequências da pandemia (indicador de referência estrutural) (MPEF §29).²⁴ Com base nos resultados dos testes de stress, o BCSTP deverá exigir que os bancos formulem planos de contingências e identifiquem medidas corretivas, conforme necessário, para garantir que eles se mantenham adequadamente capitalizados. Entretanto, devem ser acelerados os esforços para fortalecer a capacidade de supervisão do BCSTP. Com a assistência técnica do FMI, o BCSTP adotou um modelo de notação bancária para a supervisão direta e à distância; é preciso finalizar o manual de supervisão bancária para proporcionar orientação sobre os procedimentos de supervisão direta e à distância (MPEF §31).

22. Acelerar a resolução do legado de crédito malparado dará ao sistema bancário o espaço necessário para apoiar a economia. O nível elevado de crédito malparado deve-se, em

²⁴ O FMI prestará assistência para o fortalecimento da capacidade do BCSTP de conduzir testes de stress para identificar pressões de risco de crédito e a possível necessidade de recapitalização.

parte, ao crédito malparado de longa data que os bancos permanecem relutantes em abater dos seus balanços, mesmo no caso de empréstimos há muito em incumprimento e totalmente provisionados. A resolução desse problema exige ações enérgicas de supervisão e a finalização das reformas judiciais em curso. Foram feitos progressos recentes na melhoria do processo judicial de execuções fiscais e na criação de tribunais arbitrais para a resolução extrajudicial. Para concluir as reformas é preciso tornar esses tribunais completamente operacionais, o que exige a nomeação dos juízes-árbitros. No tocante à supervisão, o BCSTP deve emitir, no início de 2021, novas normas que permitam aos bancos agilizar o saneamento do crédito malparado de longa data totalmente provisionado (MPEF §32).

23. As autoridades estão empenhadas em concluir o processo de liquidação de dois bancos em 2021, mas a pandemia contribuiu para aumentar a pressão sobre outro banco pequeno. A pandemia frustrou os esforços para liquidar dois bancos (Banco Equador e Banco Privado). Após a tentativa malsucedida de vender os ativos, as autoridades entregarão os ativos do Banco Equador ao sistema judicial e concluirão a liquidação no início de 2021. Nas atuais circunstâncias, não foi concretizada a venda do Banco Privado, que perdeu a sua licença devido ao incumprimento das diretivas do BCSTP, e não por problemas de solvência. Se a venda não for concluída e não for encontrada outra solução nos próximos meses, o BCSTP planeia entregar os ativos remanescentes aos tribunais. Devido à pandemia, um outro banco pequeno, com ativos que somam cerca de 1% do PIB, que já exibia problemas de capitalização, enfrentou dificuldades de liquidez e foi temporariamente colocado sob administração do BCSTP em novembro de 2020. O BCSTP está a avaliar os ativos e passivos do banco e, após a finalização do relatório de avaliação, se o banco não for considerado viável, irá proceder imediatamente à liquidação do mesmo (MPEF §33).

24. Na sequência dos atrasos recentes, são necessários esforços redobrados para continuar a fortalecer o quadro de salvaguardas do BCSTP. A avaliação das salvaguardas de 2019 identificou uma série de medidas para fortalecer a independência, os controlos internos e a capacidade de supervisão do BCSTP, mas os progressos na implementação dessas recomendações foram, até esta altura, limitados.²⁵ Estima-se agora que a nova versão da Lei Orgânica do BCSTP, que visa fortalecer a autonomia e o quadro de governação do banco central, seja apresentada à Assembleia Nacional até fevereiro de 2021 (indicador de referência estrutural para o final de 2020) (MPEF §27).²⁶ Contudo, a revisão da Lei das Instituições Financeiras, a fim de garantir a conformidade com as normas internacionais de regulação e supervisão financeira, foi postergada devido à capacidade limitada (indicador de referência estrutural) (MPEF §27). As autoridades estão também empenhadas em assegurar a permanência do país como membro do Grupo de Ação Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais da África Ocidental (GIABA). Outras recomendações, para reforçar a capacidade de auditoria interna, reduzir o risco de concentração

²⁵ As recomendações da avaliação das salvaguardas centraram no fortalecimento da autonomia do BCSTP, na estrutura de governação para a supervisão das operações do banco central, no relato financeiro e na função de auditoria interna.

²⁶ A Lei Orgânica do BCSTP é agora uma das poucas no mundo a impor uma quota à composição dos membros do Conselho de Administração para garantir a igualdade de género.

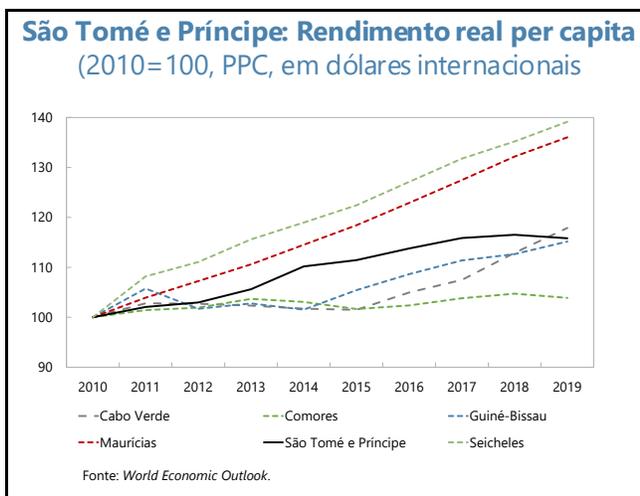
dos investimentos de reservas, melhorar as operações cambiais e adotar as normas internacionais de relato financeiro (IFRS), também continuam pendentes. Além disso, a conclusão do relatório de auditoria externa de 2019 sofreu atrasos significativos além do prazo regulamentar de três meses, e o BCSTP espera que o processo seja concluído apenas no final de janeiro de 2021. Um desenvolvimento positivo foi a elaboração de relatórios gerais de conformidade pelo BCSTP, bem como os seus planos de retomar a assistência técnica na modalidade virtual a partir do primeiro trimestre de 2021, para auxiliar na implementação das NIRF/IFRS.

25. Numa análise prospetiva, aprofundar a inclusão financeira e introduzir um sistema de pagamentos eficaz são medidas essenciais para apoiar o desenvolvimento económico. O atual sistema de pagamentos está desatualizado. Além disso, o acesso ao crédito, sobretudo pelas PME, é limitado por comparação com outros países, o que tem um impacto negativo sobre as atividades produtivas. As autoridades registaram alguns progressos firmes no que concerne à eliminação desses estrangulamentos. A introdução de um novo sistema de pagamentos, capaz de processar cartões de crédito internacionais, está programada para o início de 2021. Foi instituído recentemente no BCSTP um Gabinete de Inclusão Financeira. Um grupo de trabalho foi incumbido da tarefa de redigir uma estratégia nacional de inclusão financeira, e espera concluí-la até ao final de 2020. Ademais, com o apoio do Banco Mundial, está a ser formulado o quadro jurídico para o estabelecimento de uma central de registo de garantias móveis (MPEF §34).

C. Acelerar as reformas estruturais em prol do crescimento sustentável e inclusivo

26. A governação fraca, os entraves estruturais aos negócios e as oportunidades não aproveitadas no setor do turismo estão a prejudicar as perspetivas de crescimento económico.

Ao longo da última década, o desempenho do país em termos de crescimento tem deteriorado, em meio à pobreza enraizada. Em consequência, os indicadores de governação e facilidade de fazer negócios têm sido estruturalmente fracos, prejudicados pela baixa eficácia governamental e má qualidade regulatória, bem como os baixos índices de cumprimento dos contratos e inadequada proteção institucional dos investidores. Nesse contexto, o custo dos principais insumos da produção é elevado (por ex., a eletricidade), o que afeta a competitividade. Acresce que, a despeito do seu evidente potencial, o setor do turismo ainda é relativamente subdesenvolvido (Figura 5). Não surpreende, assim, que a pobreza seja generalizada: cerca de 67% da população vive abaixo da linha de pobreza nacional, e aproximadamente 60% dos desempregados têm menos de 34 anos de idade.



27. Cientes desses desafios, as autoridades, ao formular a sua estratégia de desenvolvimento, atribuíram um papel central ao estímulo ao crescimento sustentável e ao emprego. A Estratégia de Redução da Pobreza e Crescimento 2017-2021 tem como objetivo combater a pobreza generalizada, e as autoridades têm planos de atualizá-la. Mais recentemente, o Plano Nacional de Desenvolvimento 2020-24 centra-se na melhoria da governação, na redução da desigualdade e da pobreza, na facilitação do investimento privado e no desenvolvimento do capital humano. Nesse plano, os esforços de redução da pobreza estarão concentrados em continuar a disponibilizar cuidados básicos de saúde e prestações de segurança social, além do ensino primário gratuito e universal, e melhorar a qualidade e as taxas de conclusão do ensino secundário.

28. São necessárias reformas estruturais amplas e políticas para o fomento do setor do turismo, a fim de estimular o emprego e o crescimento a longo prazo.²⁷ A estabilidade macroeconómica, por si só, não será suficiente para atrair novos investimentos e impulsionar o crescimento. São necessárias reformas para: i) reforçar a eficácia governamental e melhorar o ambiente de negócios (por ex., custos da eletricidade, direitos dos investidores, execução dos contratos, adjudicação de contratos públicos, infraestruturas); ii) promover a igualdade de género para apoiar uma recuperação mais inclusiva (por ex., inclusão financeira); iii) reforçar a resiliência do país às alterações climáticas (por ex., sistemas de alerta precoce, resiliência do setor agrícola), e iv) facilitar o desenvolvimento do setor do turismo (por ex., procedimentos de licenciamento e investimento, formação, expansão do aeroporto, reabilitação de estradas, porto; lista de segurança aérea da União Europeia) (MPEF §41). A curto prazo, é fundamental tomar medidas para retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia, para apoiar o comércio internacional e o turismo (indicador de referência estrutural), continuar a alargar as redes de proteção social e o projeto piloto de orçamentos que integrem a perspetiva de género, a fim de apoiar os grupos mais vulneráveis (MPEF §39), e acelerar as reformas do setor energético para assegurar o abastecimento fiável de energia a um custo baixo (MPEF §43-45).

MODALIDADES DO PROGRAMA, SALVAGUARDAS E RISCOS

29. As autoridades estão a solicitar uma dispensa do cumprimento da meta do défice primário interno para o final de junho de 2020. O corpo técnico apoia a dispensa, uma vez que os desvios em relação à meta ocorreram devido ao impacto da pandemia sobre as receitas e as despesas necessárias para conter o vírus, e as autoridades tomaram medidas para garantir que o programa voltasse ao bom caminho até ao final de 2020, inclusive no que respeita aos ganhos das medidas fiscais tomadas em 2019 e à contenção de algumas despesas em níveis inferiores aos limites orçamentais. Com efeito, dados preliminares indicam que as autoridades provavelmente irão superar as metas revistas para os critérios de desempenho do final de dezembro de 2020 fixadas

²⁷ Uma análise do impacto das reformas estruturais sobre o crescimento num painel de países que inclui países de baixo rendimento e em desenvolvimento pode ser encontrada no relatório nacional do FMI nº 19/295.

aquando da primeira avaliação, e o orçamento para 2021 retomará o processo de consolidação orçamental.

30. São propostas modificações e prorrogações da condicionalidade do programa.

Os critérios de desempenho quantitativos (para o déficit primário interno, o financiamento bancário interno e as reservas internacionais) relativos ao final de junho serão modificados, e são propostos novos critérios de desempenho quantitativos para o final de dezembro de 2021. São também propostas modificações em todas as metas indicativas para o final de março, bem como novas metas indicativas para o final de setembro de 2021, em linha com o programa e os objetivos de políticas discutidos anteriormente. Dada a sua importância macroeconómica, foram introduzidos novos indicadores de referência estruturais (em parte para substituir outros que devem expirar) sobre: a implementação do IVA em 2021, a operacionalização das ferramentas de gestão de liquidez do BCSTP para reduzir o excesso de liquidez, a realização de testes de stress no setor bancário para avaliar os riscos causados pela pandemia, e a reforma do setor energético. As datas e a definição de outros indicadores de referência estruturais que não foram cumpridos foram revistas para ter em conta os progressos recentes e as limitações de capacidade. Dada a sua importância crítica para o êxito da implementação do programa, e para apoiar a transparência orçamental, foram definidas ações prévias relativas à apresentação à Assembleia Nacional de um orçamento para 2021 em linha com os entendimentos sobre o programa, bem como à publicação das informações disponíveis sobre a adjudicação de contratos públicos. Espera-se que a próxima consulta ao abrigo do Artigo IV seja realizada em 2021.

31. O programa de São Tomé e Príncipe está totalmente financiado, e a capacidade de reembolso ao FMI mantém-se adequada, embora sujeita a riscos acrescidos.

Existem compromissos firmes de financiamento para os próximos 12 meses e boas perspetivas para o período subsequente, incluindo donativos em apoio ao orçamento por parte do Banco Mundial e o desembolso de empréstimos concessionais do Banco Africano de Desenvolvimento (Tabela 7).²⁸ Com o desembolso da RCF aprovado recentemente e o aumento do acesso ao abrigo do acordo ECF, os reembolsos ao FMI permanecerão abaixo dos 0,8% das exportações de bens e serviços durante o período do programa, atingindo um pico de 4,0% das exportações de bens e serviços em 2028. Os reembolsos ao FMI atingirão um pico de 0,8% em 2027 (como parcela do PIB); de 70,7% em 2028 (como parcela do total do serviço da dívida); e de 10,1% em 2028 (como parcela das reservas internacionais brutas).²⁹

32. Restrições cambiais e pedido de prorrogação da aprovação.³⁰ São Tomé e Príncipe mantém atualmente medidas que resultam em restrições cambiais e uma prática de taxas de

²⁸ Para 2021, o financiamento inclui donativos de apoio ao orçamento por parte do Banco Mundial e da União Europeia.

²⁹ A título de comparação, os reembolsos totais das Comores ao FMI atingem um pico de cerca de 4% (como parcela das exportações de bens e serviços) e de 0,5% (como parcela do PIB).

³⁰ Quando o programa foi aprovado, em outubro de 2019, foi concedida uma extensão de um ano da aprovação temporária para a retenção das medidas que resultam em restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à jurisdição do FMI ao abrigo da alínea a) da Secção 2 e da Secção 3 do Artigo VIII.

câmbio múltiplas nos termos do Artigo VIII.³¹ Em outubro de 2019, o Conselho de Administração do FMI concedeu uma aprovação temporária dessas medidas por um prazo de 12 meses. As autoridades solicitaram que a aprovação fosse prorrogada por um período adicional de um ano. As medidas tomadas no âmbito do programa ajudarão a garantir a estabilidade da paridade cambial e, ao mesmo tempo, apoiarão a remoção das restrições cambiais, e a prorrogação é necessária porque as medidas ainda estão a ser implementadas. Por conseguinte, o corpo técnico aprova o pedido das autoridades, tendo em conta que a) as medidas que resultam em restrições cambiais foram impostas por motivos ligados à balança de pagamentos, são necessárias e temporárias e b) a medida que dá origem a uma prática de taxas de câmbio múltiplas foi também imposta por motivos ligados à balança de pagamentos, é temporária e não discriminatória.

33. Atrasados da dívida soberana e garantias de financiamento. O apoio imediato do FMI é considerado essencial para a implementação bem sucedida do programa de ajustamento, e o país está a adotar políticas apropriadas, está a envidar esforços de boa fé para facilitar um acordo colaborativo entre os devedores privados e os seus credores, e existem boas perspetivas de remoção dos controlos cambiais. Devido à existência de atrasados de pagamentos externos, o Conselho de Administração terá de realizar uma avaliação das garantias de financiamento de São Tomé e Príncipe. O corpo técnico apoia a conclusão da avaliação das garantias de financiamento.

34. Estratégia de Redução da Pobreza e Crescimento (ERPC). A Estratégia de Redução da Pobreza e Crescimento 2017-2021 foi apresentada ao Conselho de Administração do FMI e atende aos requisitos que se aplicam a tais documentos.

35. O programa está sujeito a uma série de riscos descendentes. Para além dos riscos macroeconómicos, considera-se que os passivos contingentes da empresa pública EMAE, do fornecedor de combustíveis ENCO e dos bancos comerciais podem gerar novas dívidas, o que exigiria a aplicação de políticas adicionais para restaurar a sustentabilidade da dívida.³² Pela positiva, os recursos poupados na Conta Nacional do Petróleo (4% do PIB) e a linha de crédito com Portugal, que não foi sacada (6% do PIB) podem ajudar a fazer face aos choques temporários.

AVALIAÇÃO DO CORPO TÉCNICO

36. A pandemia da Covid-19 está a afetar gravemente a economia de São Tomé e Príncipe, exacerbando os desequilíbrios já existentes. A paralisação completa do turismo internacional e a

³¹ Estas medidas cambiais incluem: i) uma restrição cambial decorrente da alínea g) do artigo 3.º e do artigo 18.º do Código de Investimento de 2016 devido às limitações da transferibilidade do rendimento líquido dos investimentos e ii) uma restrição cambial decorrente das limitações da disponibilidade de moeda estrangeira para o pagamento das transações internacionais correntes, devido ao racionamento da moeda estrangeira por parte do BCSTP. Esta última restrição cambial também dá azo a uma prática de taxas de câmbio múltiplas, pois canalizou as transações para o mercado paralelo, cuja taxa de câmbio apresenta um diferencial superior a 2% face à taxa de câmbio no mercado formal.

³² A EMAE adquire combustíveis para a geração térmica junto à ENCO, que importa os combustíveis da Sonangol, uma empresa estatal de Angola. A Análise de Sustentabilidade da Dívida contém mais pormenores sobre os atrasados da EMAE à ENCO e suas implicações para a sustentabilidade da dívida.

queda acentuada nas remessas do estrangeiro agravaram os desequilíbrios externos. As medidas adotadas para conter a propagação do vírus reduziram a procura interna. Embora o surto pareça ter sido controlado, as medidas de contenção e a fraca procura externa provocaram uma recessão profunda, com a deterioração dos saldos externos e o aumento das necessidades de financiamento orçamental num contexto de pobreza generalizada e dívida pública já elevada.

37. As ações das autoridades e o apoio financeiro internacional sem precedentes estão a ajudar o país a fazer face à situação de emergência, mas subsistem importantes desafios económicos. Com a assistência internacional, as autoridades reforçaram os serviços de saúde e prestaram assistência às famílias vulneráveis e aos trabalhadores que perderam o emprego, e também conseguiram manter a ampla liquidez do sistema financeiro. As necessidades de financiamento externo e orçamental provocadas pela pandemia deverão ser totalmente cobertas pelos desembolsos do FMI ao abrigo da RCF e da ECF aumentada, assim como por donativos orçamentais de outros parceiros. Contudo, a dívida pública, que já era elevada, voltou a subir (mas ainda é sustentável), e a capacidade de endividamento do país foi recentemente rebaixada, o que agrava os riscos para a sustentabilidade da dívida. A ineficiência do setor energético continua a gerar dívida e a prejudicar o crescimento. Os saldos e amortecedores externos permanecem sob pressão. Além disso, nos últimos anos, o crescimento tem sido insuficiente para reduzir a pobreza e satisfazer as necessidades de uma população crescente e jovem.

38. A pandemia afetou negativamente o desempenho do programa no primeiro semestre de 2020, mas o país está no caminho certo para cumprir as metas do programa para o final do ano. A meta relativa ao défice primário interno para o final de junho de 2020 (fixada antes da pandemia) não foi cumprida. Contudo, as reservas internacionais líquidas e o financiamento bancário líquido superaram as metas do fim de junho, refletindo os níveis elevados de entrada de financiamento externo. Os progressos na realização de diversas reformas estruturais sofreram atrasos por causa da pandemia; contudo, mesmo com atraso, as autoridades começaram a publicar os relatórios mensais de gastos relacionados à Covid-19, bem como todos os contratos públicos e as informações sobre os proprietários das empresas às quais foram adjudicados contratos até junho.

39. Atender às necessidades sociais e económicas imediatas e, em simultâneo, implementar progressivamente a consolidação orçamental será essencial para apoiar a recuperação económica e preservar a sustentabilidade da dívida. O orçamento de 2021 é um passo importante para a consolidação orçamental gradativa, enquanto deixa margem para satisfazer a necessidade crítica de contratação de professores e para a redução progressiva de outros gastos ligados à Covid-19. No futuro próximo, serão necessárias políticas para conduzir o défice primário a uma situação de quase equilíbrio para reduzir a carga da dívida ao longo do tempo e proteger os amortecedores externos. Nesse contexto, o corpo técnico saúda o compromisso das autoridades de introduzir o IVA em 2021. Numa análise prospetiva, será essencial continuar a conter a dinâmica da despesa, nomeadamente os gastos com pessoal, por meio de políticas de contenção dos salários e de contratações. A sustentabilidade da dívida depende também do esforço para continuar a tomar empréstimos com moderação e para buscar donativos e empréstimo em condições altamente concessionais.

40. Aperfeiçoar a governação, a transparência e os processos de gestão das finanças públicas é fundamental para o êxito da estratégia de consolidação orçamental das autoridades. A publicação dos contratos públicos e da informação sobre os proprietários das empresas adjudicatárias, bem como os relatórios mensais das despesas relacionadas com a Covid-19, são desenvolvimentos positivos. Esses esforços devem prosseguir no futuro, com a inclusão de informações sobre os beneficiários efetivos. A realização de auditorias *ex post* desses gastos contribuirá para aumentar ainda mais a transparência orçamental. Formular um quadro orçamental de médio prazo e reforçar os controlos sobre as despesas, nomeadamente ao instituir um projeto piloto sobre um mecanismo de limite de compromissos, são também medidas essenciais para cumprir a estratégia de ajustamento orçamental das autoridades.

41. As reformas do setor energético e da empresa de serviços de utilidade pública, EMAE, são necessárias para preservar a sustentabilidade da dívida e apoiar o crescimento. A EMAE tem acumulado um volume significativo de atrasados ao longo do tempo e, até à altura, os avanços nos planos das autoridades para a reforma da empresa têm sido limitados. O comité de pilotagem criado recentemente, presidido pelo Primeiro-Ministro, deve ajudar a recuperar o ímpeto das reformas, bem como assegurar os progressos na reformulação da atual estrutura tarifária e modificação da matriz de produção, com menor ênfase na produção termoelétrica. A reforma da EMAE reduzirá a pressão sobre a dívida pública e as reservas cambiais, e resultará no abastecimento fiável de eletricidade a um baixo custo, que é um elemento fundamental para desbloquear o potencial de crescimento e desenvolvimento do país.

42. O BCSTP deve administrar ativamente a liquidez do setor bancário para apoiar a paridade cambial e a recuperação incipiente. Tendo em visto o aumento acentuado da liquidez nos últimos meses, o BCSTP deve formular e implementar um plano para a redução gradual do excesso de liquidez em relação ao seu pico atual, nomeadamente com a renovação dos certificados de depósito, e deve estar preparado para ajustar os requisitos de liquidez e de reservas e emitir certificados de depósitos adicionais, conforme necessário.

43. Dada a difícil conjuntura económica, é preciso a fortalecer a capacidade do BCSTP de administrar os riscos e as vulnerabilidades do setor financeiro e reforçar a supervisão desse setor. A realização de testes de stress periódicos para identificar precocemente possíveis pressões sobre o risco de crédito devido às consequências da pandemia de Covid-19, bem como a obrigatoriedade de planos de contingências e medidas corretivas para garantir que os bancos permaneçam devidamente capitalizados, devem ser elementos integrantes das práticas de supervisão do BCSTP. Além disso, devem ser concluídos os esforços para a resolução do legado de crédito malparado por meio do quadro regulatório. As demais recomendações da avaliação das salvaguardas devem também ser implementadas sem demora.

44. Prosseguir nas reformas estruturais abrangentes e na aplicação de políticas para o desenvolvimento do setor do turismo facilitará o investimento privado e estimulará o crescimento e o emprego. No curto prazo, a atualização recente dos sistemas de pagamentos nacionais para autorizar o uso de cartões de crédito internacionais impulsionará as receitas do turismo e a inclusão financeira. Além disso, tomar medidas para remover o país da lista negra de

segurança aérea da União Europeia poderia contribuir para a recuperação económica ao ajudar a estimular o comércio internacional e o turismo. Com o tempo, a execução dos projetos de infraestruturas planeados, como a reabilitação das estradas e a expansão do aeroporto e do porto, resultará na remoção dos principais entraves ao desenvolvimento e apoiará setores chaves da economia, como o turismo e a agricultura. Os esforços contínuos para promover a igualdade de género e adaptação às alterações climáticas também contribuirão para apoiar o crescimento a médio prazo.

45. O corpo técnico apoia o pedido das autoridades para a conclusão da segunda avaliação ao abrigo do acordo ECF e a dispensa do cumprimento de critério de desempenho.

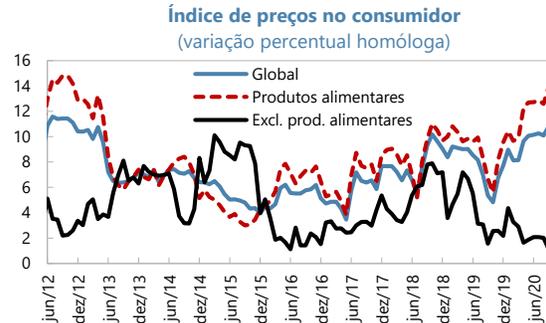
O corpo técnico apoia também o pedido das autoridades de uma prorrogação de um ano da aprovação temporária para a retenção das medidas que resultam em restrições cambiais e uma prática de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à jurisdição do FMI ao abrigo da alínea a) da Secção 2 e da Secção 3 do Artigo VIII, pelas razões expostas no parágrafo 32.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: Uma economia duramente atingida pela pandemia de Covid-19

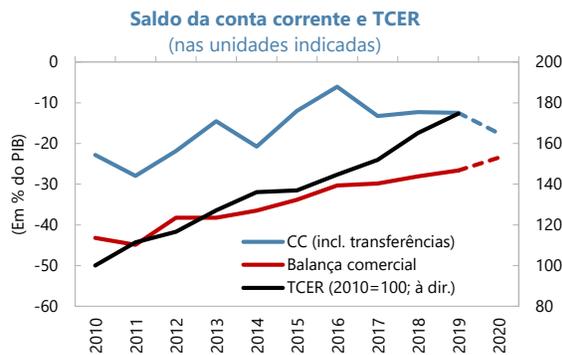
À medida que o crescimento abrandou em 2019, a pandemia levou a economia a uma recessão...



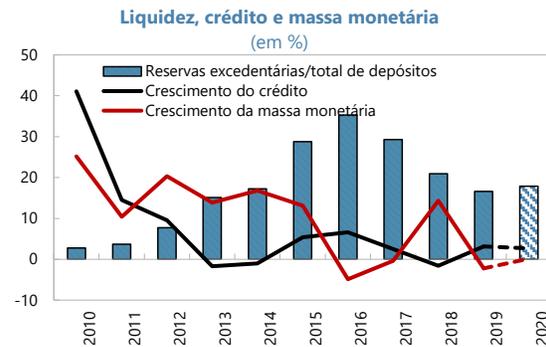
...enquanto a inflação global acelerou, impulsionada pela subida dos preços dos alimentos devido à fraca pluviosidade.



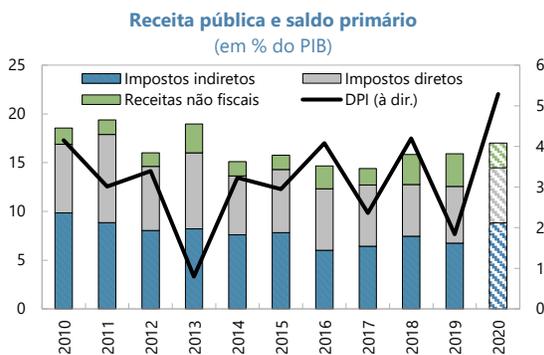
Com a pandemia, a conta corrente deteriorou ainda mais em 2020 devido à paralisação do turismo...



...o crescimento do crédito abrandou a despeito das ações do banco central para garantir ampla liquidez e...



O défice primário interno (DPI) excluindo donativos aumentou consideravelmente...



Contudo, as reservas internacionais aumentaram, como reflexo da entrada expressiva de recursos dos parceiros de desenvolvimento para financiar as necessidades de financiamento orçamental e externo.

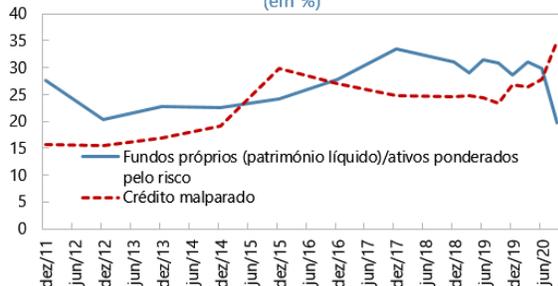


Fontes: Autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: A incerteza económica afetou o setor bancário

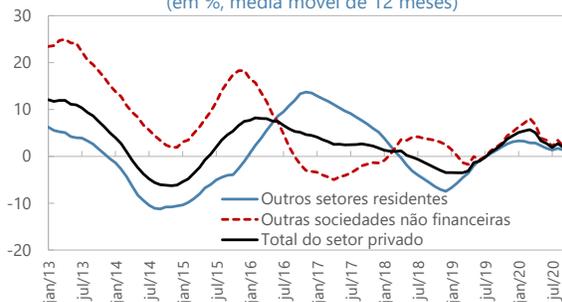
Os bancos continuam bem capitalizados, mas a pandemia e uma economia enfraquecida estão a pressionar a qualidade dos ativos bancários, e o crédito malparado está a aumentar...

Adequação dos fundos próprios e crédito malparado (em %)



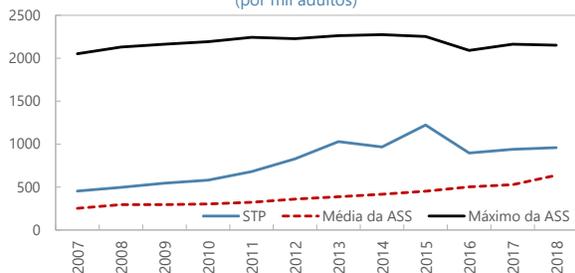
O crescimento do crédito ao setor privado declinou durante a pandemia.

Crescimento do crédito ao setor privado (em %, média móvel de 12 meses)



O acesso ao sistema bancário é bom por comparação com outros países subsarianos...

Número de depositantes nos bancos comerciais (por mil adultos)



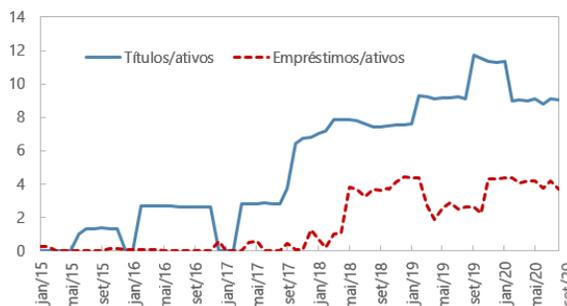
...assim como os empréstimos sob supervisão.

Empréstimos vencidos/empréstimos brutos (em %)



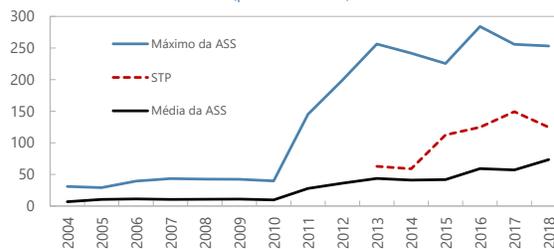
Entretanto, a exposição da banca ao governo tem estado a aumentar, o que reforça o nexo financeiro-orçamental

Créditos e títulos do governo (em % do total de ativos dos bancos comerciais)



...mas o acesso ao crédito permanece limitado e tem estado a diminuir recentemente.

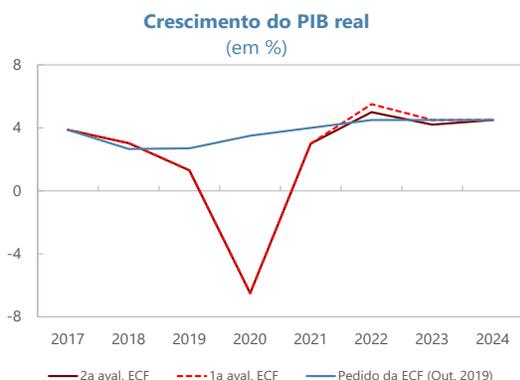
Número de mutuários do setor das famílias junto aos bancos comerciais (por mil adultos)



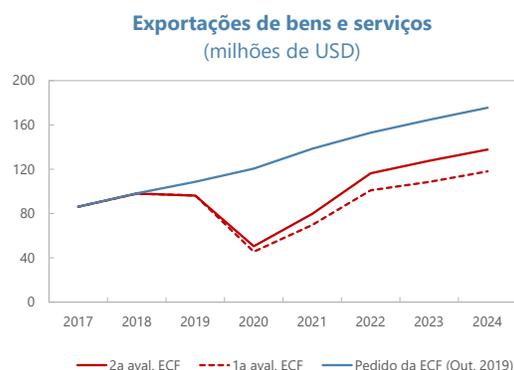
Fontes: Autoridades são-tomenses, inquérito do FMI sobre o acesso financeiro, e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Efeitos macroeconómicos da pandemia de Covid-19

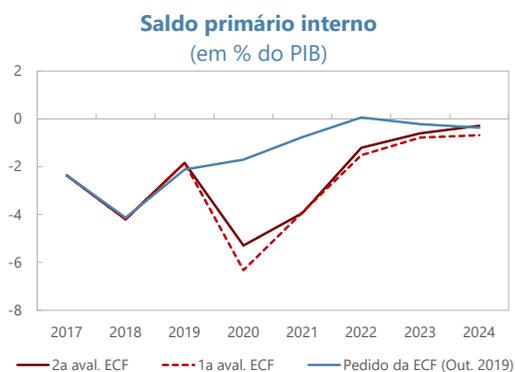
Espera-se que a pandemia de Covid-19 provoque uma forte contração económica...



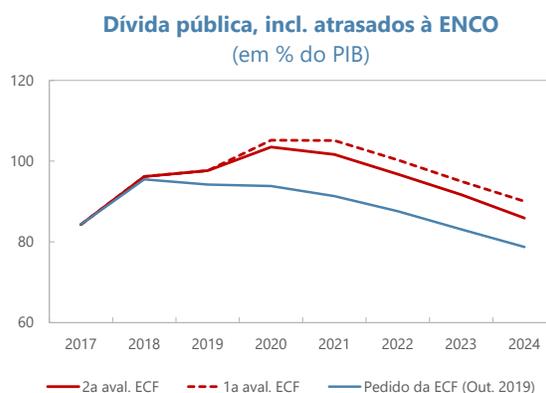
...e uma queda brusca das exportações.



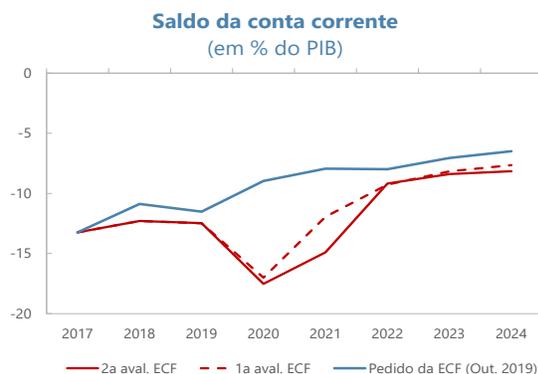
Após uma deterioração inicial devido à pandemia, a consolidação orçamental gradual reduzirá o défice orçamental...



...e colocará a dívida pública numa trajetória descendente.



Com o ajustamento orçamental e o aumento das receitas do turismo, a conta corrente irá melhorar...



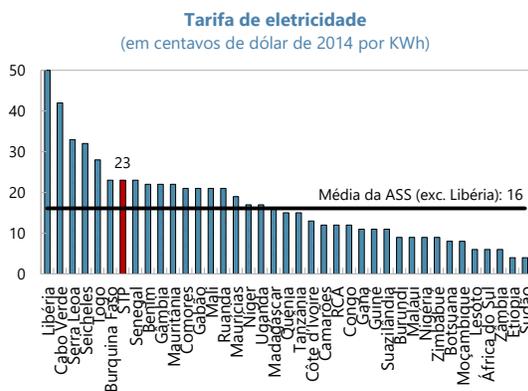
...e as reservas internacionais serão reconstituídas.



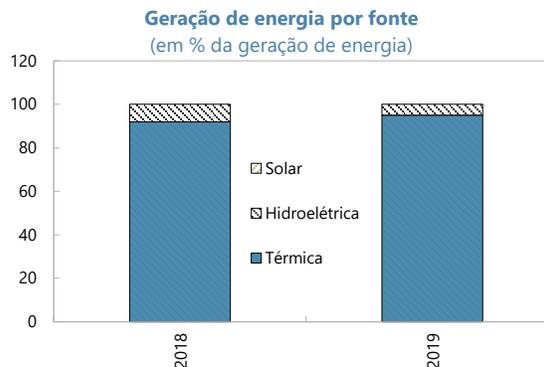
Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Figura 4. São Tomé e Príncipe: Um setor energético insustentável

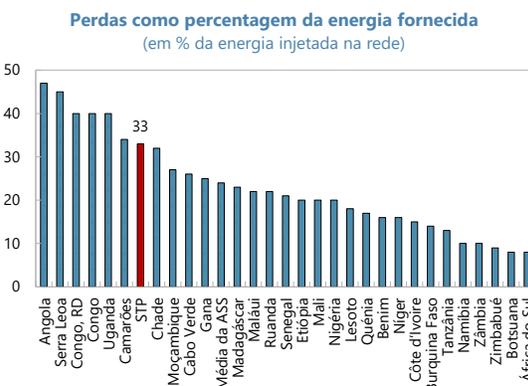
As tarifas de eletricidade em STP são superiores à média dos outros países subsarianos...



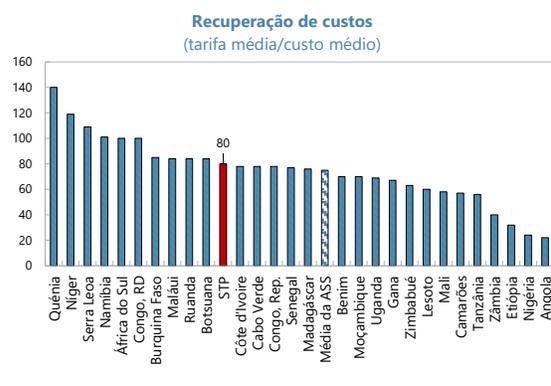
...o que reflete a maior dependência do país em relação às centrais térmicas para a geração de energia, uma modalidade cara.



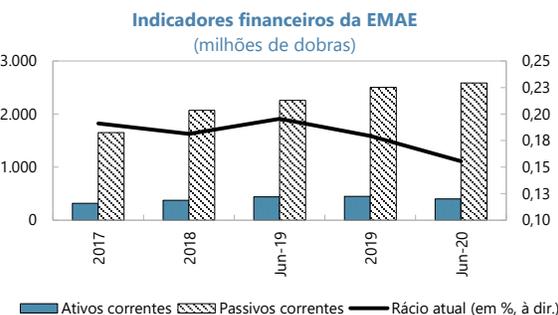
Além disso, o total de perdas (técnicas e comerciais) situa-se entre os mais elevados da região...



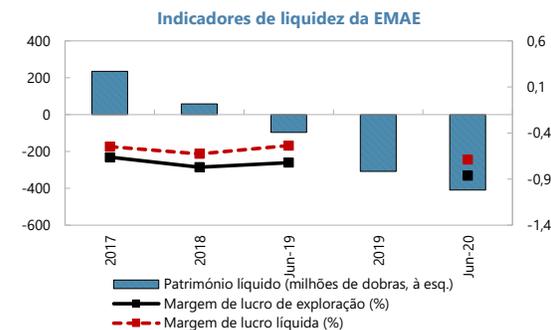
...o que impede o setor de recuperar os custos, apesar das tarifas elevadas.



Além disso, o total de perdas (técnicas e comerciais) situa-se entre os mais elevados da região...



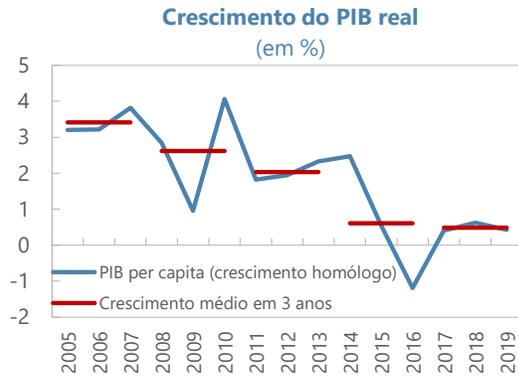
...o que impede o setor de recuperar os custos, apesar das tarifas elevadas.



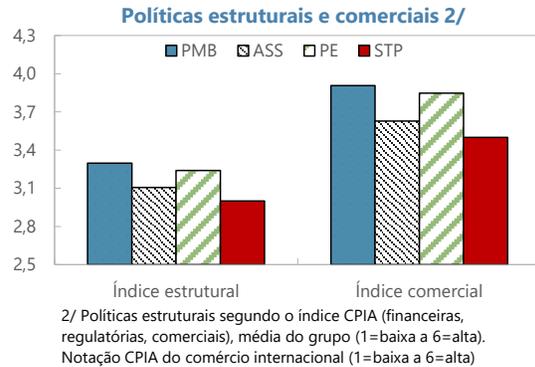
Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe, Plano de Produção de Energia ao Menor Custo (PPEMC) e Plano de Melhoria da Gestão (PMG); e estimativas do corpo técnico do FMI.

Figura 5. São Tomé e Príncipe: Entraves estruturais ao crescimento sustentável e inclusivo

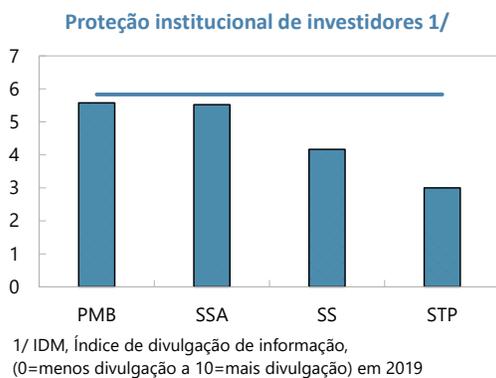
O crescimento do PIB de STP tem exibido uma trajetória descendente nos últimos 15 anos...



O crescimento em baixa, agravado pela fragilidade das políticas estruturais e comerciais, quando comparadas a países homólogos...



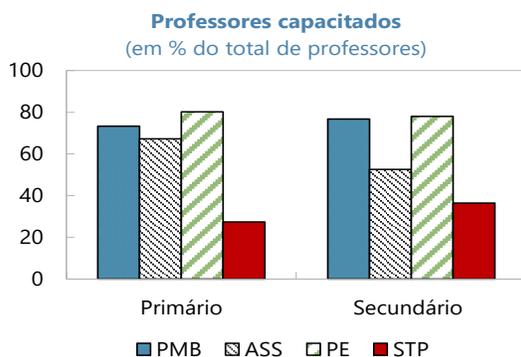
A proteção institucional limitada conferida aos investidores...



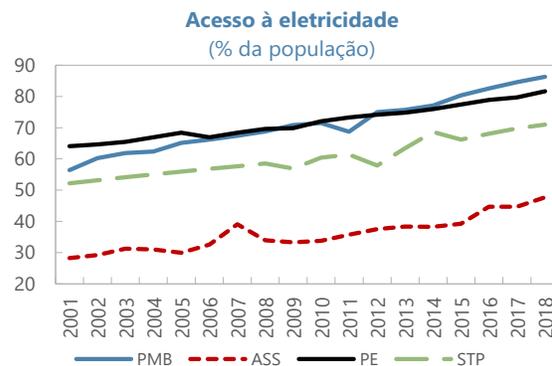
...e o longo prazo necessário para garantir a execução dos contratos, são sinais de um ambiente de negócios fraco.



A qualidade do ensino é inferior à de países homólogos com escassez de professores capacitados



Contudo, foram feitos bons progressos ao longo do tempo na melhoria do acesso à eletricidade.



Abreviaturas: PMB – países de rendimento médio-baixo, ASS - África Subsariana, PE - pequenos estados (países com população inferior a 1,5 milhões, conforme classificação do Banco Mundial).

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses; *World Economic Outlook*; e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Indicadores Económicos Seleccionados, 2016–25
(Variação percentual anual, salvo indicação em contrário)

	2016	2017	2018	2019		2020		2021		2022	2023	2024	2025
				1. ^a aval.	Proj.	1. ^a aval.	Proj.	Proj.	Proj.				
Rendimento nacional e preços													
PIB a preços constantes	4,2	3,9	3,0	1,3	-6,5	-6,5	3,0	3,0	5,0	4,2	4,5	4,5	4,5
Deflador do PIB	5,1	2,0	2,6	5,7	3,5	4,0	3,0	4,0	3,5	3,5	3,5	3,5	3,5
Preços no consumidor (fim do período)	5,1	7,7	9,0	7,7	8,0	10,2	8,0	10,1	6,2	5,0	5,0	5,0	5,0
Preços no consumidor (média do período)	5,4	5,7	7,9	7,7	7,9	9,8	8,0	10,6	8,1	5,8	5,2	5,0	5,0
Comércio externo													
Exportações de bens e serviços não faturiais	8,9	-10,8	13,9	-1,9	-52,7	-47,5	53,1	58,0	45,9	9,7	8,0	7,8	7,8
Importações de bens e serviços não faturiais	-0,4	5,5	4,3	-5,3	-17,9	-7,1	2,2	3,8	15,7	6,8	6,7	5,7	5,7
Taxa de câmbio (novas dobras por USD; fim do período) ¹	23,4	20,7	21,5	22,0
Taxa de câmbio efetiva real (média do período, depr. = -)	5,7	4,9	8,7	5,7
Moeda e crédito													
Base monetária	5,0	-9,6	0,8	-7,4	-4,6	22,6	6,1	-6,6	1,3	4,3
Massa monetária (M3)	-4,8	-0,4	14,3	-2,2	-0,6	1,2	6,1	7,1	8,7	7,8
Crédito à economia	6,6	2,5	-1,6	3,2	0,1	1,1	2,7	4,6	5,6	5,2
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,8	3,1	2,9	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Taxa de juro de referência do banco central (%)	10,0	9,0	9,0	9,0
Taxa média dos empréstimos bancários (%)	19,6	19,6	19,9	19,1
Finanças públicas (em % do PIB)													
Total de receita, donativos e bônus de assin. do petróleo	28,2	24,9	24,1	22,5	24,6	28,2	22,7	21,5	24,4	24,4	24,2	24,0	24,0
<i>D/q:</i> Receitas fiscais	12,3	12,7	12,8	12,6	12,9	14,5	13,2	14,8	15,5	15,8	15,9	16,0	16,0
Receitas não fiscais	2,3	1,7	3,1	3,3	2,4	2,5	2,8	2,9	3,1	2,8	2,9	3,1	3,1
Donativos	13,5	10,5	8,3	6,6	9,3	11,2	6,7	3,8	5,9	5,8	5,4	4,9	4,9
Total da despesa e concessão líquida de empréstimos	32,4	27,6	26,0	22,5	29,2	26,7	26,4	25,4	25,6	25,2	24,7	24,4	24,4
Despesas com pessoal	8,9	8,3	9,3	9,2	11,0	10,9	10,3	11,1	10,6	10,3	10,2	10,2	10,2
Juros devidos	0,4	0,5	0,4	0,7	0,7	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	0,3
Despesa corrente excl. juros e salários	8,0	6,9	7,0	7,6	8,4	8,4	8,2	8,3	8,1	8,0	8,0	8,1	8,1
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	0,7	0,7	1,4	0,1	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	0,5
Despesas de investimento financiadas por doadores	14,2	11,0	7,8	4,8	5,5	3,0	5,9	3,3	5,8	5,8	5,4	5,1	5,1
Despesas de invest. relacionadas à Iniciativa HIPC	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2
Despesas relativas à Covid-19	3,1	3,5	1,0	1,7
Saldo primário interno ²	-4,1	-2,4	-4,2	-1,8	-6,3	-5,3	-3,9	-3,9	-1,2	-0,6	-0,3	-0,1	-0,1
Endividamento interno líquido	2,8	1,8	3,4	-1,5	-0,9	-1,7	3,1	3,7	0,8	0,2	0,3	0,1	0,1
Saldo global (base de compromissos)	-4,2	-2,7	-1,9	-0,1	-4,6	1,5	-3,7	-3,9	-1,2	-0,8	-0,5	-0,5	-0,5
Dívida pública ³	80,9	84,3	96,2	97,7	105,2	103,5	105,1	101,7	96,8	91,7	85,9	79,4	79,4
<i>D/q:</i> Dívida da EMAE à ENCO	16,1	19,3	23,3	26,4	32,7	31,8	34,4	33,1	33,1	32,4	30,9	29,4	29,4
Setor externo													
Saldo da conta corrente (em % do PIB)													
Incl. transferências oficiais	-6,1	-13,2	-12,3	-12,5	-17,0	-17,5	-11,9	-14,9	-9,2	-8,4	-8,2	-8,0	-8,0
Excl. transferências oficiais	-20,0	-24,3	-21,0	-19,0	-26,3	-28,7	-18,6	-18,7	-15,0	-14,2	-13,6	-12,9	-12,9
VA da dívida externa (% do PIB)	31,5	26,6	27,1	27,2	33,8	32,2	33,9	30,1	29,0	27,8	26,3	25,2	25,2
Serviço da dívida externa (% das exportações) ⁴	3,3	3,8	2,6	4,5	9,5	8,6	8,8	7,7	6,9	6,2	7,6	6,7	6,7
Export. de bens e serv. não faturiais (milhões de USD)	96,6	86,1	98,0	96,2	45,5	50,5	69,7	79,7	116,3	127,6	137,7	148,5	148,5
Reservas internacionais brutas ⁵													
Milhões de USD	55,9	51,4	35,1	40,4	54,1	54,7	58,8	58,1	64,9	68,6	71,8	73,3	73,3
Meses de import. de bens e serviços não faturiais ⁶	4,9	4,2	3,0	3,8	6,0	5,1	5,6	5,0	5,2	5,1	5,1	5,0	5,0
Em meses das importações de 2019	3,5	4,6	4,7	5,0	5,0	5,6
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	11,5	11,3	19,5	18,8	15,2	16,2	12,4	13,2	11,8	9,6	7,9	6,5	6,5
Por memória													
Produto Interno Bruto													
Milhões de novas dobras	7.698	8.154	8.619	9.230	8.933	8.976	9.477	9.615	10.449	11.269	12.188	13.182	13.182
Milhões de USD	347,5	375,8	415,6	421,8	398,4	418,8	426,1	482,6	529,7	574,1	622,0	673,3	673,3
Per capita (em USD)	1.738	1.842	1.989	1.980	1.828	1.921	1.911	2.164	2.333	2.474	2.625	2.782	2.782

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O ponto médio da taxa do BCSTP.

² Exclui as receitas relacionadas com o petróleo, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados e despesas de investimento financiadas com recursos externos.

³ Total da dívida pública e com garantia pública, conforme definido na ASD, a qual inclui a dívida da EMAE à ENCO (e exclui os atrasados de pagamento do governo com a EMAE devido à consolidação).

⁴ Em percentagem das exportações de bens e serviços não faturiais.

⁵ As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP em cumprimento das RMC, pedidos de licenciamento e exigências de fundos próprios.

⁶ Importações de bens e serviços não faturiais, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 2a. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2016–25
(Em milhões de novas dobras)

	2016	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025
					1. ^a aval.	Proj.	1. ^a aval.	Proj.				
Total de receitas e donativos ¹	2168	2034	2081	2073	2201	2532	2153	2069	2554	2752	2954	3157
Total da receita	1130	1174	1365	1468	1369	1526	1522	1702	1942	2093	2294	2513
Receitas fiscais	949	1036	1099	1160	1152	1300	1255	1428	1623	1781	1938	2109
<i>Direitos aduaneiros</i>	371	388	486	472	535	585	551	611	611	645	704	769
<i>D/q: Pagamento à ENCO</i>	0	22	22	22	20	20	20	20	20
<i>Outros impostos</i>	578	647	613	689	617	715	704	817	1012	1136	1234	1340
Receitas não fiscais ²	181	138	266	308	217	226	266	274	319	312	355	404
<i>D/q: Receita do petróleo</i>	74	51	212	70	2	23	2	23	2	2	2	2
Donativos	1038	860	715	605	832	1006	631	367	612	659	660	644
Donativos para projetos	891	594	557	333	471	239	397	152	399	430	419	408
Donativos não destinados a projetos ⁶	81	198	125	186	277	704	160	149	148	159	172	168
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	65	67	33	86	83	63	74	66	65	69	69	69
Total da despesa	2494	2253	2243	2079	2608	2399	2502	2446	2679	2840	3013	3219
<i>D/q: Despesa primária interna</i>	1370	1316	1536	1568	1910	1956	1868	2059	2026	2139	2307	2506
Despesas correntes	1334	1287	1436	1616	1798	1774	1800	1913	2003	2106	2264	2456
Despesas com pessoal	684	681	798	848	980	980	980	1070	1110	1163	1248	1350
Juros devidos	34	43	34	66	66	42	48	43	45	45	43	41
Bens e serviços	249	253	260	235	255	255	260	260	277	299	323	349
Transferências	282	234	273	268	318	318	318	348	378	393	425	473
Outras despesas correntes ²	84	76	71	199	179	179	194	192	192	207	224	243
Despesas de investimento	1141	952	795	454	513	297	583	344	649	705	721	735
Financiadas pelo Tesouro	50	58	122	9	20	28	26	29	42	50	59	64
Financiadas por fontes externas	1090	894	673	445	493	269	557	315	608	656	663	671
Despesas de invest. relacionadas à Iniciativa HIPC	19	15	12	9	22	18	23	23	26	28	28	27
Despesas relativas à Covid-19	274	310	95	165
Financiadas pelo Tesouro	136	178	66	136
Financiadas por fontes externas	138	132	29	29
Saldo primário interno ³	-314	-193	-362	-170	-565	-475	-370	-379	-126	-68	-35	-14
Saldo orçamental global (base de compromissos) ⁶	-326	-219	-162	-6	-407	133	-349	-377	-125	-88	-59	-62
Varição líquida dos atrasados internos	0	6	76	-100	-70	-70	-23	-73	-23	-23	-23	-23
Float e discrepâncias estatísticas	0	-53	-24	251	0	0	0	0	0	0	0	0
Saldo orçamental global (base de caixa) ⁶	-30	-215	-111	145	-477	63	-372	-450	-149	-111	-82	-85
Financiamento	30	215	111	-145	24	-63	372	450	149	111	82	85
Externo líquido	62	103	67	-20	47	52	37	55	51	64	30	60
Desembolsos ⁴	143	160	116	96	161	162	190	192	209	225	244	264
Financiamento programático (empréstimos) ⁵	32	37	16
Interno líquido	-32	112	44	-125	-23	-116	335	395	98	47	53	25
Crédito bancário líquido ao governo	-32	112	44	-125	-1	-94	358	415	118	67	72	44
Crédito bancário (líquido, excl. a CNP) ⁵	-5	103	210	-142	-83	-151	292	352	89	23	37	16
<i>D/q: Recursos do FMI retrocedidos pelo BCSTP</i>	59	394	383	118	105	0	0	0	0
Conta Nacional do Petróleo	-27	9	-167	17	82	57	66	63	29	44	36	29
Financiamento não bancário	0	0	0	0	-22	-22	-22	-20	-20	-20	-20	-20
Défice de financiamento	0	0	0	0	-453	0	0	0	0	0	0	0
Banco Mundial (apoio orçamental)	224	0
BAfD (apoio orçamental)	229	0
Por memória												
Produto Interno Bruto	7698	8154	8619	9230	8933	8976	9477	9615	10449	11269	12188	13182
Dívida pública (em % do PIB)	81	84	96	98	105	103	105	102	97	92	86	79
Perdas da EMAE	438	285	349	388

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ A receita é medida em base de caixa.

² As "receitas não fiscais" e "outras despesas correntes" exibiram forte aumento em 2019 devido à incorporação de algumas entidades autónomas nas contas do Tesouro.

³ Exclui as receitas relacionadas com o petróleo e uma fração da sobretaxa do petróleo para o pagamento da dívida da ENCO, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados, despesas de investimento com financiamento externo e capitalização de organismos regionais, conforme a definição do MTE.

⁴ Inclui o empréstimo de Angola em 2016 e 2017.

⁵ Inclui o uso do apoio do FMI ao programa.

⁶ Não inclui os donativos orçamentais do BM e do BAfD esperados em 2020 (equiv. a 224 milhões de dobras cada um), que devem colmatar o défice de financiamento.

Tabela 2b. São Tomé e Príncipe: Operações Financeiras do Governo Central, 2016–25
(Em % do PIB)

	2016	2017	2018	2019	2020			2021			2022	2023	2024	2025
					Ped.			Ped.						
					ECF	1.º aval.	Proj.	1.º aval.	Proj.	Proj.				
Total da receitas e donativos ¹	28,2	24,9	24,1	22,5	23,6	24,6	28,2	22,7	21,5	24,4	24,4	24,2	24,0	
Total da receita	14,7	14,4	15,8	15,9	14,7	15,3	17,0	16,1	17,7	18,6	18,6	18,8	19,1	
Receitas fiscais	12,3	12,7	12,8	12,6	13,0	12,9	14,5	13,2	14,8	15,5	15,8	15,9	16,0	
Direitos aduaneiros	4,8	4,8	5,6	5,1	5,5	6,0	6,5	5,8	6,4	5,8	5,7	5,8	5,8	
D/q: Pagamento à ENCO	0,0	0,3	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	
Outros impostos	7,5	7,9	7,1	7,5	7,5	6,9	8,0	7,4	8,5	9,7	10,1	10,1	10,2	
Receitas não fiscais ²	2,3	1,7	3,1	3,3	1,8	2,4	2,5	2,8	2,9	3,1	2,8	2,9	3,1	
D/q: Receita do petróleo	1,0	0,6	2,5	0,8	0,6	0,0	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	
Donativos	13,5	10,5	8,3	6,6	8,9	9,3	11,2	6,7	3,8	5,9	5,8	5,4	4,9	
Donativos para projetos	11,6	7,3	6,5	3,6	6,4	5,3	2,7	4,2	1,6	3,8	3,8	3,4	3,1	
Donativos não destinados a projetos ⁶	1,1	2,4	1,5	2,0	1,8	3,1	7,8	1,7	1,5	1,4	1,4	1,4	1,3	
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0,8	0,8	0,4	0,9	0,7	0,9	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	
Total da despesa	32,4	27,6	26,0	22,5	23,9	29,2	26,7	26,4	25,4	25,6	25,2	24,7	24,4	
D/q: Despesa primária interna	17,8	16,1	17,8	17,0	15,5	21,4	21,8	19,7	21,4	19,4	19,0	18,9	19,0	
Despesas correntes	17,3	15,8	16,7	17,5	15,7	20,1	19,8	19,0	19,9	19,2	18,7	18,6	18,6	
Despesas com pessoal	8,9	8,3	9,3	9,2	8,8	11,0	10,9	10,3	11,1	10,6	10,3	10,2	10,2	
Juros devidos	0,4	0,5	0,4	0,7	0,6	0,7	0,5	0,5	0,4	0,4	0,4	0,4	0,3	
Bens e serviços	3,2	3,1	3,0	2,5	2,4	2,9	2,8	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	2,7	
Transferências	3,7	2,9	3,2	2,9	3,3	3,6	3,5	3,4	3,6	3,6	3,5	3,5	3,6	
Outras despesas correntes ²	1,1	0,9	0,8	2,2	0,6	2,0	2,0	2,0	2,0	1,8	1,8	1,8	1,8	
Despesas de investimento	14,8	11,7	9,2	4,9	8,0	5,7	3,3	6,2	3,6	6,2	6,3	5,9	5,6	
Financiadas pelo Tesouro	0,7	0,7	1,4	0,1	0,2	0,2	0,3	0,3	0,3	0,4	0,4	0,5	0,5	
Financiadas por fontes externas	14,2	11,0	7,8	4,8	7,8	5,5	3,0	5,9	3,3	5,8	5,8	5,4	5,1	
Despesas de invest. relacionadas à Iniciativa HIPC	0,2	0,2	0,1	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	0,2	
Despesas relativas à Covid-19	3,1	3,5	1,0	1,7	
Financiadas pelo Tesouro	1,5	2,0	0,7	1,4	
Financiadas por fontes externas	1,5	1,5	0,3	0,3	
Saldo primário interno ³	-4,1	-2,4	-4,2	-1,8	-1,7	-6,3	-5,3	-3,9	-3,9	-1,2	-0,6	-0,3	-0,1	
Saldo orçamental global (base de compromissos) ⁶	-4,2	-2,7	-1,9	-0,1	-0,3	-4,6	1,5	-3,7	-3,9	-1,2	-0,8	-0,5	-0,5	
Variação líquida dos atrasados internos	0,0	0,1	0,9	-1,1	-0,7	-0,8	-0,8	-0,2	-0,8	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	
Float e discrepâncias estatísticas	0,0	-0,7	-0,3	2,7	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Saldo orçamental global (base de caixa) ⁶	-0,4	-2,6	-1,3	1,6	-0,9	-5,3	0,7	-3,9	-4,7	-1,4	-1,0	-0,7	-0,6	
Financiamento	0,4	2,6	1,3	-1,6	0,9	0,3	-0,7	3,9	4,7	1,4	1,0	0,7	0,6	
Externo líquido	0,8	1,3	0,8	-0,2	-0,1	0,5	0,6	0,4	0,6	0,5	0,6	0,2	0,5	
Desembolsos ⁴	1,9	2,0	1,3	1,0	1,4	1,8	1,8	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	
Financiamento programático (empréstimos) ⁵	0,4	0,5	0,2	
Amortização programada	-1,5	-1,2	-0,8	-1,3	-1,5	-1,3	-1,2	-1,6	-1,4	-1,5	-1,4	-1,8	-1,5	
Interno líquido	-0,4	1,4	0,5	-1,4	1,0	-0,3	-1,3	3,5	4,1	0,9	0,4	0,4	0,2	
Crédito bancário líquido ao governo	-0,4	1,4	0,5	-1,4	1,4	0,0	-1,0	3,8	4,3	1,1	0,6	0,6	0,3	
Crédito bancário (líquido, excl. a CNP) ⁵	-0,1	1,3	2,4	-1,5	1,2	-0,9	-1,7	3,1	3,7	0,8	0,2	0,3	0,1	
D/q: Recursos do FMI retrocedidos pelo BCSTP	0,6	1,1	4,4	4,3	1,2	1,1	0,0	0,0	0,0	0,0	
Conta Nacional do Petróleo	-0,3	0,1	-1,9	0,2	0,2	0,9	0,7	0,7	0,7	0,3	0,4	0,3	0,2	
Financiamento não bancário	0,0	0,0	0,0	0,0	-0,3	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,2	-0,1	
Défice de financiamento	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	-5,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Banco Mundial (apoio orçamental)	2,51	0,0	
BAfD (apoio orçamental)	2,56	0,0	
Por memória														
PIB nominal (milhões de novas dobras)	7.698	8.154	8.619	9.230	9.997	8.933	8.976	9.477	9.615	10.449	11.269	12.188	13.182	
Dívida pública	81	84	96	98 0	0	105	103 0	105	102	97	92	86	79	
Perdas da EMAE	5,8	3,7	3,8	4,2	

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ A receita é medida em base de caixa.

² As "receitas não fiscais" e "outras despesas correntes" exibiram forte aumento em 2019 devido à incorporação de algumas entidades autónomas nas contas do Tesouro.

³ Exclui as receitas relacionadas com o petróleo e uma fração da sobretaxa do petróleo para o pagamento da dívida da ENCO, donativos, juros auferidos, pagamentos de juros programados, despesas de investimento com financiamento externo e capitalização de organismos regionais, conforme a definição do Memorando Técnico de Entendimento.

⁴ Inclui o empréstimo de Angola em 2016 e 2017.

⁵ Inclui o uso do apoio do FMI ao programa.

⁶ Não inclui os donativos orçamentais do BM e do BAfD esperados em 2020 (equivalentes a 224 milhões de dobras cada um), que devem colmatar o défice de financiamento.

Tabela 3a. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2016–25
 (Em milhões de USD)

	2016	2017	2018	2019	2020		2021		2022	2023	2024	2025
					1.ª aval.	Proj.	1.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Balança comercial	-105,5	-112,1	-116,8	-112,3	-82,6	-98,4	-97,2	-101,3	-119,9	-128,3	-135,9	-144,4
Exportações, FOB	13,6	15,6	16,0	14,1	14,7	17,7	20,3	23,2	25,9	28,5	31,2	33,8
Cacau	8,6	8,6	8,2	6,9	7,0	4,6	11,4	7,9	9,9	11,6	13,4	14,0
Reexportação	3,2	4,7	6,8	3,4	3,4	3,9	3,2	4,2	4,1	4,8	5,0	6,4
Importações, FOB	-119,1	-127,7	-132,9	-126,4	-97,2	-116,1	-117,5	-124,5	-145,8	-156,7	-167,1	-178,2
Alimentos	-36,1	-31,6	-31,1	-31,3	-29,3	-31,8	-30,2	-33,4	-35,7	-38,0	-40,4	-43,1
Produtos petrolíferos	-21,7	-27,6	-33,6	-34,2	-18,8	-23,6	-20,1	-27,2	-29,4	-31,3	-33,4	-35,6
Bens de investimento não petrolíferos	-31,2	-33,5	-31,3	-23,5	-27,1	-25,4	-28,7	-24,6	-37,0	-39,4	-41,2	-43,3
Bens de invest. ligados ao setor petrolífero	-12,7	-21,2	-19,6	-25,5	-19,8	-24,2	-22,5	-29,2	-34,0	-35,0	-37,9	-40,7
Outros	-17,4	-13,8	-17,2	-11,9	-2,2	-11,1	-16,0	-10,2	-9,7	-13,1	-14,1	-15,6
Serviços e rendimentos (líquido)	19,9	3,9	13,5	16,2	-30,2	-29,9	4,5	-4,5	21,4	26,2	29,5	33,9
Exportações de serviços não fatoriais	82,9	70,5	82,0	82,1	30,9	32,7	49,4	56,5	90,4	99,1	106,5	114,7
D/q : Viagens e turismo	68,8	59,9	68,0	66,6	14,7	14,9	29,3	29,7	63,1	74,3	82,3	89,0
Importações de serviços não fatoriais	-63,9	-65,5	-68,6	-64,5	-59,5	-61,3	-42,8	-59,6	-67,2	-70,8	-75,7	-78,5
Serviços fatoriais (líquido)	1,0	-1,1	0,1	-1,5	-1,6	-1,4	-2,1	-1,4	-1,7	-2,1	-1,4	-2,2
D/q : Relacionados ao petróleo	0,0	-0,2	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1
Transferências privadas (líquido)	15,9	16,7	16,3	15,9	8,0	8,0	13,5	15,5	18,9	20,4	22,0	23,8
Transferências oficiais (líquido)	48,5	41,7	36,0	27,6	37,1	46,9	28,4	18,4	31,0	33,6	33,7	32,9
D/q : Donativos para projetos (excl. donativos HIPC)	40,2	27,4	26,9	15,2	21,0	11,2	17,8	7,6	20,2	21,9	21,4	20,8
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	2,9	3,1	1,6	3,9	3,7	2,9	3,3	3,3	3,3	3,5	3,5	3,5
Saldo da conta corrente												
Incl. transferências oficiais	-21,1	-49,7	-51,1	-52,6	-67,8	-73,4	-50,9	-71,9	-48,6	-48,2	-50,7	-53,7
Excl. transferências oficiais	-69,6	-91,5	-87,1	-80,2	-104,9	-120,3	-79,3	-90,3	-79,6	-81,7	-84,4	-86,6
Conta de capital e financeira	-9,8	75,8	-3,7	42,5	19,3	45,3	37,7	61,9	44,8	51,2	53,7	57,2
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Conta financeira	-9,8	75,8	-3,7	42,5	19,3	45,3	37,7	61,9	44,8	51,2	53,7	57,2
Investimento direto estrangeiro	22,3	33,0	21,1	30,0	22,9	27,9	26,9	35,5	40,1	41,5	46,2	51,1
Investimento relacionado ao petróleo	19,3	32,1	20,6	26,9	20,8	25,5	23,7	30,7	35,8	36,8	39,9	42,8
Investimento de carteira (líquido)	0,2	0,6	-21,7	-7,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Bônus de assinatura do petróleo	3,3	2,3	10,2	3,2	0,1	1,1	0,1	0,1	1,2	0,1	0,1	0,1
Outros investimentos (líquido)	-35,7	39,9	-13,4	16,9	-3,7	16,4	10,8	26,3	3,5	9,5	7,4	6,0
Ativo	-19,5	2,2	-9,5	-8,5	-8,5	-8,5	-8,6	-8,6	-8,7	-8,9	-9,0	-9,2
Setor público (líquido)	2,4	2,9	2,6	-1,1	1,8	2,8	1,7	2,8	2,6	3,2	1,5	3,1
Empréstimos para projetos	6,4	7,4	5,6	4,4	7,2	7,5	8,5	9,7	10,6	11,5	12,4	13,5
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Amortização	-4,0	-4,4	-3,0	-5,5	-5,4	-4,7	-6,9	-6,9	-8,0	-8,2	-10,9	-10,4
D/q : Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	-2,5	-2,6	-1,4	-3,4	-3,3	-2,6	-2,9	-2,9	-2,9	-3,2	-3,2	-3,2
Setor privado (líquido)	-18,6	34,7	-6,5	26,5	3,1	22,1	17,7	32,1	9,7	15,1	14,9	12,1
Bancos comerciais	13,8	8,8	-5,0	-1,5	0,6	-0,7	-0,2	4,0	-0,1	0,7	0,0	0,0
Capital privado de curto prazo	-32,3	25,9	-1,5	28,0	2,5	22,7	17,9	28,1	9,7	14,4	14,9	12,1
Erros e omissões	21,7	-32,2	46,9	10,2	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Saldo global	-6,4	-9,6	-8,1	0,1	-48,5	-28,1	-13,2	-10,0	-3,8	3,0	3,0	3,5
Financiamento	6,4	9,6	8,1	-0,1	26,4	28,1	7,5	10,0	3,8	-3,0	-3,0	-3,5
Var. nas reservas oficiais, excl. FMI e CNP (aumento = -)	6,8	6,7	15,8	-3,1	5,4	5,9	0,0	1,7	-2,0	-4,6	-4,2	-4,4
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,9	2,6	0,5	2,3	17,3	19,3	4,7	4,7	4,5	-0,6	-0,5	-0,5
Compras	1,8	2,8	0,9	2,7	17,5	17,5	5,2	5,2	5,2	0,0	0,0	0,0
Aumento do acordo ECF						2,0						
Recompras (incl. reembolso MDRI)	-0,9	-0,2	-0,4	-0,4	-0,2	-0,22	-0,6	-0,6	-0,8	-0,6	-0,5	-0,5
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-1,3	0,2	-8,2	0,7	3,5	2,6	2,9	3,0	1,4	2,2	1,7	1,4
Financiamento excepcional (CCRT do FMI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,2	0,3	...	0,6
Déficit de financiamento (+)	0,0	0,0	0,0	0,0	22,1	0,0	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Por memória:												
Saldo da conta corrente (em % do PIB)												
Incl. transferências oficiais	-6,1	-13,2	-12,3	-12,5	-17,0	-17,5	-11,9	-14,9	-9,2	-8,4	-8,2	-8,0
Excl. transferências oficiais	-20,0	-24,3	-21,0	-19,0	-26,3	-28,7	-18,6	-18,7	-15,0	-14,2	-13,6	-12,9
Rácio do serviço da dívida (em % das exportações) ¹	3,3	3,8	2,6	4,5	9,5	8,6	8,8	7,7	6,9	6,2	7,6	6,7
Reservas internacionais brutas ²												
Milhões de USD	55,9	51,4	35,1	40,4	54,1	54,7	58,8	58,1	64,9	68,6	71,8	73,3
Meses de import. de bens e serv. não fatoriais ³	4,9	4,2	3,0	3,8	6,0	5,1	5,6	5,0	5,2	5,1	5,1	5,0

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP em cumprimento das RMC, pedidos de licenciamento e exigências de fundos próprios.

³ Importações de bens e serviços não fatoriais, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 3b. São Tomé e Príncipe: Balança de Pagamentos, 2016–25
(Em % do PIB)

	2016	2017	2018	2019	2020		2021			2022	2023	2024	2025
					1.ª aval.	Proj.	1.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	
Balança comercial	-30,3	-29,8	-28,1	-26,6	-20,7	-23,5	-22,8	-21,0	-22,6	-22,3	-21,8	-21,4	
Exportações, FOB	3,9	4,1	3,9	3,3	3,7	4,2	4,8	4,8	4,9	5,0	5,0	5,0	
Cacau	2,5	2,3	2,0	1,6	1,8	1,1	2,7	1,6	1,9	2,0	2,2	2,1	
Reexportação	0,9	1,3	1,6	0,8	0,9	0,9	0,8	0,9	0,8	0,8	0,8	1,0	
Importações, FOB	-34,3	-34,0	-32,0	-30,0	-24,4	-27,7	-27,6	-25,8	-27,5	-27,3	-26,9	-26,5	
Alimentos	-10,4	-8,4	-7,5	-7,4	-7,4	-7,6	-7,1	-6,9	-6,7	-6,6	-6,5	-6,4	
Produtos petrolíferos	-6,2	-7,3	-8,1	-8,1	-4,7	-5,6	-4,7	-5,6	-5,5	-5,5	-5,4	-5,3	
Bens de investimento não petrolíferos	-9,0	-8,9	-7,5	-5,6	-6,8	-6,1	-6,7	-5,1	-7,0	-6,9	-6,6	-6,4	
Bens de invest. ligados ao setor petrolífero	-3,7	-5,6	-4,7	-6,1	-5,0	-5,8	-5,3	-6,0	-6,4	-6,1	-6,1	-6,0	
Outros	-5,0	-3,7	-4,1	-2,8	-0,6	-2,7	-3,7	-2,1	-1,8	-2,3	-2,3	-2,3	
Serviços e rendimentos (líquido)	5,7	1,0	3,2	3,8	-7,6	-7,1	1,0	-0,9	4,0	4,6	4,7	5,0	
Exportações de serviços não fatoriais	23,9	18,8	19,7	19,5	7,7	7,8	11,6	11,7	17,1	17,3	17,1	17,0	
D/q: Viagens e turismo	19,8	15,9	16,4	15,8	3,7	3,5	6,9	6,2	11,9	12,9	13,2	13,2	
Importações de serviços não fatoriais	-18,4	-17,4	-16,5	-15,3	-14,9	-14,6	-10,0	-12,4	-12,7	-12,3	-12,2	-11,7	
Serviços fatoriais (líquido)	0,3	-0,3	0,0	-0,4	-0,4	-0,3	-0,5	-0,3	-0,3	-0,4	-0,2	-0,3	
D/q: Relacionados ao petróleo	0,0	-0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Transferências privadas (líquido)	4,6	4,4	3,9	3,8	2,0	1,9	3,2	3,2	3,6	3,5	3,5	3,5	
Transferências oficiais (líquido)	14,0	11,1	8,7	6,6	9,3	11,2	6,7	3,8	5,9	5,8	5,4	4,9	
D/q: Donativos para projetos (excl. donativos HIPC)	11,6	7,3	6,5	3,6	5,3	2,7	4,2	1,6	3,8	3,8	3,4	3,1	
Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	0,8	0,8	0,4	0,9	0,9	0,7	0,8	0,7	0,6	0,6	0,6	0,5	
Saldo da conta corrente													
Incl. transferências oficiais	-6,1	-13,2	-12,3	-12,5	-17,0	-17,5	-11,9	-14,9	-9,2	-8,4	-8,2	-8,0	
Excl. transferências oficiais	-20,0	-24,3	-21,0	-19,0	-26,3	-28,7	-18,6	-18,7	-15,0	-14,2	-13,6	-12,9	
Conta de capital e financeira	-2,8	20,2	-0,9	10,1	4,8	10,8	8,9	12,8	8,5	8,9	8,6	8,5	
Transferências de capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Conta financeira	-2,8	20,2	-0,9	10,1	4,8	10,8	8,9	12,8	8,5	8,9	8,6	8,5	
Investimento direto estrangeiro	6,4	8,8	5,1	7,1	5,7	6,7	6,3	7,4	7,6	7,2	7,4	7,6	
Recuperação da desp. de invest. do petróleo	-5,6	-8,5	-5,0	-6,4	-5,2	-6,1	-5,6	-6,4	-6,8	-6,4	-6,4	-6,4	
Investimento de carteira (líquido)	0,1	0,2	-5,2	-1,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Bónus de assinatura do petróleo	1,0	0,6	2,5	0,8	0,0	0,3	0,0	0,0	0,2	0,0	0,0	0,0	
Outros investimentos (líquido)	-10,3	10,6	-3,2	4,0	-0,9	3,9	2,5	5,4	0,7	1,7	1,2	0,9	
Ativo	-5,6	0,6	-2,3	-2,0	-2,1	-2,0	-2,0	-1,8	-1,6	-1,5	-1,4	-1,4	
Setor público (líquido)	0,7	0,8	0,6	-0,3	0,4	0,7	0,4	0,6	0,5	0,6	0,2	0,5	
Empréstimos para projetos	1,9	2,0	1,3	1,0	1,8	1,8	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	2,0	
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Amortização	-1,1	-1,2	-0,7	-1,3	-1,4	-1,1	-1,6	-1,4	-1,5	-1,4	-1,8	-1,5	
D/q: Donativos relacionados à Iniciativa HIPC	-0,7	-0,7	-0,3	-0,8	-0,8	-0,6	-0,7	-0,6	-0,6	-0,5	-0,5	-0,5	
Setor privado (líquido)	-5,3	9,2	-1,6	6,3	0,8	5,3	4,2	6,7	1,8	2,6	2,4	1,8	
Bancos comerciais	4,0	2,3	-1,2	-0,4	0,1	-0,2	0,0	0,8	0,0	0,1	0,0	0,0	
Capital privado de curto prazo	-9,3	6,9	-0,4	6,6	0,6	5,4	4,2	5,8	1,8	2,5	2,4	1,8	
Erros e omissões	6,2	-8,6	11,3	2,4	0,0								
Saldo global	-1,8	-2,6	-1,9	0,0	-12,2	-6,7	-3,1	-2,1	-0,7	0,5	0,5	0,5	
Financiamento	1,8	2,6	1,9	0,0	6,6	6,7	1,8	2,1	0,7	-0,5	-0,5	-0,5	
Var. nas reservas oficiais, excl. FMI e CNP (aumento = -)	2,0	1,8	3,8	-0,7	1,3	1,4	0,0	0,4	-0,4	-0,8	-0,7	-0,7	
Uso dos recursos do FMI (líquido)	0,3	0,7	0,1	0,6	4,3	4,6	1,1	1,0	0,8	-0,1	-0,1	-0,1	
Compras	0,5	0,7	0,2	0,6	4,4	4,2	1,2	1,1	1,0	0,0	0,0	0,0	
Conta Nacional do Petróleo (aumento = -)	-0,4	0,1	-2,0	0,2	0,9	0,6	0,7	0,6	0,3	0,4	0,3	0,2	
Financiamento excepcional (CCRT do FMI)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	
Déficit de financiamento (+)	0,0	0,0	0,0	0,0	5,5	0,0	1,3	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	
Por memória:													
Rácio do serviço da dívida (em % das exportações) ¹	3,3	3,8	2,6	4,5	9,5	8,6	8,8	7,7	6,9	6,2	7,6	6,7	
Reservas internacionais brutas ²													
Milhões de USD	55,9	51,4	35,1	40,4	54,1	54,7	58,8	58,1	64,9	68,6	71,8	73,3	
Meses de import. de bens e serv. não fatoriais ³	4,9	4,2	3,0	3,8	6,0	5,1	5,6	5,0	5,2	5,1	5,1	5,0	

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Em percentagem das exportações de bens e serviços não fatoriais.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP em cumprimento das RMC, pedidos de licenciamento e exigências de fundos próprios.

³ Importações de bens e serviços não fatoriais, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Síntese das Contas do Banco Central, 2016–25
(Em milhões de novas dobras)

	2016	2017	2018	2019		2020		2021		2022	2023	2024	2025
				Ped. ECF	1.ª aval.	Proj.	1.ª aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.	
Ativos externos líquidos	1.775	1.474	1.416	1.448	1.502	1.524	1.511	1.589	1.407	1.487	1.513	1.558	1.615
Crédito a não residentes	2.144	1.840	1.798	1.851	1.939	2.392	2.324	2.559	2.302	2.470	2.475	2.499	2.499
Reservas internacionais oficiais	1.752	1.442	1.352	1.402	1.447	1.893	1.869	2.061	1.858	2.030	2.036	2.061	2.061
Outros ativos externos	392	398	446	449	492	500	455	498	444	440	439	438	438
Passivos com não residentes	-368	-366	-382	-403	-437	-869	-812	-970	-895	-983	-962	-941	-884
Passivos de curto prazo com não residentes ¹	-144	-158	-169	-188	-222	-651	-614	-752	-701	-790	-770	-750	-692
Outros passivos externos	-224	-208	-213	-215	-215	-219	-199	-218	-194	-193	-192	-192	-192
Ativos internos líquidos	-135	9	77	41	-175	-202	187	-187	179	201	51	76	-175
Crédito interno líquido	259	172	133	54	-90	431	381	606	569	659	708	785	598
Crédito a outras sociedades de depósitos	198	195	195	145	190	190	190	190	190	190	190	190	190
Crédito líquido ao governo central	-69	-157	-201	-125	-418	106	55	273	233	314	356	427	233
Crédito ao governo central	446	260	310	370	305	729	730	823	770	851	893	964	770
D/q: Uso de DSE/PRGF	180	211	260	205	255	596	623	625	600	652	650	684	684
Passivos com o governo central	-515	-417	-511	-494	-723	-622	-675	-550	-537	-537	-537	-537	-537
Depósitos do governo central	-33	-41	-20	-20	-41	-41	-110	-41	-46	-46	-46	-46	-46
Recursos de contrapartida	-82	-60	-65	-65	-96	-96	-91	-96	-92	-94	-94	-94	-94
Depósitos em divisas	-400	-316	-426	-409	-586	-485	-474	-413	-399	-396	-396	-396	-396
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-271	-234	-419	-402	-414	-340	-329	-275	-261	-232	-189	-154	-127
Crédito a outros setores	131	135	139	33	138	135	136	143	146	156	162	169	176
Outras rubricas (líquido)	-394	-163	-57	-13	-85	-633	-195	-793	-390	-458	-657	-709	-773
Base monetária (M0)	1.640	1.484	1.496	1.488	1.385	1.321	1.698	1.402	1.586	1.607	1.677	1.694	1.712
Emissão monetária	309	324	393	461	411	436	415	463	419	423	475	475	475
Reservas bancárias	1.332	1.160	1.103	1.027	974	885	1.283	939	1.167	1.184	1.201	1.219	1.237
D/q: Moeda nacional	1.183	1.013	947	867	843	755	1.139	800	1.032	1.047	1.079	1.096	1.114
D/q: Moeda estrangeira	149	147	157	160	131	131	144	139	135	137	122	122	122
Por memória:													
Reservas internacionais brutas (milhões de USD) ²	55,9	51,4	35,1	36,0	40,4	54,1	54,7	58,8	58,1	64,9	68,6	71,8	73,3
Meses de import. de bens e serv. não fatoriais ³	4,9	4,2	3,0	3,3	3,8	6,0	5,1	5,6	5,0	5,2	5,1	5,1	5,0
em meses das importações de 2019	3,5	4,6	4,7	5,0	5,0	5,6
Reservas int. brutas (milhões de USD) incl. reservas dos bancos comerciais	62,3	58,5	42,4	43,4	46,4	60,0	61,8	65,1	64,9	71,9	74,9	78,1	79,6
Meses de import. de bens e serv. não fatoriais ³	5,5	4,8	3,7	4,0	4,4	6,6	5,8	6,2	5,6	5,7	5,6	5,5	0,0
Reservas internacionais líquidas (milhões de USD) ⁴	49,7	43,8	27,2	27,4	30,4	25,0	24,5	25,0	22,7	24,8	29,4	33,6	38,0
Meses de import. de bens e serv. não fatoriais ³	4,4	3,6	2,4	2,5	2,9	2,8	2,3	2,4	1,9	2,0	2,2	2,4	2,6
Conta Nacional do Petróleo (milhões de USD)	11,5	11,3	19,5	18,5	18,8	15,2	16,2	12,4	13,2	11,8	9,6	7,9	6,5
Reservas em divisas dos bancos comerciais (milhões de USD)	6,3	7,1	7,3	7,4	5,9	5,9	7,1	6,2	6,8	6,9	6,2	6,3	6,3
Depósitos garantidos (milhões de USD)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Base monetária (variação percentual anual)	5,0	-9,6	0,8	-0,5	-7,4	-4,6	22,6	6,1	-6,6	1,3	4,3	1,0	1,0

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Os passivos de curto prazo do Banco Central com não residentes incluem as obrigações do país com o FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP em cumprimento das RMC, pedidos de licenciamento e exigências de fundos próprios.

³ Importações de bens e serviços não fatoriais, excluindo importações de bens de investimento e assistência técnica.

⁴ As reservas internacionais líquidas excluem a Conta Nacional do Petróleo e os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP em cumprimento das RMC, pedidos de licenciamento e exigências de fundos próprios.

Tabela 5. São Tomé e Príncipe: Síntese Monetária, 2016–23
(Em milhões de novas dobras)

	2016	2017	2018	2019		2020		2021		2022	2023
				Ped. ECF	Prel.	1.ª aval.	Proj.	1.ª aval.	Proj.		
Ativos externos líquidos	2.105	1.582	1.636	1.615	1.760	1.773	1.763	1.841	1.574	1.654	1.665
Ativos externos líquidos do BCSTP	1.775	1.474	1.416	1.448	1.502	1.524	1.511	1.589	1.407	1.487	1.513
Ativos externos líquidos das outras soc. de depósitos	330	108	220	220	258	249	252	252	167	167	152
Ativos internos líquidos	586	1.099	1.429	1.450	1.238	1.207	1.269	1.321	1.674	1.876	2.142
Crédito interno líquido	1.779	1.972	2.228	2.165	2.158	2.197	2.068	2.603	2.588	2.831	3.025
Crédito líquido ao governo central	-336	-196	94	175	-43	-8	-158	339	259	372	437
Crédito ao governo central	483	687	977	1.041	1.213	1.148	1.050	1.423	1.329	1.443	1.507
Passivos com o governo central	-819	-883	-883	-866	-1.256	-1.155	-1.208	-1.083	-1.070	-1.070	-1.070
Depósitos orçamentais	-33	-41	-20	-20	-41	-41	-110	-41	-46	-46	-46
Recursos de contrapartida	-82	-60	-65	-65	-96	-96	-91	-96	-92	-94	-94
Depósitos em divisas	-704	-782	-798	-781	-1.119	-1.018	-1.007	-946	-932	-930	-930
D/q: Conta Nacional do Petróleo	-271	-234	-419	-402	-414	-340	-329	-275	-261	-232	-189
Créditos a outros setores	2.115	2.168	2.134	1.990	2.202	2.205	2.226	2.263	2.328	2.459	2.588
D/q: Em moeda estrangeira	515	442	395	388	371	373	376	382	393	415	437
(Milhões de USD)	22	21	18	18	17	17	19	17	20	21	22
Outras rubricas (líquido)	-1.193	-873	-799	-715	-921	-989	-799	-1.281	-914	-956	-883
Massa monetária (M3)	2.691	2.681	3.066	3.065	2.998	2.981	3.032	3.162	3.248	3.530	3.807
Passivos em MN incl. na massa monetária (M2)	1.898	1.966	2.325	2.325	2.293	2.280	2.320	2.419	2.485	2.701	2.913
Moeda (M1)	1.522	1.578	1.849	1.849	1.907	1.897	1.930	2.012	2.067	2.246	2.422
Notas e moedas em poder do público	259	295	314	296	315	313	319	332	341	371	400
Depósitos transferíveis em dobras	1.264	1.283	1.535	1.553	1.592	1.583	1.611	1.680	1.726	1.875	2.022
Outros depósitos em dobras	375	388	476	476	386	384	390	407	418	454	490
Depósitos em divisas	794	716	741	740	704	700	712	743	763	829	894
Por memória:											
Velocidade (PIB/M3; fim do período)	2,8	3,1	2,9	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0	3,0
Multiplicador monetário (M3/M0)	1,6	1,8	2,0	2,1	2,2	2,3	1,8	2,3	2,0	2,2	2,3
Base monetária (taxa de crescimento em 12 meses)	5,0	-9,6	0,8	-0,5	-7,4	-4,6	22,6	6,1	-6,6	1,3	4,3
Crédito a outros setores resid. (tx. de cresc. em 12 meses)	6,6	2,5	-1,6	-6,7	3,2	0,1	1,1	2,7	4,6	5,6	5,2
M3 (taxa de crescimento em 12 meses)	-4,8	-0,4	14,3	0,0	-2,2	-0,6	1,2	6,1	7,1	8,7	7,8
Rácio de euroização	32,3	27,1	26,2	23,9	25,6	26,2	26,7	26,2	27,0

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 6. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Solidez Financeira, 2016–2020¹
(Em percentagens, salvo indicação em contrário)

	2016		2017		2018		2019		2019		2020		2020	
	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.		
Adequação dos fundos próprios														
Capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco	27,8	33,6	30,7	28,9	31,5	30,9	28,5	31,1	29,9	19,7				
Percentual dos bancos (em relação ao total) com um rácio capital regulamentar/ativos ponderados pelo risco														
... igual ou superior a 10%	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
... entre 6% e 10%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... inferior ao mínimo de 6%	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Capital (património líquido)/ativos	22,5	24,0	20,8	20,5	19,5	19,5	18,9	19,0	18,4	17,7				
Dep. em bancos com rácio fundos próprios/ativos inferior a 6%														
... (em milhões de dobras)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... (em % dos depósitos)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
... (% do PIB)	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Qualidade dos ativos														
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	27,5	17,2	9,7	9,4	8,8	8,7	8,4	8,0	8,2	8,2				
Empréstimos vencidos/empréstimos brutos	30,7	27,6	26,9	29,4	26,8	25,5	28,1	30,0	36,2	36,9				
Empréstimos malparados/total do crédito														
Empréstimos malparados/crédito (definição do IFRS)	27,0	24,9	24,6	24,9	24,5	23,5	26,7	26,5	27,9	34,2				
Empréstimos sob supervisão	3,7	2,8	2,3	4,5	2,3	2,1	1,4	4,0	8,3	2,7				
Provisão como percentagem dos empréstimos vencidos	71,2	80,0	79,7	75,8	83,9	85,2	83,8	79,0	70,1	71,5				
Lucros e rentabilidade														
Rendibilidade dos ativos (ROA)	0,0	-0,6	-0,1	0,2	0,4	0,8	-0,2	0,5	0,3	0,0				
Rendibilidade dos capitais próprios (ROE)	0,2	-3,0	-0,8	0,9	2,0	4,2	-1,4	2,8	2,0	-0,3				
Despesas (incl. amortização e provisões)/rendimento	108,6	112,8	106,7	98,6	97,6	92,1	108,0	89,0	101,5	116,1				
Liquidez														
Ativos líquidos/total do ativo	54,0	49,7	50,1	41,9	43,7	44,0	40,1	46,1	45,5	46,7				
Ativos líquidos/passivo de curto prazo	84,6	69,1	66,3	55,5	56,8	57,0	51,6	59,0	57,8	58,8				
Empréstimos/total do passivo	47,0	53,1	51,6	51,6	50,8	51,3	51,3	49,1	48,9	48,6				
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	26,6	28,6	25,8	25,2	24,3	25,0	25,5	26,0	25,8	24,4				
Empréstimo/depósitos	63,5	59,7	59,1	59,1	58,1	58,4	59,5	56,1	55,4	54,8				
Sensibilidade ao risco de mercado														
Passivo em moeda estrangeira/capitais próprios	91,5	90,5	98,2	98,0	100,2	103,3	109,0	111,0	114,8	113,1				

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Excluindo o Banco Equador (a partir de dezembro de 2016) e o BPSTP (a partir de junho de 2018).

Tabela 7. São Tomé e Príncipe: Necessidades e Fontes de Financiamento Externo, 2020–24
(Em milhões de USD)

	2020	2021		2022	2023	2024
	Proj.	1a. aval.	Proj.	Proj.	Proj.	Proj.
Necessidades brutas de financiamento	-119,3	-86,7	-96,0	-90,4	-95,2	-100,0
Conta corrente externa, excl. transferências oficiais	-120,3	-79,3	-90,3	-79,6	-81,7	-84,4
Exportações, FOB	17,7	20,3	23,2	25,9	28,5	31,2
Importações, FOB	-116,1	-117,5	-124,5	-145,8	-156,7	-167,1
Serviços e rendimentos (líquido)	-29,9	4,5	-4,5	21,4	26,2	29,5
Transferências privadas	8,0	13,5	15,5	18,9	20,4	22,0
Conta financeira	-5,0	-7,4	-7,4	-8,8	-8,9	-11,5
Amortização programada	-4,7	-6,9	-6,9	-8,0	-8,2	-10,9
Reembolsos ao FMI	-0,2	-0,6	-0,6	-0,8	-0,6	-0,5
Variação nas reservas externas (- = aumento)	5,9	0,0	1,7	-2,0	-4,6	-4,2
Disponibilidade de recursos	119,3	81,1	96,1	90,5	95,1	100,1
Fundo Nacional do Petróleo (líquido)	3,6	2,9	3,1	2,5	2,3	1,9
Bónus de assinatura do petróleo	1,1	0,1	0,1	1,2	0,1	0,1
Poupança (- = acum. do fundo de reserva petr.)	2,6	2,9	3,0	1,4	2,2	1,7
Desembolsos previstos	54,5	36,9	28,1	41,6	45,0	46,1
Assistência intercalar multilateral HIPC	2,9	3,3	3,3	3,3	3,5	3,5
Donativos	44,0	25,0	15,1	27,7	30,0	30,2
Empréstimos concessionais	7,5	8,5	9,7	10,6	11,5	12,4
Empréstimos para projetos	7,5	8,5	9,7	10,6	11,5	12,4
Empréstimos para programas	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Setor privado (líquido)	41,4	36,0	59,0	41,1	47,8	52,1
ECF do FMI	5,2	5,2	5,2	5,2	0,0	0,0
Aumento do acordo ECF	2,0
CCRT do FMI	0,3	...	0,6
RCF do FMI	12,3
Défice de financiamento	0,0	5,6	0,0	0,0	0,0	0,0

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

Tabela 8. São Tomé e Príncipe: Indicadores da Capacidade de Reembolso ao FMI, 2020–34
(Em 3 de dezembro de 2020)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030	2031	2032	2033	2034
Obrigações com o FMI com base no crédito existente (milhões de DSE)															
Capital	0,00	0,31	0,60	0,75	0,76	2,04	3,43	3,24	2,99	2,86	1,58	0,00	0,00	0,00	0,00
Encargos e juros	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Obrigações com o FMI com base no crédito existente e potencial (milhões de DSE)															
Capital	0,00	0,31	0,60	0,75	0,76	2,04	4,00	4,58	4,89	4,77	3,48	1,33	0,57	0,00	0,00
Encargos e juros	0,00	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01	0,01
Obrigações totais baseadas no crédito existente e potencial															
Milhões de DSE	0,00	0,32	0,61	0,76	0,77	2,05	4,01	4,59	4,90	4,78	3,49	1,34	0,58	0,01	0,01
Milhões de USD	0,00	0,44	0,85	1,06	1,08	2,88	5,64	6,46	6,90	6,73	4,91	1,89	0,82	0,01	0,00
Porcentagem das exportações de bens e serviços	0,00	0,56	0,73	0,83	0,78	1,94	3,60	3,89	3,93	3,63	2,51	0,91	0,37	0,01	0,00
Porcentagem do serviço da dívida ¹	0,00	7,22	10,63	13,47	10,28	28,80	53,99	63,08	69,09	68,10	47,68	18,49	8,11	0,14	0,00
Porcentagem da quota	0,00	2,16	4,12	5,14	5,20	13,85	27,09	31,01	33,11	32,30	23,58	9,05	3,92	0,07	0,00
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	0,00	0,77	1,31	1,55	1,50	3,93	7,70	8,81	9,88	9,84	7,29	2,84	1,25	0,02	0,00
Porcentagem do PIB	0,00	0,09	0,16	0,19	0,17	0,43	0,76	0,80	0,78	0,70	0,47	0,17	0,07	0,00	0,00
Saldo em dívida com o FMI															
Milhões de DSE	20,5	24,0	27,2	26,4	25,7	23,6	19,6	15,0	10,2	5,4	1,9	0,6	0,0	0,0	0,0
Milhões de USD	28,4	33,3	37,9	36,9	36,0	33,2	27,6	21,2	14,3	7,6	2,7	0,8	0,0	0,0	0,0
Porcentagem das exportações de bens e serviços	56,2	41,8	32,6	29,0	26,1	22,4	17,6	12,8	8,1	4,1	1,4	0,4	0,0	0,0	0,0
Porcentagem do serviço da dívida ¹	655,8	540,6	473,6	468,6	342,7	331,8	264,2	206,7	143,1	76,8	26,0	7,9	0,0	0,0	0,0
Porcentagem da quota	138,4	162,0	183,6	178,6	173,4	159,6	132,6	101,6	68,6	36,4	12,8	3,9	0,0	0,0	0,0
Porcentagem das reservas internacionais brutas ²	51,9	57,4	58,3	53,8	50,1	45,3	37,7	28,9	20,5	11,1	4,0	1,2	0,0	0,0	0,0
Porcentagem do PIB	6,8	6,9	7,2	6,4	5,8	4,9	3,7	2,6	1,6	0,8	0,3	0,1	0,0	0,0	0,0
Uso líquido do crédito do FMI (milhões de DSE)															
Desembolsos	10,9	3,5	3,2	-0,8	-0,8	-2,0	-4,0	-4,6	-4,9	-4,8	-3,5	-1,3	-0,6	0,0	0,0
Reembolsos	10,9	3,8	3,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	0,0	0,3	0,6	0,8	0,8	2,0	4,0	4,6	4,9	4,8	3,5	1,3	0,6	0,0	0,0
Por memória:															
Exportações de bens e serviços (milhões de USD)	50,5	79,7	116,3	127,6	137,7	148,5	157,0	165,9	175,4	185,4	196,0	207,3	219,2	231,8	245,2
Serviço da dívida (milhões de USD)	4,3	6,2	8,0	7,9	10,5	10,0	10,5	10,2	10,0	9,9	10,3	10,2	10,1	10,0	9,9
Quota (milhões de DSE)	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8	14,8
Reservas internacionais brutas ²	54,7	58,1	64,9	68,6	71,8	73,3	73,3	73,3	69,8	68,4	67,4	66,3	65,5	64,5	63,6
PIB (milhões de USD)	419	483	530	574	622	673	738	810	880	956	1039	1129	1203	1282	1367

Fontes: Dados das autoridades são-tomenses e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ Alívio da dívida HIPC e MDRI. O total do serviço da dívida inclui recompras e reembolsos ao FMI.

² As reservas internacionais brutas excluem a Conta Nacional do Petróleo, os depósitos em divisas dos bancos comerciais no BCSTP em cumprimento das RMC, pedidos de licenciamento e exigências de fundos próprios.

Tabela 9. São Tomé e Príncipe: Calendário Proposto de Desembolsos ao Abrigo do Acordo ECF, 2019–22

Data de disponibilidade¹	Condições para o desembolso	Montante em DSE	% da quota²
02/10/19	Aprovação do acordo pelo Conselho.	1.902.857	12,86
15/03/20	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2019 e conclusão da primeira avaliação.	3.382.857	22,86
15/11/20	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2020 e conclusão da segunda avaliação.	1.902.857	12,86
15/05/21	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2020 e conclusão da terceira avaliação.	1.902.857	12,86
15/09/21	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2021 e conclusão da quarta avaliação.	1.902.857	12,86
15/04/22	Observância dos CD contínuos e para o fim de dezembro de 2021 e conclusão da quinta avaliação.	1.902.858	12,86
15/10/22	Observância dos CD contínuos e para o fim de junho de 2022 e conclusão da sexta avaliação.	1.902.857	12,86
	Total	14.800.000	100,0

Fonte: Fundo Monetário Internacional.

¹ Em abril de 2020, foi aprovado um desembolso de 9,028 milhões de DSE no âmbito da RCF.

² O nível global de acesso e a percentagem da quota aumentaram em consequência do aumento de 10% do acesso ao abrigo do acordo ECF.

Anexo I. Agenda de Reformas do Setor Energético

Objetivo	Marcos	Calendário	Situação	Meta
Reduzir o custo de produção de eletricidade e alterar a matriz energética de modo a incorporar mais fontes renováveis	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Reabilitar e expandir a capacidade da única central hidroelétrica em funcionamento na ilha, Central Hidroelétrica do Contador, para 3,2 MW, até junho de 2022. ▪ Implementar o Plano de Produção de Energia ao Menor Custo (PPEMC), que prevê: <ul style="list-style-type: none"> - A produção de 8,8 MW com unidades de energia térmica (HFO ou GNL). - A produção de cerca de 2 MW de uma central fotovoltaica. - A mobilização de parcerias para estudar e explorar o potencial hidroelétrico latente. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Médio prazo ▪ Médio prazo: <ul style="list-style-type: none"> - Médio prazo - Médio prazo - Médio prazo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atrasado. Estão a ser elaborados os documentos do concurso que será lançado em 2021. ▪ Atrasado. O governo recebeu múltiplas propostas não solicitadas que não estavam alinhadas com os parâmetros do PPEMC (projetos com capacidade e custos excessivos). 	<p>Reduzir o custo médio de energia produzida de 0,25 para 0,14 USD/kWh até 2024</p> <p>Aumentar a proporção de energias renováveis de 5% para 45% até 2024</p>
Reduzir o pico do consumo de eletricidade e diminuir o consumo de eletricidade em geral	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar o programa para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas LED. ▪ Aprovar uma lei que proíbe a importação de lâmpadas incandescentes/fluorescentes. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Junho 2021 ▪ Junho 2022 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Cumprido parcialmente. O concurso foi concluído em novembro de 2020 e o contrato deverá ser assinado até ao final de 2020. ▪ O projeto de lei foi preparado pelo consultor e submetido ao Ministério das Finanças. 	<p>Reduzir o pico de consumo em 10% e o consumo global de eletricidade em 15% num prazo de 12 meses</p>
Melhorar a gestão da distribuição de eletricidade por parte da EMAE a fim de reduzir as perdas e melhorar as taxas de cobrança	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar o Plano de Melhoria da Gestão (PMG), que prevê: <ul style="list-style-type: none"> - A elaboração dos documentos de concurso para a aquisição de sistemas de gestão de informação. - A elaboração, com o consultor de RH, da proposta de reestruturação organizacional da EMAE, e da descrição das funções dos diretores e dos gestores. - O processo de seleção dos diretores e gestores. - A nomeação do Diretor de Projeto para o PMG. - A nomeação do Gestor de Projeto para o Plano de Redução de Perdas (PRP). - A seleção de uma empresa de consultoria de gestão para apoiar a EMAE na implementação do PGM. - A elaboração de um plano de regularização dos atrasados junto com os consumidores. O corte do abastecimento aos clientes com pagamentos em atraso. - A limitação do consumo e a garantia do pagamento atempado das contas pelas entidades públicas. ▪ Instalar contadores para reduzir o roubo de gásóleo nas centrais térmicas e para assegurar perdas inferiores a 5% do volume fornecido para a produção de energia. ▪ Implementar o programa de instalação de contadores apoiado pelo BEI e pelo Banco Mundial, incluindo a instalação completa de 200 contadores de alta tensão, 3 mil contadores nos grandes clientes e 16 mil contadores nos clientes residenciais. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Médio prazo: <ul style="list-style-type: none"> - Ago. 2020 - Ago. a out. 2020 - Ago. a out. 2020 - Ago. 2020 - Ago. 2020 - Out. 2020 - Dar continuidade após a crise. - Nov. 2020 ▪ Junho de 2021 ▪ Junho de 2021 (final de 2021 para os contadores residenciais) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atrasado. <ul style="list-style-type: none"> - O consultor elaborou a documentação dos concursos. A capacidade limitada na EMAE gerou atrasos na revisão técnica. - A empresa de consultoria em RH elaborou uma agenda de reforma para o desmembramento da EMAE, o que contraria o objetivo fixado. O Banco Mundial trabalhará com o consultor de RH para retomar o caminho certo. ▪ Atrasado. A documentação dos concursos está a ser finalizada; o concurso será lançado no início de 2021. ▪ Cumprido parcialmente. Espera-se que o concurso seja concluído até ao final de novembro de 2020 e o contrato seja assinado em janeiro de 2021. 	<p>Reduzir as perdas (comerciais e técnicas) de 33% para 23% até junho de 2022</p> <p>Aumentar a taxa de cobrança de 85% para 95% até junho de 2022</p>
Proceder à reforma da estrutura tarifária e reforçar o quadro regulamentar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Implementar uma nova estrutura tarifária baseada na real estimativa do custo dos serviços para cada categoria de clientes. ▪ Aprovar um decreto para o ajustamento tarifário, tendo em conta: <ul style="list-style-type: none"> - A definição da estrutura tarifária; a definição das categorias de clientes; os ajustamentos das tarifas sociais; as condições acordadas e o calendário para a obtenção da estrutura de recuperação dos custos. 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Março a dez. 2021 ▪ Março a dez. 2021 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O Banco Mundial concluiu a análise das tarifas e prestou aconselhamento sobre uma reforma tarifária profunda a ser levada a cabo pelo regulador, a AGER. ▪ Atrasado. 	<p>Obter gradualmente uma estrutura tarifária que reflita os custos, até 2024</p>

Nota: HFO = fuelóleo pesado, GNL = gás natural liquefeito, LED = diodo emissor de luz, MF = Ministério das Finanças.

Anexo I. Carta de Intenções

São Tomé, 23 de dezembro de 2020

Exma. Sra. Kristalina Georgieva
Diretora-Geral
Fundo Monetário Internacional
700 19th Street N.W.
Washington, D.C. 20431 EUA

Senhora Diretora-Geral:

O Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe solicita ao Conselho de Administração do FMI que conclua a segunda avaliação do programa apoiado pela Facilidade de Crédito Alargado (ECF) e aprove o terceiro desembolso com base na implementação dos critérios de desempenho (CD) para o final de junho de 2020.

A pandemia da Covid-19 está a afetar seriamente a economia de São Tomé e Príncipe, agravando as vulnerabilidades já existentes do país. O nosso setor do turismo continua parado e as remessas registaram uma queda acentuada. O choque externo e as medidas de mitigação provocaram uma grave recessão e deram origem a consideráveis necessidades de financiamento externo e orçamental. Embora tenhamos implementado rapidamente medidas de contenção e mitigação, tivemos mais de mil casos de Covid-19 e 17 mortes. Com a ajuda da comunidade de desenvolvimento, temos vindo a suprir as nossas necessidades de financiamento externo e orçamental, melhorámos a capacidade do nosso sistema de saúde, expandimos o programa de transferências monetárias a fim de prestar assistência às pessoas mais vulneráveis e apoiámos as empresas nos setores mais afetados. Iniciámos a reabertura gradual da nossa economia em julho e, embora existam sinais de recuperação no horizonte, o ressurgimento da pandemia nos nossos parceiros comerciais e em STP continua a pesar sobre a nossa população, economia e contas externas e orçamentais.

Neste contexto, continuamos concentrados em atender às necessidades imediatas em matéria sanitária, social e económica relacionadas com a pandemia, ao mesmo tempo que continuamos empenhados nas reformas a médio prazo acordadas ao abrigo do programa para apoiar uma recuperação forte e sustentável. Por conseguinte, gostaríamos de solicitar ao Conselho de Administração do FMI que aprovasse a dispensa do cumprimento da meta do programa para o fim de junho de 2020 relativa ao saldo primário interno. Também solicitamos que o Conselho de Administração: i) modifique os critérios de desempenho para o fim de junho de 2021 e metas indicativas para o fim de março de 2021 e fim de setembro de 2021; e ii) aprove os novos critérios de desempenho propostos para o fim de dezembro de 2021 relativos ao saldo primário interno, financiamento bancário interno e reservas internacionais. Pretendemos reduzir o défice orçamental em 2021 conforme acordado ao abrigo do programa e redirecionar a despesa relacionada com a Covid-19 para atender às novas necessidades. Ao longo do tempo, continuaremos a manter os

demais gastos sob controlo, incluindo a massa salarial do setor público. Para apoiar as receitas, introduziremos o IVA em 2021. Além disso, daremos continuidade às reformas estruturais apoiadas pelo programa a fim de lançar as bases para a recuperação, incluindo a reforma do setor energético e da empresa de serviços de utilidade pública, EMAE, para fornecer energia fiável e a baixo custo, enquanto reduzimos as vulnerabilidades cambiais e da dívida ao longo do tempo. Para além disso, estamos a elaborar um plano para retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia para facilitar a retoma do turismo.

Para reforçar a governação e transparência orçamental, publicámos os avisos de adjudicação dos contratos públicos, bem como todos os contratos públicos celebrados cujas informações estavam disponíveis até junho de 2020. Os documentos disponíveis entre junho e agosto de 2020 serão publicados brevemente como ação prévia. Também compilámos e publicámos informações sobre os beneficiários efetivos das empresas a quem foram adjudicados estes contratos, assim como as despesas mensais relacionadas com a Covid-19. Tencionamos implementar todas as recomendações da última avaliação de salvaguardas a fim de reforçar a gestão do Banco Central. O BCSTP está a levar a cabo uma gestão ativa da liquidez de todo o sistema, equilibrando cuidadosamente as necessidades de liquidez durante a pandemia com uma política monetária com a restritividade adequada para proteger o regime de paridade cambial.

O Governo continua empenhado na prossecução dos objetivos de política do programa, designadamente: a consolidação orçamental associada ao reforço dos instrumentos de política monetária para apoiar o regime de paridade cambial; a reforma das empresas públicas e do setor da energia para conter os riscos orçamentais e melhorar o ambiente empresarial; a promoção de uma maior transparência orçamental e prestação de contas; e a intensificação dos esforços em matéria de adaptação às alterações climáticas e igualdade de género. Estes objetivos são críticos para um crescimento sustentável mais inclusivo para criar emprego e melhorar as condições de vida da população em São Tomé e Príncipe. Além disso, no âmbito do nosso esforço global para reduzir a pobreza, elaborámos o Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2020-2024. O plano serve como um roteiro para promover o crescimento económico robusto e a criação de emprego e melhorar a qualidade dos programas de saúde e proteção social para todos os cidadãos. Tal constituirá a base para a nossa próxima Estratégia de Redução da Pobreza e Crescimento (ERPC).

O apoio do FMI continua a ser importante numa altura em que enfrentamos tremendos desafios para o desenvolvimento do nosso país. Acreditamos que as políticas incluídas nos MPEF de setembro de 2019 e julho de 2020, juntamente com o MPEF complementar em anexo, são adequadas para atingir os objetivos do programa, mas tomaremos outras medidas que poderão revelar-se pertinentes para esse efeito. Solicitamos uma extensão das medidas que originaram as restrições cambiais e as práticas de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII, dado que as ações tomadas ao abrigo do programa e os nossos compromissos de política irão apoiar a eliminação das restrições cambiais, e uma extensão é necessária tendo em conta que estas políticas ainda estão a ser implementadas e são necessárias para efeitos da balança de pagamentos.

Consultaremos antecipadamente o FMI sobre a adoção dessas medidas antes de quaisquer alterações às políticas contidas no MPEF, em conformidade com as políticas do FMI sobre esses processos de consulta. Também iremos consultar antecipadamente o corpo técnico do FMI sobre os termos de eventuais financiamentos externos não concessionais, para assegurar que estes não comprometem a sustentabilidade da dívida e estão em linha com a política do FMI relativa aos limites de endividamento. Além disso, comprometemo-nos a i) não impor ou intensificar quaisquer restrições cambiais à realização de pagamentos e transferências para transações internacionais correntes; ii) não impor ou intensificar restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos; iii) não introduzir ou alterar práticas de taxas de câmbio múltiplas; ou iv) não firmar acordos bilaterais de pagamentos que sejam incompatíveis com o Artigo VII do Convénio Constitutivo do FMI, um compromisso que constitui um critério de desempenho contínuo ao abrigo do acordo ECF.

Em linha com este compromisso para com a transparência e prestação de contas, o Governo autoriza o FMI a publicar a presente carta, os respetivos anexos bem como o relatório do corpo técnico, incluindo no sítio Web do FMI, em conformidade com os procedimentos do FMI, após a aprovação do pedido pelo Conselho de Administração do FMI.

Atenciosamente,

/s/
Oswaldo Vaz,
Ministro das Finanças, do Comércio e da
Economia Azul

/s/
Américo Soares de Barros,
Governador do Banco Central de
São Tomé e Príncipe

Anexos

1. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF)
2. Memorando Técnico de Entendimento (MTE)

Anexo I. Memorando de Políticas Económicas e Financeiras Complementar para 2020-22

INTRODUÇÃO

1. Este Memorando de Políticas Económicas e Financeiras (MPEF) complementar atualiza os MPEF aprovados pelo Conselho de Administração do FMI em 2 de outubro de 2019 e 27 de julho de 2020. Neste MPEF, passamos em revista a evolução económica recente e o desempenho ao abrigo do programa apoiado pela ECF, avaliamos as perspectivas e os riscos para a economia e definimos as nossas políticas macroeconómicas para 2021 e anos subsequentes, tendo em consideração as dificuldades de implementação de novas medidas de políticas durante a pandemia da Covid-19.

2. São Tomé e Príncipe tem registado progressos consideráveis ao abrigo do acordo ECF para preservar a sustentabilidade orçamental e externa, bem como para fomentar o desenvolvimento, em plena pandemia da Covid-19. Alcançámos uma redução significativa do défice orçamental em 2019 e esperamos suplantar a meta do défice primário interno para o final de 2020. Porém, devido à pandemia, o país depara-se com obstáculos consideráveis. Não conseguimos cumprir os critérios de desempenho (CD) orçamental para o fim de junho e as ações para cumprir alguns dos indicadores de referência estruturais tiveram de ser adiadas.

3. Embora a pandemia coloque importantes desafios em termos sanitários, sociais e económicos, continuamos empenhados nos objetivos do programa apoiado pela ECF. O desembolso ao abrigo da Linha de Crédito Rápido (RCF) e o aumento da ECF aprovado em 2020, juntamente com o apoio dos nossos parceiros de desenvolvimento, ajudaram-nos a gerir as nossas necessidades imediatas de financiamento externo à luz do surto da Covid-19. Contudo, continuamos a enfrentar pressões sobre o orçamento e a balança de pagamentos e prevemos que as consequências económicas, sociais e sanitárias da pandemia continuarão a ocupar um lugar de destaque durante 2021. Por conseguinte, é importante mobilizar recursos suficientes para conter a pandemia, continuar a prestar assistência às pessoas mais vulneráveis e apoiar a economia, ao mesmo tempo que mantemos os mais elevados níveis de transparência e prestação de contas nas despesas públicas.

EVOLUÇÃO ECONÓMICA RECENTE

4. A fraca procura externa e as medidas de contenção da Covid-19 desencadearam uma grave recessão em 2020 e criaram excecionais necessidades de financiamento externo e orçamentais.

- O PIB real deverá contrair cerca de 6,5% em 2020, dado que o turismo, o comércio e os transportes ficaram praticamente paralisados durante o ano. Apesar da contração, a inflação global deverá subir para cerca de 10%, impulsionada por preços mais altos dos produtos alimentares, refletindo a fraca pluviosidade e produção pesqueira.

- Com o turismo internacional paralisado desde março e a queda das remessas para metade, o défice de conta corrente registou uma deterioração acentuada (cerca de 30% do PIB, líquido de apoio oficial), criando necessidades de financiamento externo imediatas. Contudo, o auxílio financeiro sem precedentes dos parceiros de desenvolvimento apoiou as reservas internacionais brutas que, no final de 2020, deverão situar-se nos 55 milhões de USD (4,7 meses de importações projetadas).¹
- Apesar dos fortes ganhos de receitas decorrentes do pacote de política fiscal introduzido no final de 2019, a despesa relacionada com a pandemia e as pressões salariais provocaram o alargamento do défice orçamental interno em 2020 e o aumento da dívida pública.² O défice primário interno (DPI) no fim de junho de 2020 subiu para 2,6% do PIB. A despesa cresceu devido ao maior nível de gastos de saúde, ao apoio às pessoas mais vulneráveis e aos setores mais atingidos pela pandemia, bem como ao aumento das despesas salariais que refletem promoções há muito esperadas nos militares e a contratação de novos professores e profissionais da saúde. Contudo, como mantivemos a despesa dentro dos limites do orçamento retificativo, o défice orçamental em 2020 deverá situar-se em cerca de 5% do PIB. Apesar do considerável financiamento sob a forma de donativos, com a recente revisão do stock da dívida pública, a dívida pública subirá para cerca de 103,5% do PIB, refletindo, sobretudo, a queda no PIB e a acumulação de prejuízos por parte da empresa pública EMAE.

5. A recessão e a incerteza em torno das condições macroeconómicas estão a afetar o setor bancário. A qualidade dos ativos da banca deteriorou-se, com o crédito malparado a subir aproximadamente 8 pontos percentuais desde o início da pandemia (dados à data de setembro de 2020). No contexto da recessão, o crescimento do crédito ao setor privado começou a abrandar em março de 2020, não obstante a ampla liquidez existente. Neste quadro, um pequeno banco foi intervencionado pelo BCSTP devido ao incumprimento recorrente dos requisitos de capital e liquidez.

DESEMPENHO DO PROGRAMA

6. Registámos progressos constantes ao abrigo do programa da ECF durante 2020. Falhámos a meta do DPI para o fim de junho de 2020, que tinha sido definida antes da pandemia. Contudo, as reservas internacionais líquidas e o financiamento bancário líquido superaram as metas do fim de junho, refletindo a grande entrada de financiamento externo para lidar com a pandemia. Além disso, esperamos suplantar a meta do DPI para o fim de dezembro de 2020.

7. A pandemia atrasou algumas reformas estruturais. Mantivemos os preços de venda dos combustíveis inalterados para apoiar as receitas orçamentais. Implementámos os mais elevados

¹ As reservas internacionais excluem os depósitos em moeda estrangeira dos bancos comerciais no Banco Central. Dada a projeção de forte queda temporária nas importações em 2020, a cobertura de reservas é medida com base nas importações no período anterior à crise (2019).

² O pacote de política fiscal de 2019 incluiu medidas como: o aumento do imposto de consumo sobre determinados produtos (por exemplo, bebidas alcoólicas e serviços de telecomunicações), a redução dos benefícios fiscais em sede de IRS, a manutenção dos preços de venda dos combustíveis em níveis elevados, e a introdução do e-Fatura.

padrões de transparência orçamental, publicando apenas com pequenos atrasos os relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19 e os contratos públicos. Além disso, relativamente a estes contratos, publicámos as informações sobre os beneficiários efetivos das empresas às quais foram adjudicados os contratos. Finalizámos ainda o projeto de Lei Orgânica do BCSTP que prevemos enviar à Assembleia Nacional no início de fevereiro de 2021. Por outro lado, deparámo-nos com atrasos em termos de revisão da Lei das Instituições Financeiras, do desenvolvimento do sistema informático para o IVA, da implementação do plano de reformas para a EMAE e o setor energético e da definição da estratégia para retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia.

PERSPETIVAS, RISCOS E ESTRATÉGIA

8. À medida que a pandemia esmorece e as reformas ao abrigo do acordo ECF avançam, prevemos uma recuperação gradual da economia e a melhoria das posições orçamental e externa. Pressupondo uma recuperação mundial gradual, o PIB real deverá crescer cerca de 3% em 2021, antes de estabilizar em torno dos 4%-4,5% a médio prazo. Ao mesmo tempo que implementamos os nossos planos de consolidação orçamental, prevemos que o défice orçamental primário se aproxime de uma situação de quase equilíbrio ao longo do tempo e que a dívida pública entre numa trajetória descendente. Com o ajustamento orçamental, a recuperação das receitas do turismo e as reformas do setor energético que depende do petróleo, projetamos um reforço do saldo da conta corrente e dos amortecedores das reservas internacionais.

9. A dívida pública irá diminuir, mas o país continua numa situação de sobre-endividamento devido a atrasados externos de longa data que estamos a tentar regularizar. Prevemos que o valor atual (VA) do total da dívida pública e com garantia pública (PGP) retorne a níveis inferiores aos limiares da análise da sustentabilidade da dívida (ASD) associado a uma fraca capacidade de endividamento até 2025. Continuamos ativamente envolvidos em conversações com Angola (4,8 milhões de USD), Brasil (4,3 milhões de USD) e a Guiné Equatorial (1,7 milhões de USD) para regularizar os atrasados externos pendentes (2,6% do PIB). Foi alcançado um acordo com o Governo do Brasil, que carece ainda de ratificação pelo Senado brasileiro. Mais recentemente, demos continuidade aos contactos com Angola e a Guiné Equatorial. Em 2019, também chegámos a acordo com o Governo de Angola e a EMAE para o pagamento dos atrasados à ENCO em termos concessionais, aliviando significativamente o fardo da dívida em termos do valor atual.

10. As perspetivas estão sujeitas a riscos significativos. Uma pandemia prolongada ou atrasos no acesso a vacinas poderão pesar sobre a recuperação económica, aumentar a pressão sobre o nosso sistema de saúde, criar mais pressões em termos de financiamento externo e orçamental, e atrasar os nossos esforços de reforma. As perspetivas dependem igualmente de um apoio sustentado sob a forma de donativos por parte dos doadores externos, a fim de preservar a sustentabilidade da dívida e providenciar os recursos financeiros necessários. Do lado positivo, progressos rápidos nas reformas estruturais do setor da energia e em infraestruturas essenciais (por exemplo, expansão do aeroporto, reabilitação de estradas) podem impulsionar um crescimento mais forte a médio prazo.

11. À luz deste contexto, continuamos empenhados em preservar os feitos alcançados até à data e em implementar as políticas acordadas ao abrigo do programa, ao mesmo tempo que damos resposta aos desafios colocados pela pandemia. A nossa estratégia tem como prioridade: preservar a sustentabilidade da dívida, salvaguardar a estabilidade financeira e acelerar as reformas no setor energético para apoiar o crescimento e as reduzir as vulnerabilidades externas.

OBJETIVOS DE POLÍTICA PARA 2020–2022

Os nossos objetivos de políticas estão centrados em: i) atender às necessidades sociais prementes relacionadas com a pandemia e continuar a nossa estratégia de consolidação orçamental gradual para preservar a sustentabilidade da dívida e reforçar mais os amortecedores externos (§12-20); ii) manter elevados padrões de transparência e prestação de contas, incluindo a respeito da despesa relacionada com a Covid-19 (§21); iii) desenvolver instrumentos de política monetária e manter uma orientação de política monetária que suporte o regime de paridade cambial (§22-27); iv) salvaguardar a estabilidade financeira (§28-35); e v) concretizar o potencial de crescimento da economia mediante a reforma do setor da energia, o fomento do setor do turismo, a promoção da igualdade de género e a adaptação às alterações climáticas (§36-46).

A. Política orçamental e transparência

12. A nossa prioridade continua a ser proteger a população da pandemia e apoiar a economia, ao mesmo tempo que implementamos a estratégia de consolidação orçamental a médio prazo. Embora tenhamos começado a suprimir gradualmente as medidas de confinamento em julho, o ressurgimento da pandemia entre os nos nossos parceiros comerciais e em STP continua a pesar sobre a nossa economia e contas orçamentais. Como tal, tencionamos continuar com os programas sociais para proteger as pessoas mais vulneráveis, apoiar os desempregados, manter os incentivos para as empresas reterem os empregados e implementar medidas de distanciamento social, especialmente nas escolas.

13. Estamos determinados em cumprir, e possivelmente superar, a meta do défice primário interno (DPI) para o fim de 2020. Iremos manter as despesas dentro dos limites do orçamento de 2020, permitindo apenas ajustamentos nas transferências para a Região Autónoma do Príncipe e aumentos nas despesas relacionadas com a Covid-19, se necessário. Os ajustamentos nas transferências refletem as receitas há muito insuficientes para cobrir os salários do Príncipe que não foram tidas em conta no orçamento de 2020. Contudo, prevemos que o DPI no fim de 2020 seja cerca de 5% do PIB, ou 1,33% do PIB inferior à meta do programa, refletindo as receitas extraordinárias do pacote de política fiscal de 2019. O défice global deverá ser financiado principalmente por donativos dos doadores.

14. Estamos empenhados em cumprir a meta para o DPI em 2021 de 3,9% do PIB, conforme previsto ao abrigo da primeira avaliação do acordo ECF. Antecipamos que as receitas extraordinárias das medidas de política fiscal introduzidas no final de 2019 e a introdução prevista do IVA irão permitir obter uma receita fiscal superior às projeções iniciais ao abrigo do programa. Com uma população estudantil jovem e em crescimento, estes ganhos do lado da receita seriam

usados para financiar as necessidades de desenvolvimento prioritárias, especialmente a contratação de professores para as escolas construídas recentemente. Entretanto, as despesas relacionadas com a Covid-19 manter-se-ão em 2021 e espera-se que sejam suprimidas gradualmente até ao final do ano à medida que a crise sanitária se dissipa.

15. A médio prazo, iremos prosseguir a implementação das políticas acordadas ao abrigo do programa para alcançar uma posição de DPI equilibrada até 2024. Para atingir este objetivo, tencionamos adotar políticas laborais e salariais a fim de reduzir gradualmente os custos com pessoal (como uma percentagem do PIB) ao longo do tempo e manter outras despesas correntes sob controlo. Os empréstimos externos teriam um limite e restringir-se-iam apenas a empréstimos em condições concessionais para reduzir as vulnerabilidades da dívida. Em caso de materialização dos riscos descendentes, estamos prontos para tomar medidas de contingência para preservar a sustentabilidade da dívida, inclusive através da recalibração dos esforços orçamentais e da melhoria da matriz de financiamento.

16. Para concretizar os nossos objetivos de política, estamos a tomar as seguintes ações e medidas:

Exercício de 2021

- Apresentar à Assembleia Nacional uma proposta de Orçamento de Estado para 2021 tendo como meta um défice primário interno de 379 milhões de dobras (3,9% do PIB), com tetos para a despesa primária interna conforme discriminados na tabela seguinte, incluindo tetos para os contratos temporários para professores para possibilitar a aplicação das medidas de distanciamento social nas escolas.

São Tomé e Príncipe: Tetos para a despesa orçamental agregada, 2021 (milhões de novas dobras)	
Total da despesa primária interna	2059
Total de despesa primária corrente	1871
Gastos com pessoal	1070
Bens e serviços	260
Transferências	348
Outras	192
Despesas de investimento financiadas pelo Tesouro	29
Despesa social relacionada à HIPC	23
Despesa relacionada com a Covid-19 financiada pelo Tesouro	136
d/q contratos temporários para a aplicação do distanciamento social nas escolas	54

- Prolongar a contribuição solidária até ao final de 2021;
- Introduzir o IVA a uma taxa de 15% até julho de 2021 (indicador de referência estrutural).

- Manter os preços de venda dos combustíveis inalterados, se os preços do petróleo continuarem baixos, em 2021 e durante o futuro próximo, com vista a gerar receitas decorrentes do diferencial face aos preços internacionais do petróleo.

Exercício de 2022 e anos subsequentes:

- Reduzir a massa salarial para perto de 10% do PIB, continuando nos exercícios de 2022-23 as políticas atuais de suspensão dos ajustamentos indexados à inflação, bem como limitando a contratação de novos funcionários para manter o número total de funcionários públicos em grande medida inalterado ao longo do tempo através da diminuição natural do pessoal e da reforma da administração pública. Iremos fornecer ao FMI atualizações trimestrais sobre o número total de funcionários públicos desagregado pelos principais setores, incluindo educação, saúde e defesa.
- Manter as transferências e outras despesas correntes (incluindo despesas consignadas dos serviços de cobrança) constantes em termos nominais em 2022 e, nos anos subsequentes, conter o aumento, de um modo geral, em conformidade com o crescimento do PIB. A este respeito, o Governo não irá autorizar que as entidades públicas contraíam empréstimos para compensar a redução das transferências do Tesouro.
- Continuar os esforços para reduzir o consumo de eletricidade e água nas entidades públicas, nomeadamente através do estabelecimento de limites ao consumo e dando ordens à EMAE para cortar o fornecimento desses serviços a entidades públicas classificadas como não essenciais, em caso de não pagamento.

17. Estão em curso os preparativos finais para a introdução do IVA em julho de 2021.

A Lei do IVA foi aprovada no passado mês de outubro, mas a pandemia da Covid-19 adiou a introdução do imposto. Aguardamos agora a seleção de uma empresa para projetar o sistema informático, o que deverá ser feito até janeiro de 2021, e o sistema deverá estar totalmente funcional antes de julho de 2021. Entretanto, demos continuidade aos outros preparativos, incluindo a elaboração dos regulamentos e dos procedimentos de reembolso do IVA, a harmonização do IVA com outros impostos; a reforma dos impostos especiais de consumo; o desenvolvimento de uma campanha de sensibilização; o fornecimento de espaço e equipamento para os novos funcionários; a criação de quatro balcões de atendimento aos contribuintes; a formação aos administradores fiscais locais, incluindo no Príncipe; e a finalização de acordos com os bancos para receberem os pagamentos do IVA.

18. Serão retomados os esforços para implementar as recomendações do FMI sobre o reforço da administração fiscal.

No seguimento da assistência do FMI, as ações incluem: i) a reorganização da Direção dos Impostos para melhorar a gestão e o planeamento estratégico centrados no cumprimento fiscal; ii) a adoção de práticas modernas de gestão do risco de conformidade, incluindo programas de auditoria que utilizam informações de terceiros; e iii) a reformulação global do quadro de monitorização do desempenho, incluindo indicadores de desempenho essenciais e programas de bónus. Além disso, em função da disponibilidade de recursos dos parceiros, pretendemos realizar uma avaliação completa da administração tributária

(TADAT, na sigla em inglês) sobre as nossas atuais práticas de administração de receitas, antes do final de 2022.

19. A arrecadação fiscal, sobretudo dos grandes contribuintes, será monitorizada de perto para garantir a cobrança atempada dos impostos. A partir de janeiro de 2021, iremos preparar e partilhar com o FMI os relatórios mensais sobre os pagamentos dos impostos e os atrasados fiscais pendentes. Iremos aplicar na íntegra os procedimentos judiciais e administrativos existentes para assegurar que os pagamentos são realizados. Mais especificamente, iremos melhorar o acesso da Direção dos Impostos a fontes de dados terceiros, o que permitirá fazer o cruzamento das informações fiscais e aumentar as capacidades de análise dos dados captados pelo e-Fatura a fim de reforçar os controlos de registo, declaração, pagamento e comunicação das obrigações fiscais. Além disso, continuaremos a dar formação ao pessoal para reforçar as competências dos auditores com um enfoque nos setores das telecomunicações, banca e seguros. Por fim, estamos empenhados em recuperar as obrigações fiscais dos grandes contribuintes que suspenderam os seus pagamentos fiscais durante a crise e iremos lançar um programa de recuperação no primeiro trimestre de 2021.

20. O Governo está empenhado em prosseguir com o reforço dos sistemas de gestão das finanças públicas e evitar a acumulação de novos atrasados internos. As reformas específicas incluem:

- 1) Melhoria das projeções do quadro macro-orçamental (receitas e despesas). Com a assistência do FMI, desenvolvemos recentemente um manual metodológico para reforçar as previsões macro-orçamentais e iremos implementar o manual gradualmente, a fim de reforçar sobretudo a nossa capacidade de previsão de receitas. Além disso, preparámos as projeções para o quadro orçamental a médio prazo (QOMP) com um horizonte temporal de três anos, que serão incorporadas nos documentos do orçamento começando com o orçamento de 2021.
- 2) Reforço das capacidades internas e de gestão de tesouraria da Direção do Tesouro. 1) Para este efeito, em articulação com o BCSTP, o Tesouro elaborou um calendário anual para a emissão de bilhetes do Tesouro para 2021 (a ser publicado em janeiro de 2021) e planos de financiamento mensais para orientar a emissão de novos bilhetes do Tesouro, em consonância com o orçamento anual e o fluxo de tesouraria do Governo.
- 3) Reforço do controlo da despesa para evitar a acumulação de atrasados e atualização do plano de regularização dos atrasados para cobrir todos os atrasados internos. Um trabalho metódico realizado pelo Tesouro em 2019-20 encontrou um significativo montante de atrasados a fornecedores privados relativos aos últimos anos.³ Para evitar a acumulação de mais atrasados, no âmbito do nosso processo de validação, investigámos e identificámos as causas, a natureza e a antiguidade desses atrasados. Determinámos que, daqui para a frente, o Tesouro será a única entidade pública na administração central que poderá contrair empréstimos. Além disso, o Governo definiu um plano de pagamentos para regularizar, de forma gradual, o stock de

³ Em anos recentes, registou-se uma acumulação de atrasados porque os donativos e empréstimos para projetos ficarem aquém das projeções e estes atrasados não foram contabilizados na execução orçamental e nas demonstrações financeiras na altura em que foram incorridos.

atrasados internos, usando os recursos financeiros disponíveis. Em 2021, também iremos implementar um mecanismo de limite dos compromissos para gerir as despesas na fase de cabimentação em determinados ministérios de execução, cobrindo na fase piloto todas as agências que realizam despesas, exceto os Ministérios da Educação, Saúde, Defesa e Justiça. No âmbito do projeto-piloto, iremos elaborar limites trimestrais para apoiar o mecanismo de controlo dos compromissos nos ministérios abrangidos pelo projeto-piloto. Este projeto piloto será gradualmente expandido em 2022 a todos os ministérios setoriais e agências que executam despesas.

- 4) Melhoria do relato orçamental e reforço da consistência dos dados orçamentais acima e abaixo da linha. Iremos continuar a enviar ao FMI a TOFE mensal (tabela de operações financeiras do Estado) até ao 21.º dia do mês seguinte. Além disso, durante 2021, iremos continuar os esforços de reconciliação dos dados financeiros com o BCSTP pelo menos numa base trimestral e procurar assistência, se necessário.
- 5) Reforço da aplicação das leis de contratação pública, a fim de aumentar a eficiência da despesa pública e reduzir as vulnerabilidades à corrupção. Com o apoio do Banco Mundial, estamos a proceder à atualização da Lei da Contratação Pública de 2009, a fim de incluir a contratação eletrónica, questões em matéria de sustentabilidade, ambiente, questões sociais e sanitárias; contratos-quadro; e o mecanismo de apresentação de reclamações.

21. O reforço da transparência orçamental é uma das principais prioridades do Governo.

À data de novembro de 2020, publicámos no sítio Web do Ministério das Finanças (MdF) os contratos de compras públicas até junho de 2020 e os relatórios mensais das despesas relativas à Covid-19 até agosto de 2020. Relativamente às empresas às quais foram adjudicados contratos públicos, que foram publicados no sítio Web do ministério, também publicámos as informações sobre os beneficiários efetivos. Estamos empenhados em continuar a aplicar estes elevados padrões de transparência. Como tal, iremos publicar no sítio Web do MdF: i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1; ii) todos os contratos públicos celebrados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019)^{4 5}, iii) informações sobre a propriedade efetiva das empresas a quem são adjudicados os contratos públicos e iv) a validação *ex post* da execução dos contratos – todos de i) a iv) devem ser publicados no prazo de duas semanas após os documentos estarem disponíveis e v) os relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19 no prazo de 45 dias (indicador de referência estrutural para o fim de agosto e fim de novembro). Atualmente, não dispomos de um sistema integrado e todos os documentos são coligidos manualmente. Por conseguinte, devido a estas questões operacionais, a

⁴ Incluem contratos de obras públicas num valor superior a 100 mil dobras (4500 USD); contratos de aquisição de bens num valor superior a 75 mil dobras; contratos de serviços de consultoria num valor superior a 50 mil dobras; contratos de crédito num valor superior a 1,5 milhões de dobras; contratos de concessão e outros com um valor superior a 150 mil dobras.

⁵ Os contratos relacionados com a Covid-19 também serão publicados de acordo com a mesma regra, muito embora a Resolução n.º 1/2020 do Tribunal de Contas preveja que tais contratos possam ser celebrados pelo Governo sem autorização prévia do Tribunal de Contas, mas sujeitos à apreciação do mesmo nos 30 dias seguintes à data de assinatura.

nossa agência de contratação pública (o COSSIL) tem dificuldades em aceder, atempadamente, aos contratos assinados pelos ministérios setoriais. Para ultrapassar este obstáculo no curto prazo, o Ministério das Finanças publicou um despacho executivo a exigir a todas as agências que realizam despesa que enviem os contratos públicos assinados para o COSSIL como pré-requisito para o Tesouro proceder ao pagamento aos contratantes. Também nos comprometemos a superar os constrangimentos atuais em matéria de recolha e publicação de informações sobre os beneficiários efetivos das empresas às quais são adjudicados contratos públicos e, para esse efeito, solicitámos assistência técnica. Para o futuro, estamos a trabalhar com o Banco Mundial para desenvolver um sítio Web para o COSSIL, o que irá agilizar a publicação dos documentos dos concursos públicos e facilitar a gestão e a transparência dos contratos públicos. Por fim, no âmbito da sua auditoria às contas financeiras do Estado, o Auditor Geral irá auditar a despesa efetuada em 2020 relacionada com a Covid-19 e publicar relatórios sobre tais despesas até outubro de 2021.

B. Política monetária, reservas cambiais e salvaguardas

22. O BCSTP respondeu de forma ágil às alterações das condições monetárias provocadas pela pandemia. Para garantir a liquidez adequada, o BCSTP diminuiu os requisitos de reservas mínimas de caixa em moeda nacional de 18% para 14% e em moeda estrangeira de 21% para 17% e a taxa de desconto da facilidade permanente de cedência de liquidez de 11% para 9,5% no início de abril.

23. Continuamos empenhados em melhorar o nosso quadro de política monetária para apoiar o regime de paridade cambial, incluindo mediante o reforço das nossas operações de gestão da liquidez. Com a assistência técnica do FMI, atualizámos o quadro de previsão de liquidez, de um para três meses. Como medida adicional, em 17 de novembro de 2020, o BCSTP realizou um leilão de certificados de depósito (CD), no montante de 100 milhões de dobrás, para ajudar a controlar o aumento do excesso de liquidez (indicador de referência estrutural). A procura superou a oferta do leilão. A emissão de CD registou um atraso face à sua data inicial prevista no programa devido à necessidade de garantir a liquidez adequada ao sistema bancário durante a pandemia. Contudo, nos últimos meses, a liquidez do sistema tem continuado a subir, em parte devido a um aumento dos fluxos externos para financiar o défice orçamental. Até ao momento este excesso de liquidez não prejudicou o regime de paridade cambial, e prevemos que o excesso de liquidez diminua gradualmente ao longo dos próximos meses. Contudo, o BCSTP mantém-se atento e irá monitorizar ativamente as condições de liquidez e, até janeiro de 2021, irá desenvolver um plano de ação para reduzir gradualmente o excesso de liquidez em relação ao nível atual, a fim de evitar pressões indevidas sobre o regime de paridade cambial. Neste contexto, em 2021, o BCSTP irá proceder ao refinanciamento dos CD existentes e está preparado para usar qualquer outro instrumento, incluindo o ajustamento de requisitos de reservas e a emissão de mais CD, para garantir uma redução gradual do excesso de liquidez (indicador de referência estrutural). Além disso, o BCSTP irá continuar a trabalhar com a assistência técnica do FMI para aperfeiçoar o mecanismo de CD e desenvolver, ao longo do tempo, um quadro de taxa de juro diretora que reflita as condições de mercado e o risco. Em articulação com o Tesouro, também temos como objetivo o desenvolvimento a médio prazo de um mercado interno de dívida.

24. Para melhorar a gestão da política monetária, iremos continuar a reforçar a coordenação das políticas monetária e orçamental. Em agosto de 2020, retomámos as reuniões regulares do Comité de Dívida Pública, que tem a tarefa de melhorar a coordenação entre as autoridades monetárias e orçamentais. Em articulação com este comité, em janeiro de 2021, o Tesouro irá publicar um calendário anual de emissão de bilhetes do Tesouro para 2021, alinhando os planos de endividamento com os fluxos de tesouraria do Governo. Durante 2021, iremos dar continuidade aos esforços para reconciliar, no mínimo trimestralmente, os dados monetários e dados do tesouro em matéria de financiamento orçamental, um exercício que tem sido adiado devido a limitações de pessoal.

25. Ao longo do tempo, a consolidação orçamental e as reformas estruturais planeadas irão contribuir para reforçar as reservas internacionais e sustentar a nossa paridade fixa com o euro. As pressões sobre as reservas internacionais decorrem, em parte, da forte procura interna e das necessidades de moeda estrangeira do setor energético. Por conseguinte, a continuação da consolidação orçamental, complementada por uma política monetária adequadamente restritiva, irá conter a procura de importações e incentivar mais poupanças em dobras. Além disso, as reformas do setor da energia para reduzir as perdas no fornecimento de eletricidade e alterar a matriz de produção energética irão reduzir, de forma substancial, a procura de moeda estrangeira. Outras reformas que visam alargar as nossas base económica e exportadora (por exemplo, centradas no turismo, agricultura e pescas) também irão ajudar a melhorar a balança de pagamentos. Estas ações irão contribuir para garantir a estabilidade do regime de paridade cambial, ao mesmo tempo que apoiam a eliminação das restrições cambiais. Uma vez que essas políticas ainda estão a ser implementadas, solicitámos uma prorrogação das medidas que originaram as restrições cambiais e as práticas de taxas de câmbio múltiplas nos termos do Artigo VIII do FMI.

26. Conforme expresso na Carta de Intenções, não iremos impor regulamentos nem práticas que possam conduzir à introdução de novas restrições cambiais/práticas de taxas de câmbio múltiplas ou à intensificação/modificação daquelas já existentes. Por conseguinte, iremos consultar o FMI aquando da revisão dos regulamentos e leis relevantes.

27. O Banco Central está empenhado na boa governação, na transparência e no reforço da sua independência, dos controlos internos e da capacidade de supervisão. Iremos continuar a publicar, regularmente, estatísticas e relatórios, como o calendário anual de emissões de bilhetes do Tesouro no sítio Web do BCSTP. Além disso, estamos a dar passos com vista à implementação das recomendações pendentes da última avaliação de salvaguardas. Concluímos a implementação de várias recomendações e iremos adotar as ações seguintes:

- Demonstrações financeiras do BCSTP relativas a 2019. Partilhámos todos os documentos necessários para completar a auditoria das demonstrações financeiras de 2019 e iremos partilhar o relatório da auditoria preliminar com o FMI em janeiro de 2021. A auditoria deverá estar concluída em janeiro de 2021 e será publicada no sítio Web do BCSTP imediatamente após o exame dos auditores.

- Plano de implementação das IFRS. Começámos um acordo de assistência técnica com o Banco do Brasil no início de 2020 e daremos continuidade à mesma por meio de reuniões virtuais no primeiro trimestre de 2021.
- Tendo como objetivo reforçar a independência do BCSTP, revimos o mais recente projeto de Lei Orgânica, que agora incorpora as recomendações da assistência técnica do FMI relativas ao Conselho de Auditoria. O novo projeto de Lei Orgânica foi aprovado pelo Conselho de Administração do BCSTP e o Governo planeia submetê-lo à Assembleia Nacional no início de fevereiro de 2021 (indicador de referência estrutural).
- Para estarmos alinhados com as melhores práticas de regulação e supervisão financeira (por exemplo, Princípios Fundamentais de Basileia e as normas do Grupo de Ação Financeira Internacional, GAFI), um projeto de Lei das Instituições Financeiras, incluindo as sugestões da assistência técnica do FMI, será enviado à Assembleia Nacional até ao fim de março de 2021 (indicador de referência estrutural). Além disso, faremos o necessário para que o país continue a ser membro do Grupo de Ação Intergovernamental contra o Branqueamento de Capitais da África Ocidental (GIABA), estabelecendo um diálogo com o Secretariado do GIABA e mantendo as contribuições em dia. A perda do estatuto de membro da GIABA expõe o país à inclusão na lista do GAFI, o que causaria danos reputacionais e a potencial perda de relações com bancos correspondentes.
- Para reforçar a transparência, fornecemos ao FMI uma cópia do relatório do terceiro trimestre sobre conformidade preparado para o Conselho de Administração do BCSTP, e continuaremos a partilhar estes relatórios trimestrais no futuro. Também partilhámos um calendário atualizado para a implementação das restantes recomendações de salvaguardas. Entre estas estão: melhorar os regulamentos e procedimentos que exigem a perfuração das notas imediatamente após serem marcadas para destruição, depositar as reservas em moeda estrangeira apenas em bancos com uma notação equivalente a grau de investimento, quando possível, e reduzir o risco de concentração dos investimentos.

C. Política do setor financeiro

28. Em resposta à pandemia, o BCSTP tomou várias medidas para salvaguardar a estabilidade financeira enquanto apoia o crédito e a atividade económica. Em abril de 2020, os bancos foram autorizados a conceder uma moratória de seis meses para o pagamento do crédito a mutuários em cumprimento, mas em dificuldades devido à pandemia da Covid-19. O BCSTP também incentivou os bancos a não procederem à distribuição de dividendos em 2020 a fim de reforçarem as suas posições de fundos próprios e a capacidade de concessão de crédito. Para salvaguardar a estabilidade financeira, as normas de relato, classificação e provisionamento do crédito foram mantidas; o crédito reestruturado será classificado em conformidade de modo a não comprometer a informação sobre a qualidade do crédito; e todas e quaisquer medidas de diferimento do pagamento do crédito serão limitadas ao período da crise. O BCSTP irá continuar a monitorizar de perto o desempenho dos bancos e a aplicar todas as normas, exceto as que foram temporariamente suspensas.

29. A pandemia está a afetar adversamente a qualidade dos ativos da banca e estamos empenhados em tomar todas as ações necessárias para preservar a estabilidade financeira.

Desde março de 2020, o rácio de crédito malparado do sistema subiu aproximadamente 8 pontos percentuais. Este aumento deveu-se, principalmente, à abordagem prudencial adotada por alguns bancos para a reclassificação e o provisionamento do crédito sob moratória. Como é provável que a pandemia acentue a pressão sobre a qualidade dos ativos, iremos tomar uma série de medidas para monitorizar e apoiar a estabilidade financeira. Prorroguemos a moratória do crédito até ao final de dezembro de 2020 e tencionamos introduzir uma moratória formal ao pagamento de dividendos em 2021. Além disso, até março de 2021, iremos realizar novamente testes de stress, com a contribuição do FMI, a fim de identificar possíveis pressões sobre o risco de crédito devido às consequências da pandemia da Covid-19. Em linha com o nosso compromisso para com o desenvolvimento de capacidades, iremos trabalhar com o corpo técnico do FMI para aperfeiçoar ainda mais a metodologia dos testes de stress. Com base nos resultados dos testes de stress de março, o BCSTP irá exigir aos bancos que elaborem planos de contingência e identifiquem ações corretivas até junho de 2021, a fim de garantir que os bancos permaneçam devidamente capitalizados.

30. À luz deste contexto, trabalhámos com os bancos comerciais para concluir a implementação das recomendações da AQA, incluindo a recapitalização dos bancos, nos casos aplicáveis.

Após a emissão das diretrizes em 2019, foram completamente atendidos os requisitos de reclassificação dos empréstimos e de provisões adicionais, assim como as necessidades de recapitalização identificadas pela AQA. Utilizando uma discriminação pormenorizada dos empréstimos identificados como problemáticos ao abrigo da AQA, o BCSTP apurou que cada empréstimo foi devidamente reclassificado e provisionado e que os bancos que tinham de aumentar os fundos próprios, de acordo com os testes de stress, fizeram-no, principalmente por via da apropriação dos lucros. Um banco que não o fez está agora sob administração temporária do BCSTP (ver abaixo). Quando a pandemia se dissipar, iremos realizar uma AQA para identificar outras eventuais necessidades.

31. Iremos continuar a trabalhar para reforçar a nossa capacidade de supervisão e estamos a intensificar a monitorização à distância (*offsite*) e as inspeções diretas (*onsite*) para identificar precocemente os riscos e as situações de incumprimento.

Com a assistência técnica do FMI, adotámos um modelo de notação dos bancos para a supervisão à distância e direta e planeamos finalizar até março de 2021 a versão final de um manual de supervisão bancária, que fornecerá orientações adaptadas ao BCSTP para a execução da supervisão à distância e direta. Além disso, melhorámos a central de registo de crédito, incluindo através da implementação de uma nova plataforma para recolher mais informações sobre os empréstimos e devedores. Como próxima medida, estamos a desenvolver, com o apoio do Banco Mundial, o software necessário para analisar as tendências em termos da qualidade do crédito tal como inscritos na central de registo de crédito, para que possamos identificar a deterioração dos empréstimos em tempo real e tomar medidas corretivas imediatamente.

32. Estamos empenhados em acelerar a resolução do legado de crédito malparado. Tal implica ações de supervisão e reformas judiciais, dado que os bancos permanecem relutantes em abater o crédito mal parado dos seus balanços, mesmo no caso de empréstimos há muito em

incumprimento e totalmente provisionados. Do lado da supervisão, estamos a redigir uma norma para os bancos sobre o saneamento mais rápido do crédito malparado, que esperamos finalizar até março de 2021, e enviar posteriormente para o FMI para comentários. Após a receção dos comentários do FMI, a NAP estará finalizada no prazo de um mês. Em seguida, os bancos terão três meses para garantir o cumprimento das disposições da NAP. Do lado judicial, registámos alguns progressos no que toca a eficiência do processo judicial de execuções fiscais e ao estabelecimento de tribunais arbitrais para a resolução extrajudicial de litígios. Os regulamentos para o tribunal de arbitragem sobre: 1) um código de ética para os juízes; 2) a seleção e nomeação dos juízes; e 3) os custos e a preparação do tribunal, foram aprovados pela Assembleia Nacional e em breve serão vertidos em lei. Iremos alocar os fundos necessários para finalizar estas reformas judiciais, que incluem nomear juízes-árbitros, arranjar uma localização para o tribunal e dar formação de reciclagem de conhecimentos aos juízes-árbitros e pessoal administrativo, através de formações virtuais. Com esta alocação, os tribunais de arbitragem deverão estar completamente operacionais até junho de 2021.

33. Continuamos empenhados em concluir a liquidação de dois bancos cujas licenças foram revogadas, enquanto um pequeno banco foi recentemente intervencionado pelo BCSTP.

- Encerraremos o processo de liquidação do Banco Equador, iniciado por motivo de insolvência, em janeiro de 2021. Tomámos todas as medidas necessárias para concluir o processo de liquidação. Em julho, criámos um grupo de trabalho composto por representantes do BCSTP, Ministério da Justiça e do gabinete do liquidatário e apelámos aos pequenos depositantes com créditos em aberto que contactassem o BCSTP, caso contrário abdicariam dos seus créditos. Tentámos, sem sucesso, vender os imóveis e ativos fixos (num valor estimado em 92 milhões de dobras) e facilitar a liquidação dos empréstimos (anteriormente estimados em 9 milhões de dobras) oferecendo um desconto aos devedores. O liquidatário dará por concluído o seu trabalho e apresentará um relatório final ao BCSTP em janeiro de 2021. Com base no relatório, o liquidatário tenciona tomar todas as medidas necessárias para concluir a liquidação até janeiro de 2021, incluindo a entrega dos restantes ativos em carteira ao sistema judicial. Até ao momento, o custo da liquidação do Banco Equador equivale a 0,3% do PIB, sendo que a maior parte deste custo está relacionada com pagamentos aos pequenos depositantes (ver tabela abaixo). Calculámos a exposição do BCSTP à liquidação e o BCSTP constituiu as provisões adequadas em dezembro de 2020, inclusive para cobrir eventuais ações judiciais interpostas pelos depositantes.
- O Banco Privado (BPSTP) perdeu a licença devido ao incumprimento das diretivas do BCSTP – não por problemas de solvência – e apresenta um risco baixo. Os pagamentos aos pequenos depositantes foram cobertos usando os ativos líquidos do banco e o BCSTP não tem exposição a este banco. Após a revogação da licença, houve alguns potenciais investidores que manifestaram interesse, mas até ao momento ainda não foi materializada qualquer venda. Se a venda do BPSTP não for concluída e não for encontrada outra solução até junho de 2021, o BCSTP entregará os ativos remanescentes aos tribunais. Como o valor do património líquido da BPSTP era positivo aquando da intervenção, não esperamos incorrer em quaisquer perdas com o processo de resolução.

- O Energy Bank (cujos ativos equivalem a 1% do PIB) foi colocado sob administração do BCSTP em novembro de 2020 devido ao incumprimento recorrente dos requisitos de capital e liquidez, entre outras coisas. O BCSTP permitiu que os clientes do banco realizassem levantamentos (até 50 mil dobras), principalmente financiados por empréstimos do BCSTP, para limitar os riscos de contágio do sistema bancário. Entretanto, o BCSTP instituiu uma equipa de administração provisória que está a proceder à avaliação do ativo e passivo do banco e submeterá um relatório ao Conselho de Administração do BCSTP até meados de janeiro. Após a finalização do relatório de avaliação, se o banco não for considerado viável, o BCSTP irá proceder imediatamente à liquidação do mesmo.

Caixa 1. São Tomé e Príncipe: Ponto de situação das medidas introduzidas na primeira avaliação do acordo ECF para acelerar a liquidação do Banco Equador

Em primeiro lugar, será constituída uma equipa multissetorial até meados de julho de 2020 para supervisionar e apoiar a liquidação. *(Completada a tempo.)*

Em segundo lugar, o liquidatário lançará um concurso para a venda de todos os imóveis e outros ativos fixos até ao final de julho de 2020. *(Atrasada. Leilão lançado no início de setembro de 2020 e prorrogado duas vezes sem investidores interessados.)*

Em terceiro lugar, a comissão de liquidação fará um anúncio público nos meios de comunicação social até 17 de julho de 2020 para os restantes pequenos depositantes reivindicarem os seus depósitos até ao final de agosto de 2020 ou abdicarem dos mesmos, encerrando assim este processo iniciado em 2016. *(O anúncio público foi realizado em 14 de julho de 2020; o total de depósitos reclamados e pagos foi de aproximadamente 500 mil dobras.)*

Em quarto lugar, a comissão de liquidação irá elaborar um plano até 25 de julho de 2020 para vender os ativos restantes, incluindo um cronograma de descontos progressivos para os ativos de empréstimos não vendidos em ofertas com datas especificadas. Será oferecido um desconto semelhante aos devedores para quitarem a sua dívida. Espera-se que até ao final de agosto de 2020 esse plano seja acordado com os credores, que perderão seus direitos de interferir na implementação do plano. A liquidação dos ativos de empréstimos terá início no final de agosto de 2020. *(Plano de descontos para os ativos de empréstimos não vendidos lançado em outubro de 2020.)*

Em quinto lugar, o liquidatário fornecerá ao BCSTP um relatório mensal de atividades, que será partilhado com o FMI e publicado no sítio Web do BCSTP duas semanas após o final do período, apresentando de forma sintetizada e anónima as informações confidenciais ou sensíveis. O primeiro relatório será sobre as atividades em julho de 2020 e será publicado em meados de agosto de 2020. *(Relatório fornecido em novembro.)*

34. Tencionamos melhorar gradualmente o acesso a financiamento por parte das PME e a inclusão financeira, de uma forma mais geral, sendo que já arrancaram vários projetos nesse sentido. O Governo criou recentemente uma linha de crédito (3 milhões de USD, com a possibilidade de mobilizar recursos adicionais) para financiamento de projetos das PME aprovados pela agência nacional de promoção dos investimentos. Além disso, com a assistência do Banco Mundial, estamos a criar o quadro jurídico para o estabelecimento de uma central de registo de garantias. O registo permitirá às PME penhorarem garantias móveis para facilitar o acesso a financiamento bancário. Estamos a redigir a lei necessária que deverá ser enviada para a Assembleia

Nacional no início do próximo ano. Estão em curso trabalhos para o desenvolvimento do software para o registo e o Banco Mundial comprometeu-se a financiar este projeto. O registo deverá estar totalmente operacional em 2022. Para fomentar a inclusão financeira, em outubro de 2020 foi criado por decreto um grupo de trabalho multidisciplinar sobre a inclusão financeira. Este grupo de trabalho, cujo secretariado é prestado pelo Gabinete de Inclusão Financeira do BCSTP, está a liderar os esforços de redação de uma estratégia nacional de inclusão financeira centrada na redução da desigualdade de género, no aumento do acesso a tecnologias financeiras digitais e no reforço da proteção e literacia dos consumidores. O objetivo é concluir uma versão provisória da estratégia de inclusão financeira até janeiro ou fevereiro de 2021, para que seja posteriormente enviada para aprovação do Conselho Nacional de Inclusão Financeira, o órgão máximo do grupo de trabalho criado em outubro.

São Tomé e Príncipe: Fluxos de caixa da liquidação do Banco Equador		
(em milhões de dobras)	Até abril de 2020	Até outubro de 2020
Proveitos	3,6	3,7
Proveitos da alienação de ativos	2,0	2,0
Reembolso de dívidas pelos clientes	1,6	1,6
Custos operacionais do liquidatário	4,1	4,5
Salários	2,3	2,6
Salários dos peritos técnicos (jurídico, liquidatário, etc.)	1,4	1,5
Salários do pessoal de segurança	0,9	1,0
Água, luz e telecomunicações	0,6	0,6
Pagamento de atrasados	1,2	1,2
Outros serviços	0,1	0,1
Contas de depósito inferiores a 100.000		
Pagamento cumulativo	28,4	29,0
Montante remanescente	13,2	12,7
Fluxo de caixa líquido	-29,0	-29,8
Em % do PIB	-0,3	-0,3
PIB de 2019	9.230	

35. No âmbito das reformas do setor financeiro a médio prazo, estamos a acelerar a implementação de um novo sistema de pagamentos, em linha com o nosso Plano de Implementação para o Desenvolvimento do Setor Financeiro (PIDSF). Em articulação com os bancos comerciais, estamos a proceder à atualização do sistema de pagamentos de forma a permitir a utilização de cartões de crédito internacionais. Tal irá melhorar a segurança dos pagamentos e, ao mesmo tempo, impulsionar o turismo e reforçar as reservas em moeda estrangeira, assim que a pandemia estiver controlada. Os atrasos na receção do equipamento adiaram o lançamento do novo sistema de pagamentos para janeiro de 2021.

D. Políticas do setor externo

Restrições cambiais

36. O Conselho de Administração do FMI concedeu uma aprovação temporária das restrições cambiais e de uma prática de taxas de câmbio múltiplas.⁶ A aprovação de um ano expirou em outubro de 2020. Tendo em conta os atuais problemas na balança de pagamentos e os nossos compromissos de políticas, solicitámos a extensão da aprovação por mais um ano. Os esforços para reforçar as reservas, acima indicados, irão também contribuir para a eliminação das restrições.

Dívida externa

37. Tendo em conta o elevado nível da dívida, continuaremos a contrair empréstimos com prudência. Iremos contrair empréstimos apenas em condições concessionais. A reforma continuada da EMAE (ver §43-45) reduzirá o passivo orçamental. Todas estas medidas irão assegurar que o valor atual da dívida externa em relação ao PIB ficará abaixo do limiar de elevado risco de sobre-endividamento em 2024 (ver tabela do Plano de Endividamento). Envidaremos esforços para manter os desembolsos de dívida externa abaixo de 2% do PIB e limitar a contração de novos empréstimos a 3% do PIB. Estes parâmetros

São Tomé e Príncipe: Plano de endividamento 2020–21 (Para investimento, milhões de USD)		
	2020	
Nova dívida pública contraída ou garantida	Volume ¹	Valor atual ¹
Fontes de financiamento da dívida	12,6	8,2
Dívida concessional, da qual ²	12,6	8,2
Dívida não concessional, da qual ³	0,0	0,0
Dívida semi-concessional ³	0,0	0,0
Termos comerciais ⁴	0,0	0,0
Utilizações do financiamento da dívida	12,6	8,2
<i>Por memória</i>		
Projeções indicativas		
2021	14,5	9,4
2022	15,9	10,3

¹ Contratação e garantia de nova dívida. O valor atual da dívida é calculado com base nos termos dos empréstimos individuais e aplicando uma taxa de desconto do programa de 5%.

² Dívida com um elemento de donativo superior ao limiar mínimo de 35%.

³ Dívida com um elemento de donativo positivo inferior ao elemento de donativo mínimo.

⁴ Dívida sem um elemento de donativo positivo. Para as dívidas comerciais, o valor atual será definido como o valor nominal.

⁶ Estas medidas cambiais incluem: i) uma restrição cambial decorrente da alínea g) do artigo 3.º e do artigo 18.º do Código de Investimento de 2016 devido às limitações da transferibilidade do rendimento líquido dos investimentos e ii) uma restrição cambial decorrente das limitações da disponibilidade de moeda estrangeira para o pagamento das transações internacionais correntes, devido ao racionamento da moeda estrangeira por parte do BCSTP. Esta última restrição cambial também dá azo a uma prática de taxas de câmbio múltiplas, pois canalizou as transações para o mercado paralelo, cuja taxa de câmbio apresenta um diferencial superior a 2% face à taxa de câmbio no mercado formal. Estas medidas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do FMI em outubro de 2019, por um período de 12 meses, porque são temporárias, não discriminatórias e necessárias para a balança de pagamentos.

serão ajustados de acordo com a evolução da vulnerabilidade da dívida. Também continuamos ativamente a encetar contactos com os credores bilaterais para regularizar as dívidas pós-HIPC.

38. O Governo está a implementar medidas para reforçar a gestão da dívida. No seguimento das principais recomendações da avaliação do desempenho da gestão da dívida (DeMPA), D. publicámos uma estratégia de gestão da dívida a médio prazo. Com o apoio do Banco Mundial, estamos a criar uma base de dados sobre a dívida que irá melhorar a nossa capacidade de realizar projeções do serviço da dívida e análises de risco, assim como comunicar informação pormenorizada sobre o stock da dívida. Quando a nova base de dados estiver pronta, iremos atualizar a nossa estratégia da dívida pública.

E. Implementação de outras reformas estruturais

Planeamento do desenvolvimento

39. Muito embora o país tenha legislação relativamente avançada em matéria de igualdade de género, ainda existe um longo caminho a ser percorrido no que diz respeito à aplicação efetiva da legislação em vigor e à adoção de nova legislação e de medidas de discriminação positiva para acelerar o progresso em matéria de igualdade de género. Iremos rever a nossa legislação para atender às desigualdades de género, incluindo, por exemplo, uma quota obrigatória para a representação das mulheres na Assembleia Nacional. A implementação da Estratégia Nacional de Igualdade e Equidade de Género (ENIEG) 2019–2026 constitui uma ação essencial. Aproveitando as recomendações elencadas na ENIEG, lançámos uma iniciativa piloto no Ministério das Infraestruturas para a preparação de orçamentos que integrem a perspetiva de género, com base na circular orçamental de 2021. A iniciativa centra-se na melhoria das instalações sanitárias nas escolas e continuaremos a coordenar com o corpo técnico do FMI para desenvolver mais a nossa capacidade de elaborar orçamentos que integrem a perspetiva de género, com o objetivo de expandir esta iniciativa piloto. Ainda ao abrigo da ENIEG, em 2021, o Instituto do Género irá lançar campanhas de sensibilização sobre igualdade de género, incluindo a integração nos programas curriculares para informar todos os cidadãos dos seus direitos legais e oportunidades. Num esforço de promoção da transparência, o Ministério das Finanças irá coordenar com outros ministérios e iniciar, em junho de 2021, o envio de dados para o Instituto do Género sobre os salários médios anuais desagregados por género e a percentagem de cargos superiores ocupados por mulheres. Além disso, iremos publicar estes dados num sítio Web governamental, como o sítio Web do Ministério das Finanças ou do Primeiro-Ministro. O Instituto do Género irá coordenar com os parceiros de desenvolvimento, como a União Europeia e o Banco Mundial, de modo a assegurar que os grandes projetos, especialmente aqueles que influenciam diretamente as mulheres e as famílias, como por exemplo os projetos de água e saneamento, integram as perspetivas das mulheres e incluem uma análise do género para monitorizar e avaliar os resultados. No âmbito da implementação da Estratégia Nacional de Inclusão Financeira do BCSTP, que visa as mulheres, o BCSTP, através do Gabinete de Inclusão Financeira, irá desenvolver programas para promover a literacia financeira que serão implementados por meio de um plano de ação específico para o período 2021-25.

40. Iremos dar continuidade aos esforços para reforçar a resiliência do país às alterações climáticas e proteger os nossos recursos naturais. O impacto das alterações climáticas reflete-se, sobretudo, no aumento das temperaturas e do nível do mar, na erosão costeira e na alteração dos padrões de precipitação, o que afeta a agricultura, as pescas e, em última análise, o turismo. Vários projetos com financiamento externo que estavam em curso em 2020 para reforçar a resiliência às alterações climáticas foram suspensos no seguimento da pandemia. Os trabalhos deverão ser retomados, em grande medida, em 2021. Incluem o Projeto de Gestão das Zonas Costeiras na África Ocidental (WACA) apoiado pelo Banco Mundial para aumentar a resiliência da costa ocidental africana, a instalação de um sistema de aviso precoce apoiado pelo PNUD, a melhoria das infraestruturas de saneamento apoiada pela União Europeia e UNICEF, e o COMPRAN, um projeto recentemente lançado e apoiado pela FIDA que visa reforçar o setor agrícola. Ao mesmo tempo, continuaremos a melhorar a nossa capacidade local para proteger o ambiente através da formação e da realização de campanhas de educação e sensibilização do público.

Ambiente de negócios para a promoção do turismo

41. A melhoria do ambiente de negócios e o apoio ao desenvolvimento de setores económicos essenciais, como o turismo, é fundamental para consolidar a recuperação e promover o crescimento sustentável. As ações específicas incluem:

- Desenvolver, até março de 2021, um plano para retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia para facilitar a recuperação do setor do turismo e das exportações (indicador de referência estrutural).
- Publicar, até março de 2021, um procedimento claramente codificado para a aprovação de investimentos, incluindo o acesso à terra, para facilitar o investimento no turismo.
- Integrar os pedidos de licenciamento do setor do turismo no portal GUEnet (portal online para criação de empresas) para facilitar o registo de empresas e aumentar a transparência dos procedimentos de licenciamento do setor do turismo. Com o apoio do Banco Mundial, desenvolvemos a plataforma informática e a validação será concluída até março de 2021.
- Proceder à reforma da Direção Geral do Turismo para melhorar a gestão do setor. Para reforçar os esforços de coordenação e planeamento, o Conselho de Ministros aprovou um projeto de lei para a criação da Conselho Nacional do Turismo. Além disso, no âmbito do plano de recuperação da Covid-19, temos vindo a emitir certificados “clean and safe” para hotéis e outras entidades, assim como temos prestado formação a entidades do setor turístico.
- Melhorar a formação dos trabalhadores do setor do turismo, incluindo a criação de uma escola, com o apoio do Banco Mundial. O decreto-lei que institui a escola foi preparado e será publicado no início de 2021.
- Melhorar os dados do setor do turismo: publicar trimestralmente os dados das chegadas de turistas (que serão acordados entre as agências relevantes, incluindo SEF, BCSTP, Turismo e INE) no prazo de dois meses após o fim do trimestre; expandir o inquérito anual do BCSTP

sobre as despesas dos turistas de modo a incluir informações sobre as visitas totais e a satisfação dos turistas, até junho de 2021, e publicar os resultados no prazo de três meses após a recolha de todos os dados.

- Empreender ações para melhorar o clima empresarial em geral, incluindo a revisão da legislação laboral a fim de incentivar o investimento, salvaguardando a proteção adequada dos trabalhadores, e melhorar a eficiência do sistema judicial para proteger melhor os direitos dos credores previstos na lei.

42. Estão em curso outras ações a curto prazo para melhorar o sistema de pagamentos e reduzir os custos de transporte. Conforme referido anteriormente, o desenvolvimento de um sistema de pagamentos com a capacidade de processar cartões de crédito internacionais estará finalizado no início de 2021. Apoiada pelo BAfD, o concurso para a segunda fase do projeto foi lançado no final de junho de 2020. O projeto, que contempla serviços financeiros móveis e banca digital, deverá estar concluído em dois anos e irá facilitar o acesso a serviços financeiros. Para além disso, pretendemos melhorar o porto de Príncipe, o que ajudará a reduzir o custo das importações (atualmente em média 20% mais caras do que em São Tomé) e garantir um regular abastecimento de bens.

Reforma do setor energético

43. Estamos empenhados em proceder à reforma do setor energético e criámos um comité de pilotagem de alto nível para supervisionar a implementação dos nossos planos de reforma. O comité é presidido pelo Primeiro-Ministro e inclui parceiros externos, como o Banco Mundial. O comité reunirá duas vezes ao ano para analisar o progresso das reformas e fornecer orientações.

44. A nossa estratégia incide na implementação do Plano de Melhoria da Gestão (PMG) e do Plano de Produção de Energia ao Menor Custos (PPEMC) e na concretização de uma recuperação total dos custos da EMAE. Atualmente, a EMAE não consegue pagar a maior parte das suas faturas de combustível, o que deixa o país vulnerável a faltas de eletricidade, prejudicando o potencial de crescimento. Foram registados progressos em algumas áreas específicas. Desde que aprovámos os nossos planos, a EMAE instalou mais de 6 mil contadores e alterou os critérios para o corte de abastecimento de energia em caso de não pagamento, de três para duas faturas não pagas. A EMAE também se encontra a negociar com os bancos a possibilidade de acrescentar a opção de pagamento online das faturas e planeia abrir centros de cobrança noutros distritos fora da capital. Também recrutámos pessoas para o gabinete de redução de perdas; porém, este ainda não está devidamente equipado, pelo que não está operacional. Também elaborámos um plano de contingência para lidar com a crise da Covid-19 e proceder à manutenção e inspeção de equipamento antigo.

45. No futuro, tomaremos medidas de reforma concretas, com cronogramas específicos, indicados adiante para cada objetivo estratégico principal:

Objetivo 1: Reduzir o custo de produção de eletricidade e alterar a matriz energética de modo a incorporar mais fontes renováveis.

Meta: Reduzir o custo médio de energia produzida de 0,25 para 0,14 USD/kWh até 2024.

Aumentar a proporção de energias renováveis de 5% para 45% até 2024.

Tal será concretizado através da implementação do Plano de Melhoria da Gestão (PMG):

- Reabilitação e expansão da capacidade da única central hidroelétrica em funcionamento na ilha, a central do Contador, para 3,2 MW até ao final de 2021, a fim de reduzir o custo de produção geral.
- Identificação de recursos para o desenvolvimento atempado do PPEMC recentemente aprovado, que definiu como prioridade a produção de 8,8 MW com unidades de energia térmica alimentadas com fuelóleo pesado (HFO) ou gás natural liquefeito (GNL) e cerca de 2 MW de uma central fotovoltaica.
- Mobilização de parcerias para estudar e desenvolver o potencial hidroelétrico latente.

Não financiaremos nem autorizaremos projetos de produção de energia que não respeitem o conjunto de parâmetros definidos no PPEMC.

Objetivo 2: Reduzir o consumo de eletricidade:

Meta: Reduzir o consumo de eletricidade em 15% num prazo de 12 meses.

- a. Estamos a lançar um programa para substituir as lâmpadas incandescentes/fluorescentes por lâmpadas LED, num prazo de nove meses, com 2 milhões de USD de financiamento do Banco Mundial, que deverá estar concluído até ao final de junho de 2021. O concurso foi finalizado em novembro de 2020 e o contrato deverá ser assinado até janeiro de 2021.
- b. Até junho de 2022, aprovaremos uma lei que proíbe a importação de lâmpadas incandescentes/fluorescentes. Um consultor individual procedeu à redação da lei, que está agora a ser revista pelo Governo. Iremos também realizar ações de sensibilização junto das partes interessadas, como os importadores de materiais de iluminação, consciencializando-os e ajudando-os a acederem a fornecedores de lâmpadas LED.

Objetivo 3: Melhorar a gestão da distribuição de eletricidade por parte da EMAE a fim de reduzir as perdas e melhorar as taxas de cobrança.

Meta: Reduzir as perdas (comerciais e técnicas) em 4 (mais 6) pontos percentuais e melhorar a taxa de cobrança em 8 (mais 2) pontos percentuais até junho de 2021 (junho de 2022) para reduzir as perdas para menos de 20% e aumentar a taxa de cobrança para 95% até junho de 2022.

Tal será concretizado através da implementação do Plano de Melhoria da Gestão (PMG).

Implementar uma nova estrutura organizacional na EMAE

Para reforçar a eficiência operacional da EMAE, iremos implementar uma nova estrutura organizacional na Direção Comercial da empresa e iremos redefinir as funções da Direção Financeira e das unidades de apoio da Administração. Com o apoio de um consultor e de uma empresa especializada em recursos humanos (já contratada), tal irá exigir a seleção de pessoal de acordo com as competências necessárias a cada posição na nova estrutura organizacional. As ações específicas incluem:

- Elaborar os documentos de concurso para a aquisição de sistemas de gestão de informação em janeiro de 2021.
- Elaborar, com um consultor de RH, uma proposta de reestruturação organizacional, novas descrições das funções dos diretores e dos gestores que reportam aos diretores (dois primeiros níveis) e o processo de seleção para a nova administração, que resultará na pré-seleção dos candidatos em fevereiro de 2021, no caso dos diretores de primeira linha, e em abril de 2021, no caso dos diretores de segunda linha.
- Selecionar uma empresa de consultoria de gestão para apoiar a EMAE na implementação do PMG até março de 2021, quando a equipa do novo diretor tiver sido recrutada.
- Adotar práticas de cobrança modernas, adquirir e instalar um sistema de gestão de informação moderno e associar o custo dos serviços ao pagamento através da reforma das tarifas.
- À medida que a pandemia se dissipa, continuar a elaborar planos de regularização de atrasados com os consumidores e proceder ao corte dos clientes não pagadores. Nos casos em que o corte não é adequado, iremos usar outras ferramentas de execução, como a penhora da conta bancária da empresa infratora.
- O Governo e a EMAE chegam a um acordo sobre um mecanismo para limitar o consumo e garantir o pagamento atempado das contas pelas entidades públicas, incluindo o recurso ao corte do fornecimento de serviços às instalações não essenciais, a dedução da dotação orçamental e pagamentos diretos do Tesouro para a EMAE (novembro de 2020).
- O gabinete de redução de perdas, em articulação com a equipa de comunicação, dará continuidade à campanha de comunicação para garantir a aceitação social das reformas e a mudança comportamental dos clientes com vista ao reforço da disciplina de pagamento e à redução dos furtos de eletricidade.

Implementar o programa de contadores de eletricidade apoiado pelo BEI e Banco Mundial

- Instalar 200 contadores de alta tensão nas centrais de distribuição para controlar a produção, distribuição e perdas de eletricidade a montante – instalados até junho de 2021.
- Instalar 3 mil contadores para grandes clientes (hotéis, empresas, agências governamentais, embaixadas, etc.) – instalados até junho de 2021.
- Instalar 16 mil contadores residenciais para pequenos clientes (famílias) – instalados até ao final de 2021.

Reduzir o furto de diesel nas centrais térmicas e as perdas

- Instalar contadores de diesel para monitorizar o abastecimento e o consumo nas centrais térmicas – instalados até junho de 2021.
- Assegurar que as perdas descem para menos de 5% do volume fornecido para a produção de energia.

Objetivo 4: Proceder à reforma da estrutura tarifária e reforçar o quadro regulamentar.

Meta: Obter, gradualmente, uma estrutura tarifária que reflita os custos, até 2024.

A análise das tarifas identificou a necessidade de uma reforma tarifária profunda a ser levada a cabo pelo regulador – a AGER. Para obter, de forma gradual, uma estrutura tarifária com eficiência de custos até 2024, o Governo irá:

- a. Publicar um decreto que abrange: i) a definição da estrutura tarifária; ii) a definição das categorias de clientes; iii) os ajustamentos das tarifas sociais; e iv) as condições acordadas e o calendário geral para a obtenção da estrutura de recuperação dos custos. Um projeto de decreto está a ser revisto em consulta com o Banco Mundial e será submetido ao Governo até final de março de 2021 para aprovação no prazo de um mês.
- b. O primeiro aumento de tarifas será implementado assim que os contadores estiverem instalados, até dezembro de 2021, no caso dos grandes consumidores.

As tabelas seguintes sintetizam as metas e ações previstas (indicador de referência estrutural).

Tabela A. São Tomé e Príncipe: Indicadores e metas para o setor energético				
(Em percentagem)				
	Referência		Meta	
	2018	Dez. 2019	Junho de 2021	Junho de 2022
Redução das perdas (comerciais + técnicas) para	34	33	29	23
Aumentar a taxa de cobrança para ^{1,2}	89	85	93	95
Reduzir a perda de gasóleo para	10	6,3	5	

¹Deterioração em 2019 devido à expansão da rede em 2018 levada a cabo pelo anterior Governo.
² Não há nenhuma meta passível de ser gerida no atual contexto para o fim de 2020.

Tabela B. São Tomé e Príncipe: Setor Energético: Principais ações previstas e calendário, 2020-2021		
(Indicador de referência estrutural)		
1	Definir os Termos de Referência da nova direção executiva da EMAE para implementar as medidas da reforma	Fim de dezembro de 2020
2	O Governo estabelece com a EMAE um mecanismo para limitar o consumo e garantir pagamento atempado das contas pelas entidades públicas	Fim de nov. de 2020
3	Concluir o programa LED	Fim de junho de 2021
4	Continuar a executar o plano de regularização de faturas em atraso com os clientes particulares	Dar continuidade após a crise
5	Implementar o programa de contadores apoiado pelo BEI e o Banco Mundial, incluindo a finalização da instalação de 3 mil contadores nos grandes clientes e a instalação dos contadores de diesel para monitorizar o fornecimento e o consumo nas centrais térmicas	Fim de junho de 2021
6	Publicar um decreto que abrange: i) a definição da estrutura tarifária; ii) a definição das categorias de clientes; iii) os ajustamentos das tarifas sociais; e iv) as condições acordadas e o calendário geral para a obtenção da estrutura de recuperação dos custos.	Final de 2021

Melhoria das estatísticas económicas

46. Continuaremos a melhorar os dados económicos. Em março de 2019, uma missão do FMI ajudou as autoridades a implementarem o Sistema Geral de Divulgação de Dados reforçado (e-GDDS, na sigla inglesa) para promover uma maior acessibilidade dos dados e identificar áreas

prioritárias de melhoria em matéria de qualidade dos dados. Começámos a enviar dados básicos para a supervisão através de uma Página do Resumo Nacional de Dados (PRND) a 7 de maio de 2019, utilizando o formato de intercâmbio de dados e metadados estatísticos (SDMX) para a transferência de dados máquina a máquina (M2M). Embora se tenham registado atrasos este ano devido à pandemia, iremos redobrar os nossos esforços de modo a garantir a adesão aos compromissos previstos no cronograma de publicações (descrito [aqui](#)). Também tencionamos melhorar as estatísticas da balança de pagamentos, incluindo o registo das importações relacionadas com o IDE da exploração de petróleo e a melhoria das estimativas das receitas de turismo.

Desenvolvimento das capacidades

47. A assistência técnica prática contínua é essencial para o desenvolvimento das capacidades. Atendendo à limitação de capacidades do pessoal, a formação prática tem-se revestido de uma particular importância. Consequentemente, tentaremos complementar a assistência técnica de curta duração com assistência técnica a longo prazo ou com especialistas itinerantes, que não só fazem o diagnóstico dos problemas, mas também apoiam a implementação das recomendações. Para além disso, solicitaremos especialistas que falem português de modo a facilitar as interações, agilizar a identificação do cerne dos problemas e ajudar na transferência de conhecimento. Também discutimos e atualizámos com o corpo técnico do FMI a nossa estratégia de desenvolvimento de capacidades a médio prazo, que inclui a administração das receitas – designadamente, a implementação do IVA – reformas da GFP para melhorar a preparação e a execução do orçamento, a regulação e supervisão bancária e o reforço da exatidão das estatísticas da balança de pagamentos.

MONITORIZAÇÃO DO PROGRAMA

48. O programa será monitorizado numa base semestral, através de critérios de desempenho quantitativos e/ou contínuos e de metas indicativas (Tabela 3) e de indicadores de referência estruturais (Tabela 4). As metas quantitativas estão definidas para o final de junho e de dezembro de 2021, enquanto as metas para o final de março e de setembro de 2021 são indicativas. A terceira avaliação deverá ser concluída em ou após 15 de maio de 2021, a quarta avaliação em ou após 15 de setembro de 2021 e a quinta avaliação em ou após 15 de abril de 2022.

Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2020
 (Milhões de novas dobras, acumulado desde o início do ano, salvo indicação em contrário)

	2020							
	Junho				Setembro			
	Prog. Req.	Com ajustadores	Meta Prel. ¹	Estado	Com ajustadores	Revisto	Meta Prel. ¹	Estado
Critérios de Desempenho:								
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE)	-76	-101	-235	Não cumprido		-500	-309	Cumprido
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3, 4, 5}	40	28	-206	Cumprido		-100	-234	Cumprido
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2, 4}	30	33	37	Cumprido		20	41	Cumprido
Teto da acumulação de novos atrasados de pagamento externos do Governo Central (milhões de USD) ^{5, 6, 7, 8}	0	...	0	Cumprido		0	0	Cumprido
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5, 6, 7, 8, 9}	0	...	0	Cumprido		0	0	Cumprido
Não: (i) introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais; (ii) introduzir ou alterar práticas de moeda múltipla; (iii) estabelecer acordos bilaterais de pagamento que violem o Artigo VIII; ou (iv) impor ou intensificar restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos				Cumprido				
Metas Indicativas:								
Teto da variação dos novos atrasados internos do Governo Central	0		-64	Cumprido		-30	-102	Cumprido
Piso das despesas pró-pobre	310		330	Cumprido		550	N/D	Cumprido
Piso das receitas fiscais	654		591	Não cumprido		750	954	Cumprido
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5, 7, 8, 10}	6		1	Cumprido		9	5	Cumprido
Por memória:								
Teto da base monetária em dobras (stock)	1,337		1,472			1,329	1,615	
Transferência da CNA para o orçamento (milhões de USD)	3.8		3.8			3.8	3.8	
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹¹	46		49			68		
Apoio externo oficial ao programa ¹¹	129		427			1,023	863	
Desembolso do programa do FMI	56		274			365	365	
Donativos para apoio orçamental	74		153			658	498	
Regularização dos atrasados internos (-, exclui pagamento da dívida à ENCO)	-33		-64			-53	-102	
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro	8		5			15	9	

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de dezembro de 2019 será avaliado na primeira avaliação.

² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

Termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados nos parágrafos 12 e 17 do MTE.

¹⁰ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento.

¹¹ Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais

Objetivos e Medidas de Política	Calendário	Racional Macro	AT	Estado
Reforço das Finanças Públicas				
Implementar medidas chave do Plano de Melhoria de Gestão e o Plano de Produção de Menor Custo da EMAE (MPEF 146)	Contínuo	Conter o risco orçamental	Com o apoio do Banco Mundial	Não cumprido
Emitir os termos de referência e o calendário de trabalho do consultor contratado para a implementação do sistema informático necessário à introdução do IVA (recentemente proposto)	Fim de setembro de 2020	Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial	Não cumprido Implementado com atraso
Manter os atuais preços a retalho dos combustíveis inalterados desde que os custos (incluindo impostos e taxas) se mantenham abaixo dos preços e aumentar os preços se os custos aumentarem, em linha com o mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis, para impedir os subsídios aos combustíveis.	Contínuo	Aumentar as receitas	Sem AT	Cumprido
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (MdF): (i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1; (ii) todos os contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019) (incluindo relacionados com a COVID-19); (iii) a validação ex-post da execução dos contratos - todos (i) a (iii) a serem publicados no prazo de duas semanas após os documentos estarem disponíveis e; (iv) o relatório mensal de despesas relacionadas com a COVID-19 no prazo de 45 dias (parágrafo 22 do MPEF) (recentemente proposto).	Fim de agosto de 2020	Aumentar a transparência e a prestação de contas	Sem AT	Não cumprido (relatórios de despesa publicados com atraso. contratos e avisos de adjudicação publicados até junho de 2020)
Publicação no sítio Web do Ministério das Finanças (MdF) de informações sobre os beneficiários efetivos das empresas a quem são adjudicados contratos públicos (os mesmos contratos suprarreferidos)	15 de novembro de 2020	Aumentar a transparência e a prestação de contas	Sem AT	Não cumprido (publicação de informações incompletas)
Reforço da Política Monetária e da Estabilidade Financeira				
Enviar a proposta de Lei Orgânica do BCSTP revista para reforçar a autonomia e governação do BCSTP e a proposta de Lei das Instituições Financeiras revista, em consulta com o corpo técnico do FMI, à Assembleia Nacional (MPEF 135) (nova data proposta)	Fim de 2020	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG	Não cumprido
Facilitar a atividade empresarial				
Elaborar um plano para retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia (recentemente proposta)	Fim de 2020	Facilitar a recuperação do setor do turismo	Com o apoio do Banco Mundial	Não cumprido

Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Critérios de Desempenho e Metas Indicativas para 2020–21
 (Milhões de novas Dobras, cumulativo desde o princípio do ano, salvo indicação em contrário)

	2020			2021			
	Dez. Critérios de Desempenho	Março Metas Indicativas		Junho Critérios de Desempenho		Set. Metas Indicativas	Dez. Critérios de Desempenho
	Primeira avaliação	Primeira avaliaçã	Prop.	Primeira avaliação	Prop.	Prop.	Prop.
Critérios de Desempenho:							
Piso do saldo primário interno (como definido no MTE)	-565	-125	-141	-200	-225	-300	-379
Teto da variação do financiamento interno líquido do Governo Central (à taxa de câmbio do programa) ^{3, 4, 5}	-65	60	60	165	200	300	354
Piso das reservas internacionais líquidas do Banco Central (milhões de USD) ^{2, 4}	25	25	25	25	25	24	23
Teto da acumulação de novos atrasados de pagamento externos do Governo Central (milhões de USD) ^{5, 6, 7, 8}	0	0	0	0	0	0	0
Teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5, 6, 7, 8, 9}	0	0	0	0	0	0	0
Não: (i) introduzir ou intensificar quaisquer restrições cambiais; (ii) introduzir ou alterar práticas de moeda múltipla; (iii) estabelecer acordos bilaterais de pagamento que violem o Artigo VIII; ou (iv) impor ou intensificar restrições às importações para efeitos da balança de pagamentos				Contínuo			
Metas Indicativas:							
Teto da variação dos novos atrasados internos do Governo Central	-60	0	0	0	-20	-30	-60
Piso das despesas pró-pobre	700	150	150	300	300	450	600
Piso das receitas fiscais	1,152	314	350	628	700	1,050	1,400
Contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional com vencimento superior a um ano pelo Governo Central ou pelo BCSTP (milhões de USD) ^{5, 7, 8, 10}	12	3	3	6	6	10	14
Por memória:							
Teto da base monetária em dobras (stock)	1,321	1,342	1,387	1,362	1,454	1,520	1,586
Transferência da CNA para o orçamento (milhões de USD)	3,8	3,0	3,2	3,0	3,2	3,0	3,2
Pagamentos líquidos do serviço da dívida externa ¹¹	91	33	33	65	65	98	130
Apoio externo oficial ao programa ¹¹	1,144	49	49	105	105	105	261
Desembolso do programa do FMI	421	0	0	56	56	56	112
Donativos para apoio orçamental	723	49	49	49	49	49	149
Regularização dos atrasados internos (-, exclui pagamento da dívida à ENCO)	-70	0	0	0	0	-10	-73
Despesas de capital financiadas pelo Tesouro	28	7	8	13	15	20	30
Teto dos custos com pessoal	980	...	300	...	599	770	1,070

Fontes: Autoridades de São Tomé e Príncipe e estimativas e projeções do corpo técnico do FMI.

¹ O desempenho nas datas de teste de junho de 2020 será avaliado na segunda avaliação.

² O piso será ajustado em alta ou em baixa de acordo com as definições do MTE.

³ O teto será ajustado em baixa ou em alta de acordo com as definições do MTE.

⁴ Excluindo a Conta Nacional do Petróleo (CNP) no Banco Central.

⁵ O termo "Governo Central" é definido conforme o parágrafo 5 do MTE, que exclui as operações das empresas estatais.

⁶ Este critério será avaliado como um critério de desempenho contínuo.

⁷ Termo externa/externos é definido com base na residência do credor, conforme indicado no parágrafo 5 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014).

⁸ Este critério de desempenho ou por memória aplica-se não apenas à dívida conforme definida no parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas pela Decisão 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014), mas também aos compromissos contraídos ou garantidos cujo valor ainda não tenha sido recebido. Mais detalhes sobre a definição de dívida e de atrasados de pagamentos externos podem ser encontrados nos parágrafos 6 e 13 do MTE.

⁹ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento. Mais detalhes podem ser encontrados nos parágrafos 12 e 17 do MTE.

¹⁰ Só se aplica à dívida com um elemento de donativo inferior a 35 por cento.

¹¹ Conforme definido no MTE valor à taxa de câmbio do programa, exclui as amortizações HIPC.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Indicadores de Referência Estruturais para 2020-2021

Objetivos e Medidas de Política	Calendário	Racional Macro	AT
Ações prévias			
Enviar o Orçamento de Estado de 2021 em linha com o programa para a Assembleia Nacional		Conter a despesa	Sem AT
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (MdF): (i) avisos de adjudicação; (ii) contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019); e (iii) a validação ex-post da execução dos contratos públicos que ficaram disponíveis durante junho-agosto de 2020.		Aumentar a transparência e a prestação de contas	Sem AT
Reforço das Finanças Públicas			
Implementar medidas chave do Plano de Melhoria de Gestão e o Plano de Produção de Menor Custo da EMAE (MPEF 146, tabela de ações principais)	Contínuo	Conter o risco orçamental	Com o apoio do Banco Mundial
Introduzir o IVA de acordo com a lei de outubro de 2019 (MPEF 117)	Fim de julho de 2021	Aumentar as receitas	Com o apoio do Banco Mundial
Manter os atuais preços a retalho dos combustíveis inalterados desde que os custos (incluindo impostos e taxas) se mantenham abaixo dos preços e aumentar os preços se os custos aumentarem, em linha com o mecanismo de ajustamento automático dos preços dos combustíveis, para impedir os subsídios aos combustíveis.	Contínuo	Aumentar as receitas	Sem AT
Publicar no sítio Web do Ministério das Finanças (MdF): i) os avisos de adjudicação de contratos públicos, conforme previsto na Lei de Contratação Pública (n.º 8/2009, Artigo 29.º, n.º 2, Artigo 44.º, n.º 1 e Artigo 70.º, n.º 1; (ii) todos os contratos públicos assinados acima do limiar que requer a autorização prévia do Tribunal de Contas nos termos da Lei Orgânica (n.º 11/2019) (incluindo relacionados com a COVID-19); (iii) a validação ex-post da execução dos contratos - todos (i) a (iii) a serem publicados no prazo de duas semanas após os documentos estarem disponíveis e; (iv) o relatório mensal de despesas relacionadas com a COVID-19 no prazo de 45 dias (parágrafo 22 do MPEF) (recentemente proposto).	Contínuo	Aumentar a transparência e a prestação de contas	Sem AT
Publicação no sítio Web do Ministério das Finanças (MdF) de informações sobre os beneficiários efetivos das empresas a quem são adjudicados contratos públicos (os mesmos contratos suprarreferidos)	Contínuo	Aumentar a transparência e a prestação de contas	LEG
Reforço da Política Monetária e da Estabilidade Financeira			
Realizar testes de stress aos bancos, com o contributo do FMI, a fim de identificar possíveis pressões sobre o risco de crédito devido às consequências da pandemia da COVID-19.	Fim de março de 2021	Apoiar a estabilidade do setor financeiro	MCM
Enviar a Lei Orgânica para a Assembleia Nacional (MPEF 1)	Fim de fevereiro de 2021	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG
Enviar a Lei das Instituições Financeiras revista, em consulta com o corpo técnico do FMI, para a Assembleia Nacional (MPEF 1)	Fim de março de 2021	Reforçar a supervisão financeira e melhorar a governação e vigilância	MCM/LEG
Ativar o kit de instrumentos de gestão da liquidez para reduzir o excesso de liquidez durante 2021, abaixo dos níveis do fim de 2020, incluindo mediante o roll-over dos CD existentes e a emissão de CD, conforme seja necessário.	Fim de dezembro de 2021	Estabilizar o excesso de liquidez e apoiar o regime de paridade cambial	MCM
Facilitar a atividade empresarial			
Elaborar um plano para retirar o país da lista negra de segurança aérea da União Europeia	Fim de março 2021	Facilitar a recuperação do setor do turismo	Com o apoio do Banco Mundial

Anexo II. Memorando Técnico de Entendimento

1. **O presente Memorando Técnico de Entendimento (MTE) contém as definições e os mecanismos de ajustamento para clarificar a medição dos critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas incluídos na Tabela 3**, anexa ao Memorando de Políticas Económicas e Financeiras para 2019–23. Salvo indicação em contrário, todos os critérios de desempenho quantitativos e metas indicativas serão avaliados em termos de fluxos acumulados a partir do início de cada ano civil.
2. **A taxa de câmbio do programa** para efeitos do presente MTE¹ será aquela em vigor no final de 2018, nomeadamente 21,6925 novas dobras por USD, 24,5 novas dobras por euro, 29,17221 novas dobras por DSE e 30,1865 novas dobras por UC.

FORNECIMENTO DE DADOS AO FMI

3. **Os dados relativos a todas as variáveis sujeitas a critérios de desempenho e metas indicativas serão fornecidos ao corpo técnico do FMI com a frequência descrita abaixo** (parágrafo 26), com um desfasamento não superior a quatro semanas para os dados relativos às reservas internacionais líquidas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP) e a seis semanas para os outros dados. Quaisquer revisões de dados serão transmitidas de imediato pelas autoridades ao corpo técnico do FMI. As autoridades consultarão o corpo técnico do FMI, à medida do necessário, sobre como medir e reportar variáveis relevantes para avaliar o desempenho relativamente aos objetivos do programa, mas que não constam especificamente no presente Memorando. Os critérios de desempenho incluídos no programa são definidos a seguir, especificamente: i) o limite inferior (piso) do saldo primário interno; ii) o limite superior (teto) da variação do financiamento bancário líquido do governo central; iii) o piso de reservas internacionais líquidas do banco central, iv) o teto do saldo de atrasados de pagamentos externos do governo central e v) o teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou o BCSTP.

DEFINIÇÕES

4. **Para efeitos do presente MTE, externo e interno** serão definidos com base no princípio de residência.
5. **O governo central, para efeitos do presente MTE**, inclui todos os ministérios, gabinetes e entidades governamentais e outros organismos que constituem agências ou instrumentos da autoridade central de São Tomé e Príncipe. O governo central não inclui as operações do sector empresarial do Estado.
6. **O termo dívida define-se em conformidade com o parágrafo 8 das Diretrizes do FMI sobre Condicionalidade da Dívida Pública em Acordos do Fundo, adotadas através da Decisão n.º 15688 do Conselho de Administração do FMI (5 de dezembro de 2014)**. “Por ‘dívida’ entende-se um passivo corrente, ou seja, não contingente, criado por via contratual mediante a provisão de valor na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, e que requeira que o devedor

¹Este dado refere-se ao ponto médio das taxas de câmbio publicadas no sítio Web do BCSTP no último dia de 2018.

realize um ou mais pagamentos na forma de ativos (incluindo moeda) ou serviços, em data(s) futura(s); tais pagamentos serão de liquidação do capital e/ou juros decorrentes da obrigação contratual.”

7. A receita interna do Governo (incluindo a sobretaxa sobre os produtos petrolíferos e excluindo as receitas petrolíferas) inclui todas as receitas fiscais e não fiscais do Governo (em moeda nacional e estrangeira), exceto: 1) donativos externos, 2) receitas da venda local de donativos em espécie (por exemplo, o petróleo bruto recebido da Nigéria, a ajuda alimentar, etc.) e 3) quaisquer fluxos de entrada brutos para o Governo relacionados com os pagamentos dos bônus de assinatura do petróleo e com os juros acumulados na Conta Nacional do Petróleo (CNP). As receitas serão calculadas em base de caixa conforme apresentado na Tabela de Operações Financeiras do Estado elaborada pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul.

8. A despesa primária interna abrange todas as despesas do Governo avaliadas na base de compromissos, excluindo: 1) as despesas de capital financiadas através de empréstimos concessionais e donativos externos para projetos, 2) o custo assumido pelo orçamento para o pagamento dos pequenos depositantes após a liquidação do Banco Equador e 3) os pagamentos de juros programados. A divulgação de dados sobre as despesas internas do Governo será baseada no relatório de execução do Orçamento do Estado elaborado mensalmente pelas Direções do Orçamento e do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul. Todas as despesas de capital financiadas por donativos de apoio orçamental (incluindo da União Europeia) são tratadas como parte da despesa primária interna, sem exceção.

São Tomé e Príncipe: Apoio externo oficial ao programa				
	2020	2020	2021	Unidade monetária
	S1		S1	
Donativos projetados em apoio ao orçamento				
Banco Mundial	0,00	10,00	0	milhões de USD
União Europeia	3,00	5,25	2	milhões de euros
Banco Africano de Desenvolvimento	0,00	12,50	0	milhões de UC
FMI, programa ECF	1,90	3,38	3,8	milhões de DSE
FMI, RCF	9,03	9,03	0,0	milhões de DSE

CRITÉRIOS DE DESEMPENHO

9. Critério de desempenho relativo ao piso do saldo primário interno. Este critério de desempenho refere-se à diferença entre a receita interna (incluindo a sobretaxa do imposto petrolífero e excluindo as receitas petrolíferas) e a despesa primária interna do Governo. O pagamento planeado da dívida à ENCO (diferencial de preço) (parágrafo 22) é deduzido da receita da sobretaxa do imposto petrolífero. Por forma a controlar os gastos, o Ministério das

Finanças não aprovará a tomada de empréstimos por qualquer entidade pública do governo central a não ser o Tesouro (MPEF, parágrafos 14, 17). Por conseguinte, para fins de monitorização do programa, o endividamento contraído por qualquer entidade pública que não o Tesouro registado na síntese monetária como empréstimos ao governo central será acrescido ao défice primário interno como despesa adicional. A título de referência, o saldo primário interno no final de 2019 com base num **resultado hipotético** seria de -173,7 milhões de novas dobras, desagregado como segue:

São Tomé e Príncipe: Saldo primário interno (2019, milhões de novas dobras)	
I. Total de receitas e donativos (=1+2+3)	2154,4
I.A d/q: receitas internas (=I-2.1-3=1+2-2.1)	1270,3
1. Receitas fiscais	1187,8
1.1 d/q: sobretaxa do petróleo	50,0
2. Receitas não fiscais	134,6
2.1 d/q: receita do petróleo	52,0
3. Donativos	832,1
II. Total de despesas (=4+5+6)	2157,3
II.A d/q: despesas primárias internas (=4-4.2+5.1+6)	1384,0
4. Despesas correntes	1398,6
4.1 Custos com pessoal	752,6
4.2 Juros devidos	50,3
4.3 Bens e serviços	243,0
4.4 Transferências	279,5
4.5 Outras despesas correntes	73,1
5. Despesas de capital	737,0
5.1 Financiadas pelo Tesouro	13,8
5.2 Financiadas por fontes externas	723,1
6. Despesas sociais relacionadas à Iniciativa HIPC	21,8
iii. Saldo primário interno (= I.A-II.A+IV-V)	-173,7
Por memória	
IV. Pagamento planeado à ENCO (redução = -)	-10,0
V. Empréstimos contraídos por outras entidades	50,0

10. Critério de desempenho relativo ao teto da variação do financiamento bancário líquido do governo central (CLG). Este critério de desempenho refere-se ao aumento (diminuição) do financiamento bancário líquido do governo central, que corresponde ao stock de todos os

créditos concedidos ao governo central detidos pelo BCSTP e pelas outras sociedades de depósitos (OSD), menos o stock de todos os depósitos detidos pelo governo central no BCSTP e nas OSD, mais o aumento, se houver (com a aprovação do Ministério das Finanças) do crédito das OSD às entidades públicas. O saldo da Conta Nacional do Petróleo (CNP), os depósitos de donativos e empréstimos para projetos, os passivos contingentes e as operações da Segurança Social não são incluídos no CLG. Todas as contas expressas em moeda estrangeira serão convertidas em novas dobras à taxa de câmbio do programa. Os dados pertinentes são reportados mensalmente pelo BCSTP ao corpo técnico do FMI. A título de referência, no final de 2018 o saldo do crédito bancário líquido ao governo central (excluindo a CNP) era de 436 milhões de novas dobras, e a variação do crédito bancário líquido era de 102 milhões de novas dobras, como se segue:

São Tomé e Príncipe: Financiamento bancário líquido (milhões de novas dobras)		
	2017	2018
I Crédito líquido ao governo pelo BCSTP (=I.1-I.2)	93	231
I.1 Crédito do BCSTP, incluindo o uso de recursos do FMI:	260	310
I.2 Depósitos do governo no BCSTP (excluindo a CNP)	167	79
Contas do Tesouro em nova dobras	23	7
Contas do Tesouro em divisas	84	7
Depósitos de contrapartida	60	65
II Crédito líquido ao governo pelas OSD	427	667
II.1 Crédito das OSD ao governo	427	667
II.2 Depósitos do governo central junto às OSD ¹	0	0
III Financiamento bancário líquido ao governo (excl. a CNP) (=I-II)	334	436
IV Variação em 2018 no financiamento bancário líq. do governo central (CLG)		102

¹ Não inclui os depósitos nas OSD que estavam sob o controlo do governo central (Tesouro) em 2017 e 2018.

11. Critério de desempenho relativo ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP. Para efeitos de monitorização do programa, as RIL do BCSTP são definidas como ativos externos transacionáveis do BCSTP de curto prazo (ou seja, maturidades originais iguais ou inferiores a um ano) menos os passivos externos de curto prazo, incluindo todas as obrigações junto ao FMI. Todos os ativos externos de curto prazo que não sejam integralmente conversíveis, nem imediatamente disponíveis para e controlados pelo BCSTP (isto é, os ativos externos garantidos ou de outra forma onerados, incluindo, mas não se limitando, à conta geral HIPC em DSE, e os ativos utilizados como garantia ou caução a obrigações de terceiros) serão excluídos da definição das RIL. Os títulos cujo valor de mercado no último dia do ano diferir em mais de 20% do seu valor de emissão nominal original serão avaliados pelo seu valor corrente de mercado, conforme informação do Departamento de Mercados do BCSTP. Os saldos: 1) da CNP no BCSTP, 2) dos depósitos bancários relacionados às exigências de fundos próprios ou licenciamento e 3) das reservas bancárias expressas em moeda estrangeira, são excluídos da definição do programa das RIL. Todos

os valores serão convertidos para dólares dos Estados Unidos ao ponto médio efetivo das taxas de câmbio de mercado vigentes à data de teste. A título de referência, no final de 2019 as RIL ascendiam a 684 milhões de novas dobras (ou USD 31 milhões, à taxa de câmbio de 21,6925 novas dobras por USD), calculadas da seguinte forma:

São Tomé e Príncipe: Reservas internacionais (milhões de novas dobras)		
Dez. 2019		
I	Reservas internacionais brutas ¹	1034
	Numerário	23
	Depósitos à ordem	695
	Depósitos a prazo (incl. Conta Nacional do Petróleo)	77
	Títulos exceto ações	219
	Bilhetes do Tesouro Norte-Americano I	109
	Bilhetes do Tesouro Norte-Americano II	110
	Juros decorridos de títulos	2
	Posição de reserva no FMI	0
	Haveres em DSE	18
II	Passivos cambiais	350
	Passivos bilaterais de curto prazo	22
	Passivos para com o FMI	197
	Reservas bancárias expressas em moeda estrangeira	131
	Depósitos bancários garantidos expressos em moeda estrangeira	0
III	Reservas internacionais líquidas (RIL) (=I - II)	684
IV	Outros ativos externos líquidos	277
	Outros ativos externos	492
	Obrigações de médio e longo prazo (incl. a afetação de DSE)	215
V	Ativos externos líquidos (III+IV)	960
	<i>Por memória:</i> Conta Nacional do Petróleo (CNP)	412
¹ Os depósitos bancários são excluídos para fins de monitorização do programa.		

12. Critério de desempenho relativo ao teto da contratação ou garantia de nova dívida externa não concessional pelo governo central ou pelo BCSTP. Esse critério de desempenho contínuo engloba a contratação ou garantia de nova dívida externa com qualquer maturidade (incluindo posições a descoberto, mas excluindo o crédito de curto prazo ligado à importação e a fornecedores) pelo governo central e/ou pelo BCSTP. Uma dívida é considerada não concessional caso inclua um elemento de donativo inferior a 35%. O elemento concessional ou de donativo é a diferença entre o valor nominal da dívida e o seu valor atual líquido, expresso como percentagem do valor nominal. O valor atual líquido da dívida na data da sua contratação é calculado descontando-se os fluxos de pagamentos do serviço da dívida no momento da sua contratação. A taxa de desconto aplicada para este efeito é de 5%. Para os fins do programa, considera-se que a

dívida é contraída na data de assinatura do contrato, salvo se especificado no contrato que ela entra em vigor após a sua ratificação pelo Parlamento. Neste caso, considera-se que a dívida é contraída na data da sua ratificação pelo Parlamento. Este critério de desempenho não se aplica aos recursos do FMI. A dívida em processo de reescalonamento ou reestruturação está excluída deste teto, na medida em que essa dívida não concessional seja utilizada em operações de gestão da dívida que visem melhorar o perfil da dívida pública global. A dívida de médio e longo prazo será reportada pelo Departamento de Gestão da Dívida do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul (conforme apropriado), calculada em dólares dos Estados Unidos às taxas de câmbio vigentes publicadas pelo BCSTP. O Governo consultará o corpo técnico do FMI antes de contrair ou garantir novas obrigações de dívida.

13. Critério de desempenho relativo ao teto da acumulação de novos atrasados de pagamentos externos do governo central. Trata-se de um critério de desempenho contínuo. Os novos atrasados de pagamentos externos do governo central são obrigações do serviço da dívida externa (capital e juros) que não foram pagas no momento devido, conforme estabelecido no acordo contratual, sujeitas a qualquer período de carência aplicável. Este critério de desempenho não se aplica a atrasados resultantes do não pagamento do serviço da dívida para o qual tenha sido firmado um quadro de regularização assinado pelo devedor e o credor antes do vencimento do pagamento pertinente ou para o qual o Governo tenha tentado obter um acordo de reescalonamento ou reestruturação até março de 2019.

METAS INDICATIVAS

14. O teto relativo a novos atrasados internos do governo central é definido como a diferença entre a despesa em base de compromissos e os pagamentos em base de caixa (montantes devidos há mais de 40 dias e não pagos).

15. Dentro da despesa primária interna, o piso relativo às despesas pró-pobres diz respeito ao piso dos gastos do Governo previstos no orçamento que têm efeito direto na redução da pobreza, tal como acordado com o corpo técnico do FMI e do Banco Mundial. Tais despesas, que incluem tanto gastos correntes como de investimento, são definidas da seguinte forma:

- a. **Despesas correntes pró-pobres:** Abrangem as seguintes classificações funcionais e categorias de despesas (por código orçamental) descritas na matriz a seguir:

Código	Classificação económica das despesas correntes	Educação	Saúde	Segurança e Assistência Social	Habituação e Serviços Comunitários	Cultura e Desporto	Combustíveis e Energia	Agricultura e Pescas
310000	Despesas com Pessoal	X	X					
331210	Bens Duradouros de Especialidade	X	X					
331290	Outros Bens Duradouros	X	X					
331120	Combustíveis e Lubrificantes ¹	X	X					
331130	Viveres, Géneros Alimentícios ¹ e Alojamento	X	X					
331140	Material de Consumo Corrente Especializado (Específicos de Cada Setor)	X	X					
331190	Outros Bens de Consumo Não Duradouros	X	X					
332110	Serviços de Água e Energia	X	X					
332120	Serviços de Comunicação	X	X					
332130	Serviços de saúde	X	X					
332220	Serviços de Manutenção e Conservação	X	X					
353900	Outras Despesas Correntes Diversas	X	X	X				
352200	Transferências para Instituições Sem Fins Lucrativos (Particulares)		X	X				
352310	Pensão de Reforma e Antigos Combatentes		X	X				
352320	Abono de Família		X	X				
352330	Bolsas de Estudos	X						
352390	Outras Transferências Correntes para Famílias		X	X				
353100	Fundo de Desemprego		X	X				
Código	Classificação económica das despesas de capital							
411110	Estudo de Viabilidade e Assistência Técnica	X	X	X	X	X	X	X
411120	Aquisição e Construção de Imóveis	X	X	X	X	X	X	X
411200	Obras de Reabilitação e Instalações	X	X	X	X	X	X	X
411300	Meios e Equipamentos de Transportes	X	X	X	X	X	X	X
411400	Máquinas e equipamentos	X	X	X	X	X	X	X
411900	Outros Bens de Capital Fixo	X	X	X	X	X	X	X
412000	Saldos	X	X	X	X	X	X	X

Fonte: Diário da República de São Tomé e Príncipe nº 21 - 27 de Maio de 2008, páginas 12-13.
¹ Excluem os gastos com combustíveis e lubrificantes destinados a fins administrativos. Excluem igualmente os alimentos, vestuário e calçados fornecidos ao pessoal administrativo.

b. **Despesas de capital pró-pobres financiadas pelo Tesouro:** Cobrem os projetos que se considere terem um impacto direto no alívio da pobreza nos seguintes setores: educação, saúde, redes de proteção social, agricultura e pescas, desenvolvimento rural, juventude e desportos, abastecimento de água potável e eletrificação.

16. O piso relativo às receitas fiscais aplica-se às receitas fiscais incluindo impostos diretos e indiretos, bem como a recuperação de impostos atrasados e esforços de arrecadação adicionais.

17. A nova dívida externa concessional contraída ou garantida pelo governo central ou o BCSTP mede essa dívida com um elemento concessional mínimo de 35%, e os limites a tal dívida são aplicados cumulativamente, a partir do fim do ano civil anterior.

POR MEMÓRIA

18. Os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa pelo governo central são definidos como o serviço da dívida devido menos a acumulação de quaisquer novos atrasados de pagamentos externos, conforme definido no critério de desempenho relativo ao teto dos atrasados de pagamentos externos do governo central.

19. O apoio externo oficial ao programa é definido como donativos e empréstimos em apoio ao orçamento, incluindo desembolsos do FMI no âmbito dos acordos ECF e RCF e qualquer outro financiamento extraordinário fornecido por entidades estrangeiras oficiais e incorporado no orçamento. **Os donativos de apoio orçamental** incluem ajuda em espécie quando os produtos são vendidos pelo Governo e as receitas são usadas para financiar uma rubrica de despesa orçamental.

20. As despesas de capital financiadas pelo Tesouro são parte da despesa primária interna e abrangem projetos de investimento público que não sejam diretamente financiados por donativos para projetos nem por empréstimos concessionais para projetos. Incluem a participação do Governo em projetos de investimento financiados sobretudo por donativos ou empréstimos. Incluem gastos em novas construções, reabilitação e manutenção. As despesas com vencimentos e salários e aquisição de bens e serviços relacionadas com os projetos não serão classificadas como despesa de capital.

21. O teto relativo à base monetária é definido como a soma da moeda emitida – que consiste em notas e moedas em poder do público e o numerário nos cofres-fortes – e das reservas bancárias expressas em novas dobras. As reservas bancárias referem-se às reservas dos bancos comerciais (em nova dobras) detidas no Banco Central e incluem as reservas excedentárias sobre as reservas mínimas de caixa.

22. Conforme discutido no parágrafo 9, **o pagamento planeado da dívida à ENCO** corresponde ao montante esperado que deve ser deduzido da sobretaxa do petróleo para o reembolso da dívida à ENCO no decorrer do ano. Os pagamentos em montantes superiores ao planeado não são excluídos da receita e serão incluídos no serviço da dívida interna. O pagamento anual planeado é de 0 milhões e 32 milhões de novas dobras em 2019 e 2020, respetivamente, e a metade desse montante será paga durante o primeiro semestre.

23. A regularização dos atrasados será medida como as variações no stock dos atrasados de pagamentos do Governo aos fornecedores internos, conforme definido no parágrafo 15.

FATORES DE AJUSTAMENTO

24. O critério de desempenho relativo ao saldo primário interno terá um fator de ajustamento. O piso do saldo primário interno será ajustado em alta se os donativos de apoio ao orçamento forem inferiores ao projetado, e em baixa se o Governo receber donativos de apoio ao orçamento e receitas de privatização em 2020 e em 2021 superiores ao projetado; o ajustamento em baixa será limitado a 25 milhões de novas dobras (um pouco mais de 0,25% do PIB de 2019) em 2020 e a 25 milhões de novas dobras no primeiro semestre de 2021.² O ajustamento em alta será limitado a 50 milhões de novas dobras em 2020. Para fins do programa, projeta-se que os recursos de privatização sejam 0 em 2020 e 2021.

25. Os critérios de desempenho sobre o financiamento bancário líquido do governo central e as reservas internacionais líquidas do banco central serão objeto dos seguintes ajustamentos, com base nos desvios calculados cumulativamente a partir do final de dezembro de 2019 ou do final de dezembro de 2020, conforme apropriado (Tabela 3 do MPEF, Anexo I):

² Os donativos e as despesas relacionadas com os custos da realização de eleições serão excluídos dos cálculos do défice primário interno.

- **Ajustamentos dos tetos da variação do crédito bancário líquido ao governo central (CLG):** As diferenças trimestrais entre os montantes efetivos e projetados do recebimento das transferências da CNP, dos donativos de apoio ao orçamento, dos pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e dos atrasados internos serão convertidas em novas dobras à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2019 ou do final de dezembro de 2020, conforme apropriado, até à data de teste. O teto será ajustado:
 - i) em baixa (em alta) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa (excl. HIPC);
 - ii) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) nas transferências orçamentais da CNP;
 - iii) em baixa pelo desvio em alta dos donativos em apoio ao orçamento que ultrapassar 25 e 25 milhões de novas dobras em 2020 e no primeiro semestre de 2020, respetivamente; em alta pelo desvio em baixa dos donativos em apoio ao orçamento que ultrapassar 50 milhões de novas dobras;
 - iv) em baixa (em alta) pelo desvio em alta (em baixa) dos atrasados internos;

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento é limitada ao equivalente a 5 milhões de USD à taxa de câmbio do programa.

- **Ajustamentos ao piso das reservas internacionais líquidas (RIL) do BCSTP:** As diferenças trimestrais entre os recebimentos efetivos e projetados das transferências da CNP para o orçamento, os donativos e empréstimos em apoio ao orçamento, os pagamentos líquidos do serviço da dívida externa e os atrasados internos, em novas dobras, serão convertidas em USD à taxa de câmbio do programa e agregadas a partir do final de dezembro de 2019 ou do final de dezembro de 2020, conforme apropriado, até à data de teste. O piso será ajustado em alta (em baixa):
 - i) pelo desvio acumulado em baixa (em alta) entre os pagamentos líquidos efetivos e projetados do serviço da dívida externa do governo central;
 - ii) pelos desvios em alta (em baixa) das transferências orçamentais da CNP;
 - iii) pelos desvios em alta (em baixa) dos donativos e empréstimos em apoio ao orçamento. Projeta-se que os empréstimos de apoio ao orçamento sejam 0 em 2020 e 2021.

A aplicação combinada de todos os fatores de ajustamento é limitada ao equivalente a 10 milhões de USD à taxa de câmbio do programa.

REPORTE DE DADOS

26. As informações a seguir listadas serão fornecidas ao corpo técnico do FMI para efeitos de monitorização do programa.

- 1) **Dados orçamentais:** As Direções do Tesouro e do Orçamento do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerão a seguinte informação ao corpo técnico do FMI, no prazo de três semanas após o final de cada mês ou trimestre, com exceção do programa de investimento público (PIP), cujos dados serão fornecidos no prazo de três meses após o final de cada trimestre:
- Dados mensais sobre as operações do governo central em termos de receitas, despesas e financiamento, incluindo uma descrição detalhada dos recursos consignados, em base de compromissos e de caixa.
 - Dados mensais sobre o crédito líquido ao governo pelo BCSTP, registados conta por conta, num formato compatível com as contas monetárias do BCSTP.
 - Dados mensais pormenorizados sobre receitas fiscais e não fiscais.
 - Dados mensais pormenorizados sobre as despesas de investimentos com financiamento interno, em base de compromissos e de caixa.
 - Dados mensais sobre atrasados internos, por tipo e por credor.
 - Dados trimestrais sobre atrasados implícitos com a ENCO por conta dos preços dos combustíveis no retalho, não abrangendo os eventuais custos de importação, margens de distribuição e impostos aplicáveis.
 - Dados trimestrais sobre os atrasados da EMAE com a ENCO.
 - Dados mensais sobre o apoio externo oficial ao programa (não relacionado a projetos).
 - Dados trimestrais sobre a execução do programa de investimento público (PIP), por projeto e por fonte de financiamento.
 - Dados trimestrais sobre a execução das despesas de investimento financiadas pelo Tesouro, por tipo de projeto, montante, cronograma de execução e progressos na execução.
 - Dados trimestrais sobre donativos para projetos e desembolsos de empréstimos (HIPC e não HIPC).
 - Dados trimestrais sobre o alívio da dívida bilateral no âmbito da HIPC.
 - Informação trimestral sobre a mais recente estrutura de preços de petróleo pendente e apresentação de novas estruturas de preços (no prazo de uma semana depois de estarem disponíveis).
 - Dados trimestrais sobre as despesas pró-pobres.

2) **Dados monetários:** O BCSTP apresentará as suas contas monetárias ao corpo técnico do FMI no prazo de três semanas após o final de cada mês. Serão fornecidos outros dados monetários no prazo de seis semanas após o final de cada mês, no caso de dados mensais; no prazo de dois meses após o final de cada trimestre, no caso de dados trimestrais, e no prazo de dois meses após o final de cada ano, no caso de dados anuais. O BCSTP fornecerá a seguinte informação ao corpo técnico do FMI:

- Dados diários sobre as taxas de câmbio, a serem publicados no sítio Web do BCSTP.
- Dados diários sobre as taxas de juro, a serem publicados no sítio Web do BCSTP.
- Tabela diária de gestão da liquidez, incluindo a base monetária (em nova dobras) e a moeda em circulação, a ser publicada no sítio Web do BCSTP.
- Posição diária de reservas internacionais líquidas, a ser publicada no sítio Web do BCSTP.
- Dados mensais do balanço do BCSTP (no formulário 1SR do FMI, com as rubricas por memória solicitadas).
- Dados mensais do balanço consolidado das outras sociedades de depósitos (no formulário 2SR do FMI).
- Dados mensais consolidados da síntese das sociedades de depósitos (no formulário de inquérito 3SG do FMI).
- Agregados monetários mensais (no formulário 5SR do FMI).
- Dados mensais das taxas de juro do BCSTP e do mercado (no formulário 6SR do FMI).
- Dados mensais sobre os fluxos da CNP.
- Orçamento cambial mensal do BCSTP.
- Mapa trimestral dos rácios prudenciais dos bancos e indicadores de solidez financeira.
- Dados trimestrais sobre a posição financeira do BCSTP (demonstração de resultados, défice, execução orçamental, etc.).

3) **Dados da dívida externa:** A Direção do Tesouro do Ministério das Finanças, Comércio e Economia Azul fornecerá ao corpo técnico do FMI, no prazo de dois meses após o final de cada mês, a seguinte informação:

- Dados mensais sobre amortização e juros da dívida externa, por credor; montante pago, programado, em atraso e sujeito a alívio da dívida ou reescalonado.
- Dados trimestrais sobre desembolsos para projetos com financiamento externo e empréstimos de apoio ao programa.
- Dados em base anual sobre os planos de endividamento futuro.

4) **Contas nacionais e estatísticas comerciais:** Os dados a seguir serão fornecidos ao corpo técnico do FMI:

- Dados mensais do índice de preços no consumidor, fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística, no prazo de um mês após o final de cada mês.
- Dados mensais sobre importações (valor das importações, impostos cobrados sobre importações e atrasados) e valores das exportações de matérias-primas, fornecidos pela Direção das Alfândegas do Ministério das Finanças Comércio e Economia Azul, no prazo de dois meses após o final de cada mês.
- Dados mensais sobre os carregamentos e consumo de petróleo (volume e preços CIF, por produto), fornecidos pela Direção das Alfândegas.



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

23 de dezembro
de 2020

SEGUNDA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE
CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSA DO
CUMPRIMENTO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO, PEDIDO
DE MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E
AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO —
ANEXO INFORMATIVO

Elaborado por

Departamento de África (em consulta com outros
departamentos)

ÍNDICE

RELAÇÕES COM O FMI	2
RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS	8
QUESTÕES ESTATÍSTICAS	9

RELAÇÕES COM O FMI

(Em 30 de novembro de 2020)

I. Admissão e regime de consultas: Admitido em 30 de setembro de 1977; Artigo XIV

II. Conta de Recursos Gerais:	Milhões de DSE	% da quota
Quota	14,80	100,00
Haveres do FMI na moeda do país (taxa de câmbio)	14,80	100,02
Posição na tranche de reserva	0,00	0,00

III. Departamento de DSE:	Milhões de DSE	% da alocação
Alocação acumulada líquida	7,10	100,00
Haveres	0,80	11,23

IV. Saldo de compras e empréstimos:	Milhões de DSE	% da quota
Empréstimos RCF	9,03	61,00
Acordos ECF	9,55	64,50

V. Acordos financeiros mais recentes:

Acordos:

<u>Tipo</u>	<u>Data do acordo</u>	<u>Data de vencimento</u>	<u>Montante aprovado (Milhões de DSE)</u>	<u>Montante sacado (Milhões de DSE)</u>
ECF	02/10/2019	01/02/2023	14,80	5,29
ECF	13/07/2015	31/12/2018	4,44	3,81
ECF	20/07/2012	13/07/2015	2,59	1,11

Empréstimos de desembolso direto:

<u>Tipo</u>	<u>Data do compromisso</u>	<u>Data do saque</u>	<u>Montante aprovado (Milhões de DSE)</u>	<u>Montante sacado (Milhões de DSE)</u>
RCF	21/04/2020	23/04/2020	9,03	9,03

VI. Obrigações vencidas e projeção dos pagamentos ao FMI ^{1/}

(Milhões de DSE; com base no presente uso de recursos e haveres correntes em DSE):

	Próximos				
	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>
Capital		0,31	0,60	0,75	0,76
Comissões/juros		<u>0,01</u>	<u>0,01</u>	<u>0,01</u>	<u>0,01</u>
Total		0,32	0,61	0,75	0,77

^{1/} Quando um país membro tem obrigações financeiras vencidas há mais de três meses, o montante desses atrasados é apresentado nesta secção.

VII. Implementação da Iniciativa HIPC:

I. Compromissos da assistência HIPC	Quadro
Data do ponto de decisão	<u>reforçado:</u> Dez. de 2000

Assistência comprometida	
por todos os credores (milhões de USD) ^{1/}	124,30
D/q: assistência do FMI (milhões de USD)	1,24
(equivalente em milhões de DSE)	0,82
Data do ponto de conclusão	Março de 2007
II. Desembolso da assistência do FMI (milhões de DSE)	
Assistência prestada ao país membro	0,82
Assistência intercalar	--
Saldo no ponto de conclusão	0,82
Desembolso adicional do rendimento de juros ^{2/}	0,04
Total dos desembolsos	0,87

^{1/} A assistência comprometida ao abrigo do quadro original está expressa em termos do valor atual líquido (VAL) no ponto de conclusão; a assistência comprometida ao abrigo do quadro reforçado está expressa em termos de VAL no ponto de decisão. Por este motivo, não é possível somar os dois montantes.

^{2/} No âmbito do quadro reforçado, é efetuado um desembolso adicional correspondente ao rendimento dos juros auferidos sobre o montante da assistência HIPC comprometida mas não desembolsada.

VIII. Implementação da Iniciativa de Alívio da Dívida Multilateral (MDRI):

I. Dívida habilitada à MDRI (milhões de DSE) ^{1/}	1,43
Financiada por: Fundo MDRI	1,05
Recursos HIPC remanescentes	0,38
II. Alívio da dívida por tipo de facilidade (milhões de DSE)	

<u>Data da prestação</u>	<u>Dívida habilitada</u>		
	<u>GRA</u>	<u>PRGT</u>	<u>Total</u>
Dezembro de 2007	N/A	0,38	0,38
Março de 2007	N/A	1,05	1,05

^{1/} A MDRI proporciona 100% de alívio da dívida aos países membros habilitados que se qualificam para tal assistência. A assistência concessional do Fundo MDRI e dos recursos HIPC proporciona alívio da dívida suficiente para cobrir a totalidade do stock da dívida com o FMI no final de 2004 que continua pendente de pagamento no momento em que o país membro se qualifica para esta modalidade de alívio da dívida.

IX. Implementação do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCR):

<u>Data da catástrofe</u>	<u>Data da decisão do Conselho</u>	<u>Montante comprometido (Milhões de DSE)</u>	<u>Montante desembolsado (Milhões de DSE)</u>
N/A	13/04/2020	0,11	0,11
N/A	02/10/2020	0,17	0,17

Em 4 de fevereiro de 2015, o Fundo Fiduciário de Alívio da Dívida após Catástrofes foi transformado no Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCR).

Ponto de decisão – ponto a partir do qual o FMI e o Banco Mundial determinam se um país se qualifica para a assistência no âmbito da Iniciativa HIPC e decidem sobre o montante da assistência a ser concedida.

Assistência intercalar – montante desembolsado a um país no período entre os pontos de decisão e conclusão, até 20% por ano e 60% do total da assistência comprometida no ponto de decisão (ou 25% e 75%, respetivamente, em circunstâncias excecionais).

Ponto de conclusão – ponto a partir do qual o país recebe o saldo remanescente da assistência comprometida no ponto de decisão, em conjunto com o desembolso adicional do rendimento de juros, à luz da definição constante da nota de rodapé 2 acima. O momento do ponto de conclusão está relacionado com a implementação das principais reformas estruturais previamente acordadas (ou seja, é um ponto de conclusão flutuante).

Avaliações das salvaguardas:

Foram conduzidas avaliações das salvaguardas em 2009, 2013, 2015 e 2019. Foram feitos progressos limitados no fortalecimento das salvaguardas do Banco Central de São Tomé e Príncipe (BCSTP). Embora continuem a ser realizados exames anuais de auditoria externa por firmas de auditoria de renome, foram feitos poucos progressos no reforço do quadro de salvaguardas do BCSTP, em parte devido às limitações de capacidade. Uma versão atualizada da lei do banco central, que reforçará a autonomia e a independência do BCSTP, ainda precisa de ser finalizada e aprovada pela Assembleia Nacional. A posição financeira é frágil, e a implementação das normas internacionais de relato financeiro mantém-se um trabalho em curso. A função de auditoria interna continua a enfrentar limitações de capacidade, e ainda persiste a falta de supervisão independente das operações diárias. É necessária assistência técnica para avançar nas reformas necessárias nas áreas de reporte financeiro e auditoria interna.

Regime cambial:

O regime cambial *de jure* e *de facto* é classificado como paridade fixa convencional ao euro. São Tomé e Príncipe indexou a dobra ao euro a partir de janeiro 2010, inicialmente à taxa de 24.500 dobras por euro; em janeiro de 2018, porém, o país procedeu à redenominação da moeda, com o corte de três zeros. A Lei Orgânica do BCSTP autoriza o banco a tomar decisões relativamente à política cambial. A comissão máxima que os bancos podem cobrar sobre as vendas de divisas foi fixada em 2% para operações em euros e 4% para operações em outras moedas. As compras de euros pelos bancos devem ser efetuadas à taxa publicada pelo BCSTP e não é permitida a cobrança de comissões. O BCSTP financia transações internacionais correntes à taxa de câmbio oficial e somente após a verificação da documentação que comprova a boa-fé do pedido da instituição bancária. O acesso às divisas é restrito aos bancos que apresentem uma posição aberta líquida na moeda de transação não superior a 12% dos fundos próprios e uma posição aberta líquida total em divisas não superior a 25% dos fundos próprios, e que estejam em conformidade com os rácios de solvência e de liquidez fixados pelo banco central e com os requisitos de reservas mínimas de caixa. Os bancos terão acesso direto às facilidades do banco central independentemente das condições acima referidas caso as divisas sejam utilizadas na importação de bens em períodos de crise ou na importação de combustíveis. O banco central cobra uma

comissão de 1,5% sobre as vendas de euros e de 0,5% sobre as compras de euros. A taxa de compra é meramente indicativa, pois o BCSTP raramente efetua compras.

São Tomé e Príncipe continua a se valer do regime transitório previsto no Artigo XIV, mas não mantém restrições nos termos do referido artigo. Contudo, o país mantém restrições cambiais sujeitas à aprovação do FMI nos termos do Artigo VIII. Uma restrição cambial decorre dos limites à transferência dos lucros líquidos de investimentos, nos termos da alínea g) do Artigo 3.º e do Artigo 18.º do Código de Investimento (Lei n.º 19/2016). A restrição resulta da exigência que condiciona a transferência desses lucros ao pagamento de impostos e outras obrigações devidas ao Estado, uma vez que a exigência se estende ao pagamento de impostos e outras obrigações que não têm relação com os lucros líquidos exportáveis. A segunda restrição cambial decorre dos limites à disponibilidade de divisas através do racionamento de divisas pelo BCSTP. Esta restrição dá origem também a uma prática de taxas de câmbio múltiplas, uma vez que, como consequência do racionamento, operações correntes de boa-fé são realizadas no mercado paralelo, a uma taxa de câmbio que difere em mais de 2% daquela do mercado oficial.

Consulta ao abrigo do Artigo IV:

São Tomé e Príncipe está atualmente num ciclo de consultas de 24 meses. O Conselho de Administração concluiu a última consulta com São Tomé e Príncipe ao abrigo do Artigo IV em 23 de julho de 2018.

Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), Relatórios Sobre a Observância de Normas e Códigos (ROSC) e Avaliações dos Centros Financeiros Offshore (OFC):

Nenhuma.

Representante Residente:

Desde outubro de 2006 o FMI não tem um representante residente em São Tomé e Príncipe.

Assistência Técnica (2016–20):

Data da prestação	Departamento/finalidade
Novembro de 2020	Missão remota do AFRITAC sobre supervisão bancária
Outubro de 2020	Missão remota de curto prazo sobre administração tributária
Setembro de 2020	Missão remota do AFRITAC sobre estatísticas das finanças públicas
Setembro de 2020	Missão remota do FAD sobre administração tributária
Junho de 2020	Missão remota de curto prazo sobre administração aduaneira
Junho de 2020	Missão remota do AFRITAC sobre planos de compromissos
Junho de 2020	Missão remota do AFRITAC sobre previsões macro-fiscais
Junho de 2020	Missão remota do AFRITAC sobre contas nacionais
Fevereiro de 2020	Missão do AFRITAC sobre execução e controlo orçamental
Janeiro de 2020	Missão do LEG sobre a Lei das Instituições Financeiras
Janeiro de 2020	Missão de curto prazo sobre administração tributária
Janeiro de 2020	Missão do AFRITAC sobre o quadro macro-fiscal
Dezembro de 2019	Missão do LEG sobre a Lei Orgânica do BCSTP
Novembro de 2019	Missão do MCM sobre operações monetárias
Novembro de 2019	Missão do FAD sobre execução e controlo orçamental
Novembro de 2019	Missão de curto prazo sobre implementação do IVA e impostos especiais sobre o consumo
Novembro de 2019	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das contas nacionais
Setembro de 2019	Missão de curto prazo sobre estatísticas das finanças públicas
Setembro de 2019	Missão do AFRITAC sobre mobilização de receitas aduaneiras
Setembro de 2019	Missão de curto prazo sobre administração tributária
Agosto de 2019	Missão do MCM sobre operações de mercado aberto
Julho de 2019	Missão de curto prazo sobre administração tributária
Junho de 2019	Missão de curto prazo sobre administração da receita
Mai de 2019	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancárias
Mai de 2019	Missão de curto prazo sobre administração da receita
Mai de 2019	Missão do FAD sobre administração da receita
Abril de 2019	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das contas nacionais
Março de 2019	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das finanças públicas
Dezembro de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das finanças públicas
Dezembro de 2018	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancária
Outubro de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das finanças públicas

Data da prestação	Departamento/finalidade
Outubro de 2018	Missão do AFRITAC sobre gestão da dívida
Setembro de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das finanças públicas
Agosto de 2018	Missão de curto prazo sobre política tributária
Agosto de 2018	Missão do FAD sobre administração da receita
Agosto de 2018	Missão do FAD sobre gestão das finanças públicas
Junho de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das contas nacionais
Junho de 2018	Missão do FAD sobre os preparativos para o IVA
Maio de 2018	Missão do FAD sobre administração aduaneira
Maio de 2018	Workshop de formação do AFRITAC em gestão da dívida
Maio de 2018	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancárias
Abril de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das finanças públicas
Fevereiro de 2018	Missão do AFRITAC sobre administração aduaneira
Fevereiro de 2018	Missão do STA sobre estatísticas da balança de pagamentos
Janeiro-abril de 2018	Visita de perito itinerante do FAD sobre os preparativos para o IVA
Janeiro de 2018	Missão do STA sobre estatísticas de preços
Janeiro de 2018	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das contas nacionais
Janeiro de 2018	Missão do AFRITAC sobre administração aduaneira
Dezembro de 2017	Missão do AFRITAC sobre supervisão e regulamentação bancárias
Dezembro de 2017	Missão do AFRITAC sobre gestão da dívida pública
Novembro de 2017	Missão do MCM sobre resolução e liquidação bancárias
Novembro de 2017	Missão de seguimento do LEG sobre a legislação do IVA
Agosto de 2017	Missão do AFRITAC sobre estatísticas das finanças públicas
Julho de 2017	Missão do FAD sobre execução e controlo orçamental
Março de 2017	Missão do FAD sobre administração da receita
Março de 2017	Missão do FAD sobre gestão de atrasados
Março de 2017	Missão do STA sobre estatísticas das contas nacionais
Fevereiro de 2017	Missão do MCM sobre supervisão e regulamentação bancárias
Novembro de 2016	Missão do MCM sobre resolução e liquidação bancárias
Agosto de 2016	Missão do MCM sobre supervisão e regulamentação bancárias

RELAÇÕES COM OUTRAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS INTERNACIONAIS

Banco Mundial

<http://www.worldbank.org/en/country/saotome>

Banco Africano de Desenvolvimento

<https://www.afdb.org/en/countries/southern-africa/sao-tome-and-principe/>

QUESTÕES ESTATÍSTICAS

(Em 7 de julho de 2020)

I. Avaliação da adequação dos dados para fins de supervisão
<p>Geral: O fornecimento de dados apresenta algumas deficiências, sobretudo em termos de atualidade, mas em geral é apropriado para fins de supervisão. Deve-se intensificar os esforços para melhorar a recolha de estatísticas macroeconómicas, sobretudo no que respeita aos indicadores avançados da atividade económica e aos dados sobre o turismo. As limitações de recursos financeiros e tecnológicos atrasaram os avanços para o fortalecimento do sistema estatístico. As principais deficiências estão nas áreas de contas nacionais e setor orçamental.</p>
<p>Contas nacionais: O Instituto Nacional de Estatística (INE) compila e publica séries anuais do PIB, com referência a um ano base desatualizado (2008) e dados de base insuficientes. As séries do PIB apresentam diversos problemas, nomeadamente o uso de rácios de consumo intermédio/produto fixos ao longo do tempo a preços correntes, e estimativas do PIB pela óptica da despesa nas quais a despesa de consumo final dos agregados familiares é estimada como residual. O INE continua empenhado em melhorar a qualidade dos dados de base. A mais recente estimativa do PIB refere-se ao ano civil de 2018, e está ainda sujeita a revisão. Não são compiladas estimativas trimestrais do PIB, mas o AFRITAC Central começou a prestar assistência técnica para o seu desenvolvimento.</p>
<p>Estatísticas de preços no consumidor: Em janeiro de 2016, o INE iniciou a divulgação de uma série atualizada do IPC (base: 2014 = 100). Com a assistência do AFRISTAT, o cabaz de produtos foi alterado e as ponderações foram atualizadas, utilizando os resultados de um inquérito ao orçamento familiar (IOF) realizado em 2010. Devido às limitações financeiras, o IPC abrange apenas a capital do país. Uma missão de assistência técnica do STA no exercício de 2018 passou em revista o índice com o novo ano base, realizou o diagnóstico de toda a série, associou as séries anteriores e posteriores ao rebaseamento para produzir uma série analítica para a base de dados do FMI e para fins estatísticos. A missão considerou também os planos do INE de atualizações adicionais ao IPC após a conclusão do novo IOF, que está em curso com o apoio do Banco Mundial.</p>
<p>Estatísticas das finanças públicas: Dados detalhados sobre as receitas e despesas são compilados e transmitidos ao AFR. As principais áreas que carecem de reforço são: i) monitorização das despesas com projetos financiados por doadores e ii) operações de financiamento. Todos os empréstimos para projetos (financiados por doadores) estão inscritos no orçamento, mas alguns são executados de forma independente. O governo solicitou a ajuda dos parceiros de desenvolvimento para inscrever todos os financiamentos externos no orçamento. A expectativa é que o registo das operações de financiamento e dos stocks seja aperfeiçoado em consequência do reforço da capacidade de gestão da dívida. As contas públicas de 2010–16 foram finalizadas e apresentadas ao Tribunal de Contas. As autoridades estão a trabalhar nas contas públicas de 2017.</p> <p>São Tomé e Príncipe aderiu ao projeto do AFRITAC Central em 2017, com planos para o desenvolvimento das estatísticas das finanças públicas (EFP). As missões de assistência técnica</p>

concluídas em 2017 e 2018 concentraram-se em: i) identificar as prioridades em termos da compilação de EFP e sugerir às autoridades um roteiro de migração para a adoção plena dos princípios do *GFSM 2014 (Manual de Estatísticas de Finanças Públicas de 2014)* e ii) auxiliar o Ministério das Finanças a compilar as EFP do governo geral orçamental para um exercício fiscal segundo as diretrizes do *GFSM 2014*. Uma missão de assistência técnica realizada em março de 2019 prestou apoio às autoridades relativamente ao programa em curso de desenvolvimento das capacidades, tendo como objetivo melhorar a compilação de dados orçamentais (com a implementação do quadro do *GFSM 2014*).

Um workshop do AFRITAC Central organizado em 2019 centrou-se: i) na seleção de fontes de dados para a compilação da TOFE; ii) nos procedimentos e mecanismos para a produção de EFP a partir dos balancetes e das demonstrações financeiras das entidades governamentais; e iii) na transmissão de EFP e de estatísticas da dívida do setor público ao STA.

Estatísticas monetárias e financeiras: As missões do STA prestaram assistência técnica em estatísticas monetárias em dezembro de 2004, abril/maio de 2006, junho de 2007 e setembro de 2010, em resultado das quais se melhorou consideravelmente a exatidão e oportunidade dos dados monetários transmitidos no formulário padrão de reporte de dados (SRF) relativamente ao banco central e às outras sociedades de depósitos. O BCSTP transmite regularmente dados mensais ao STA sobre o banco central e as outras sociedades de depósitos (OSD), embora com algum desfazamento em relação a estas últimas.

Os balancetes mensais do BCSTP são, na generalidade, apropriados para a compilação de estatísticas monetárias em conformidade com o *MFSMCG (Manual de Estatísticas Monetárias e Financeiras e Guia de Compilação)*. O banco central começou a recolher dados das companhias de seguros que iniciaram as suas atividades nos últimos anos. O volume de ativos das companhias de seguros ainda é pequeno demais para justificar a inclusão destas nas estatísticas monetárias.

O banco central produz um quadro trimestral de indicadores de solidez financeira (ISF). Missões de assistência técnica do MCM na área de supervisão bancária ajudaram a alargar a cobertura de tal quadro e melhorar a qualidade dos dados. As missões de assistência técnica de dezembro de 2018, maio de 2019 e novembro de 2019, lideradas pelo Centro Regional de Assistência para a África Central (AFRITAC Central, AFC), centraram-se no apoio ao BCSTP na implementação da supervisão bancária baseada no risco. O AFC planeia financiar duas missões de regulamentação e supervisão bancárias ao BCSTP em cada exercício para prestar assistência técnica prática e operacional às autoridades.

O BCSTP reporta dados sobre algumas séries e indicadores do inquérito FAS sobre o acesso a serviços financeiros, nomeadamente os dois indicadores (agências bancárias comerciais por 100 mil adultos e caixas automáticas (ATMs) por 100 mil adultos) adotados pelas Nações Unidas para monitorizar a Meta 8.10 do Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Estatísticas do setor externo: O BCSTP compila estatísticas trimestrais sobre a balança de pagamentos (BdP) e a posição de investimento internacional (PII) que são coerentes com as orientações da sexta edição do *BPM6 (Manual da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional)*. São transmitidos regularmente dados ao STA, embora ainda seja

preciso melhorar a oportunidade (os desfasamento são superiores a dois trimestres). São necessários mais esforços para melhorar a cobertura, a fiabilidade e o grau de pormenorização.

As taxas de resposta aos inquéritos do setor não financeiro são baixas, e os erros e omissões líquidos são ainda bastante avultados; o BCSTP está a avaliar outros métodos alternativos de recolha de dados até que a taxa de resposta seja considerada adequada. O acesso direto dos compiladores aos dados sobre o comércio de petróleo é essencial para melhorar a qualidade das estatísticas do setor externo. São necessárias melhorias nos procedimentos para a compilação de dados coerentes sobre as viagens, bem como nos dados sobre o investimento direto ligado à exploração de petróleo em território são-tomense. São também necessários novos esforços para melhorar a compilação e a coerência das estatísticas sobre as transações financeiras e a PII.

A missão de assistência técnica mais recente (fevereiro de 2018) constatou que havia desafios relacionados ao baixo índice de respostas aos inquéritos, à granularidade e cobertura limitadas da conta de bens e às limitações em termos de recursos humanos.

II. Normas e qualidade dos dados

São Tomé e Príncipe aderiu ao Sistema Geral de Disseminação de Dados aprimorado (e-GDDS) do FMI, e desde maio de 2019 o país publica os dados económicos essenciais para a supervisão na sua Página Nacional de Síntese de Dados.

República Democrática de São Tomé e Príncipe: Quadro de indicadores comumente exigidos para fins de supervisão
(Em 30 de novembro de 2020)

	Data da última observação	Data de recebimento	Frequência dos dados ⁶	Frequência do reporte	Frequência da publicação
Taxas de câmbio	Nov. 2020	Nov. 2020	M	M	M
Ativos de reserva internacionais e passivos de reserva da autoridade monetária ¹	Nov. 2020	Nov. 2020	M	M	M
Posição de investimento internacional	3.º Trim. 2019	Jan. 2020	T	T	T
Reservas/base monetária	Set. 2020	Out. 2020	M	M	M
Massa monetária	Set. 2020	Out. 2020	M	M	M
Balanço do banco central	Set. 2020	Out. 2020	M	M	M
Balanço consolidado do sistema bancário	Set. 2020	Out. 2020	M	M	M
Taxas de juro ²	Julho 2020	Ago. 2020	M	M	M
Índice de Preços no Consumidor	Set. 2020	Out. 2020	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo geral ⁴	Out. 2020	Nov. 2020	M	M	M
Receitas, despesas, saldo e composição do financiamento ³ – governo central	Out. 2020	Nov. 2020	M	M	M
Stocks da dívida contraída ou garantida pelo governo central ⁵	2.º Trim. 2020	Out. 2020	M	T	T
Saldo da conta corrente externa	2.º Trim. 2020	Out. 2020	T	T	T
Exportações e importações de mercadorias	2.º Trim. 2020	Out. 2020	T	T	T
PIB/PNB ⁶	2019	Março 2020	A	A	A
Dívida externa bruta	2.º Trim. 2020	Out. 2020	M	T	T

¹ Inclui os ativos de reserva dados em garantia ou penhorados, bem como as posições derivadas líquidas.

² Taxa de referência do banco central.

³ Financiamento externo, bancário interno e não bancário interno.

⁴ O governo geral é composto pelo governo central (fundos orçamentais, fundos extraorçamentais e fundos de segurança social) e pelos governos estaduais/provinciais e locais.

⁵ Composição por moeda e por vencimento.

⁶ Diária (D), semanal (S), mensal (M), trimestral (T), anual (A), irregular (I), não disponível (ND).



REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

SEGUNDA AVALIAÇÃO NO ÂMBITO DA FACILIDADE DE
CRÉDITO ALARGADO, PEDIDO DE DISPENSA DO
CUMPRIMENTO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO, PEDIDO
DE MODIFICAÇÃO DE CRITÉRIO DE DESEMPENHO E
AVALIAÇÃO DAS GARANTIAS DE FINANCIAMENTO —
ANÁLISE DE SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

23 de dezembro
de 2020

Aprovado por
David Owen e Anna Ilyina (FMI) e
Marcello Estevão (AID)

Elaborado pelos corpos técnicos do Fundo
Monetário Internacional e da Associação
Internacional de Desenvolvimento.

São Tomé e Príncipe: Análise Conjunta de Sustentabilidade da Dívida – Banco Mundial-FMI	
Risco de sobre-endividamento externo	<i>Em sobre-endividamento</i>
Risco global de sobre-endividamento	<i>Em sobre-endividamento</i>
Granularidade na notação do risco	<i>Sustentável</i>
Aplicação de julgamento	<i>Não</i>

O país continua em situação de sobre-endividamento devido a atrasados externos

prolongados. Além disso, o grande volume de atrasados internos da empresa de serviços de utilidade pública (EMAE), que é deficitária, salienta as graves restrições de liquidez do setor público. O corpo técnico avalia que o país tem capacidade para reembolsar os atrasados externos ao longo do tempo, tal como indicado pelos rácios da dívida externa relativamente baixos. Embora o valor atual (VA) dos rácios dívida pública e com garantia pública (PGP)/PIB e dívida/exportações ultrapassem os seus limiares em 2020 e 2021 devido ao choque da Covid-19, todos os demais indicadores da carga da dívida externa PGP permanecem abaixo dos seus limiares ao longo de todo o horizonte da projeções no cenário de base^{1, 2}. Projeta-se que o VA do total da dívida PGP (após ter em conta as condições concessionais da dívida da EMAE e do governo central e os atrasados para com o fornecedor de combustíveis do país, ENCO) ultrapasse o parâmetro de referência associado a uma capacidade de endividamento fraca (35% do PIB) até 2025. Uma vez que a sua trajetória descendente permanece intacta, estando subordinada ao compromisso das autoridades de implementar as reformas planeadas da EMAE e contrair empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado, a sustentabilidade da dívida pública é preservada, mas enfrenta agora maiores riscos. A probabilidade de materialização dos passivos contingentes, nomeadamente os atrasados da ENCO à sua empresa-mãe Sonangol (uma empresa pública de Angola), continua baixa.

¹ O corpo técnico do Banco Mundial simulou um cenário pressupondo o pagamento integral das alocações anuais da AID em condições de crédito, o que não afetou a notação de risco de sobre-endividamento externo.

² São Tomé e Príncipe solicitou a participação de todos os seus credores bilaterais oficiais na DSSI, e em 12 de agosto de 2020, Portugal, Brasil e os membros do Clube de Paris emitiram formalmente um memorando de entendimento no qual aceitam essa solicitação. O cenário de base da ASD pressupõe a aplicação dos termos da DSSI à dívida elegível dos credores do G-20/Clube de Paris e de outros credores bilaterais que possam estar associados ao Memorando de Entendimento do Clube de Paris. Cerca de 1,4 milhões de USD do serviço da dívida junto a Portugal foram reescalados no âmbito da DSSI. Na pendência da confirmação, os termos da DSSI não são aplicados à dívida elegível de outros credores bilaterais (Guiné Equatorial e Angola).

COBERTURA DA DÍVIDA PÚBLICA

1. Para os fins da ASD de São Tomé e Príncipe, a dívida pública e com garantia pública inclui a dívida do governo central e da EMAE, a empresa de serviços de utilidade pública^{3, 4}.

A EMAE tem vindo a acumular atrasados ao longo dos anos junto ao seu fornecedor de combustíveis, a ENCO, num total superior a 26% do PIB no final de 2019^{5, 6}. Três outras empresas públicas – ENAPORT, ENASA e Correios – não estão incluídas na análise devido à falta de dados fiáveis⁷. No entanto, os potenciais passivos destas empresas são incluídos no teste de stress de passivos contingentes utilizando o valor padrão de 2% do PIB. Os passivos contingentes dos mercados financeiros são também fixados no seu valor padrão de 5% do PIB. Além disso, o teste de stress de passivos contingentes inclui ainda uma dívida contestada de 30 milhões de USD da Nigéria. As autoridades defendem que o seu reembolso era condicional às receitas do petróleo, que não têm perspetivas de materialização no curto prazo. Por último, no que se refere à ASD externa, o choque de passivos contingentes inclui também os atrasados externos da ENCO à Sonangol, que atingiram um valor estimado de 205 milhões de USD (cerca de 51% do PIB) no final de 2019, bem como uma multa estimada de 12,4 milhões de USD (cerca de 3% do PIB) imposta pelo Tribunal Permanente de Arbitragem relativa à apreensão indevida pelo país de um navio maltês em 2013.

Tabela 1 do texto. São Tomé e Príncipe: Cobertura da dívida pública no cenário de base¹

	Subsetores do setor público	Subsetores abrangidos
1	Governo central	X
2	Governos infranacionais	
3	Outros elementos do governo geral	X
4	d/q: Fundo de segurança social	X
5	d/q: Fundos extraorçamentais	X
6	Garantias (a outras entidades no setor público e privado, incl. empresas públicas)	X
7	Banco central (contraída em nome do governo)	X
8	Dívida não garantida de empresas públicas	

Fontes: Corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.

¹ Inclui a empresa de serviços de utilidade pública EMAE, que é altamente deficitária.

³ Os stocks da dívida do país são zero para alguns elementos novos abrangidos pelo quadro de sustentabilidade da dívida revisto, incluindo o fundo da segurança social e a dívida do banco central contraída em nome do governo. Nenhuma outra dívida com garantia pública está excluída desta ASD.

⁴ Em conformidade com a ASD anterior, os atrasados anteriores à iniciativa HIPC (13,5% do PIB) estão excluídos no pressuposto do perdão da dívida. Uma dívida anterior à iniciativa HIPC de uma PPP (11,2% do PIB) está também excluída, em linha com o tratamento relativo a outras dívidas anteriores à iniciativa HIPC. Os pormenores sobre este empréstimo são apresentados na Tabela 4 do texto.

⁵ A ENCO está registada em São Tomé e Príncipe, com 77,6% das suas ações detidas pela Sonangol (uma empresa pública angolana) e 16,0% detidas pelo governo de São Tomé e Príncipe. Os atrasados do governo à ENCO foram regularizados em 2016 e os atrasados da EMAE de 111 milhões de USD no final de 2019 foram regularizados em agosto de 2019.

⁶ Dado que a ASD utiliza o pressuposto baseado na residência relativo à dívida, os atrasados da EMAE denominados em dólares são classificados como internos, uma vez que a ENCO, maioritariamente detida por uma empresa pública angolana, está registada no país.

⁷ A ENAPORT e a ENASA continuam a fazer progressos nos esforços de recolha de dados e, segundo informado pela missão de novembro de 2020, esperam poder fornecer estatísticas da dívida para a ASD no futuro.

Tabela 2 do texto. São Tomé e Príncipe: Cobertura do teste de stress de passivos contingentes

1 Cobertura da dívida pública do país		Governo central, banco central e dívida com garantia pública. Não existe qualquer dívida por parte da segurança social ou contração de empréstimos por entidades extraorçamentais.			
		Padrão	Utilizada para a análise	Razões para os desvios às definições padrão	
2	Outros elementos do governo geral não capturados em 1.	0	percentagem do PIB	Inclusão do empréstimo contestado da Nigéria (30 milhões de USD) na ASD pública e externa, e dos atrasados da ENCO com a Sonangol (49,1 milhões de USD) e multa do Tribunal Permanente de Arbitragem (3,0 milhões de USD) na ASD externa. 2/	Constituem potenciais riscos.
3	Dívida de empresas públicas (garantida e não garantida pelo governo) 1/	2	percentagem do PIB	2	O projeto de PPP é anterior à HIPC e está excluído da análise da ASD.
4	PPP	35	percentagem do stock de PPP	0	
5	Mercado financeiro (o valor padrão de 5% do PIB é o valor mínimo)	5	percentagem do PIB	5	
Total (2+3+4+5) (em % do PIB)		14,1 para a ASD pública e 66,2 para a ASD extema.			

^{1/} O choque padrão de 2% do PIB será acionado no caso de países cuja dívida com garantia pública não seja totalmente capturada pela definição de dívida pública do país (1).

^{2/} O choque dos atrasados da ENCO com a Sonangol não é aplicado à ASD pública porque os créditos da ENCO sobre o governo e a EMAE já estão incluídos na dívida interna pública e com garantia pública.

Fontes: Corpos técnicos do FMI e do Banco Mundial.

CONTEXTO

A. Dívida

2. O total da dívida pública e com garantia pública aumentou em cerca de 14% do PIB em 2019 por comparação com 2015, para cerca de 98% do PIB. No mesmo período, a dívida do governo central aumentou quase 2,5% do PIB, e o aumento remanescente deveu-se à acumulação de dívida fora do governo central. A dívida pública e com garantia pública inclui os atrasados da empresa de serviços de utilidade pública, EMAE, ao seu fornecedor de combustível, ENCO, que aumentaram para cerca de 115 milhões de USD em 2019, face a 43 milhões de USD em 2015.

A expansão da rede de distribuição de eletricidade e as grandes perdas associadas são fatores determinantes para o aumento da dívida pública e com garantia pública.

3. O país continua a negociar ativamente com credores bilaterais para regularizar os atrasados pós-HIPC, permanecendo o montante inalterado⁸. Os atrasados ascendem a 10,7 milhões de USD, ou 2,3% do PIB de 2019, e são devidos a Angola (4,8 milhões de USD), ao Brasil (4,3 milhões de USD) e à Guiné Equatorial (1,7 milhões de USD). Foi alcançado um acordo com o Governo brasileiro, pendente de ratificação pelo Senado brasileiro. O governo procurou também ativamente alcançar acordos de reescalonamento da dívida com Angola e a Guiné Equatorial. Estes atrasados pós-HIPC refletem-se no stock da dívida.

Tabela 3 do texto. São Tomé e Príncipe: Stock da dívida pública e com garantia pública

(No final de 2019)	Milhões de USD		% do PIB	
	Final de 2015	Final de 2019	Final de 2015	Final de 2019
Total da dívida PGP (incl. atrasados da EMAE à ENCO, mas excl. atrasados do governo à EMAE)	262.8	408.9	83.8%	97.7%
Dívida direta e garantida do governo central (excl. atrasados da EMAE à ENCO, mas incl. atrasados do governo à EMAE)	219.5	303.3	70.0%	72.4%
Total da dívida externa PGP	167.2	191.2	53.3%	45.7%
Credores multilaterais	44.6	54.2	14.2%	13.0%
AID	13.8	11.6	4.4%	2.8%
BADEA	9.4	11.8	3.0%	2.8%
FIDA	6.7	5.0	2.1%	1.2%
BAFD	5.2	15.4	1.7%	3.7%
FMI	6.7	9.0	2.1%	2.2%
OPEP	2.8	1.4	0.9%	0.3%
Credores bilaterais	115.7	125.1	36.9%	29.9%
Portugal	54.5	55.9	17.4%	13.3%
Angola ¹	44.4	52.5	14.2%	12.5%
China	10.0	10.0	3.2%	2.4%
Brasil	4.3	4.3	1.4%	1.0%
Guiné Equatorial	1.6	1.7	0.5%	0.4%
Bélgica	0.8	0.8	0.3%	0.2%
Atrasados do governo a fornecedores externos	6.9	11.6	2.2%	2.8%
Dívida interna	52.3	112.1	16.7%	26.8%
ENCO (importadora de petróleo; atrasados regularizados)	48.4	37.4	15.4%	8.9%
Atrasados do governo a fornecedores internos²	3.5	33.6	1.1%	8.0%
CST (telecomunicações)	3.5	6.6	1.1%	1.6%
EMAE (água e eletricidade)	0.0	5.0	0.0%	1.2%
Outros fornecedores	0.0	22.0	0.0%	5.3%
Bilhetes do Tesouro (governo central)	0.0	29.6	0.0%	7.1%
Crédito das OSD ao governo central (excl. BTs)	0.4	11.4	0.1%	2.7%
Atrasados da EMAE à ENCO³	43.4	110.5	13.8%	26.4%
Por memória:				
Atrasados antigos anteriores à HIPC	46.3	54.9	14.8%	13.1%
Itália ⁴	24.3	24.3	7.8%	5.8%
Angola	22.0	30.6	7.0%	7.3%
Empréstimo da Nigéria	30.0	30.0	9.6%	7.2%

Fontes: Autoridades nacionais, EMAE, ENCO e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Incl. a dívida de 4,8 milhões de USD com Angola contraída após o alívio da dívida HIPC de 2007.

² Base de compromissos; os fornecedores são residentes do país.

³ Incl. atrasados da HidroEquador S.A. à ENCO.

⁴ Dívida comercial garantida pelo governo.

⁸ Os atrasados com o Brasil foram reescalonados no âmbito da iniciativa DSSI.

Tabela 4 do texto. São Tomé e Príncipe: Atrasados e dívida contestada
(No final de 2019)

Tipo	Descrição	Tratamento na ASD
Atrasados antigos anteriores à HIPC (13% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados antigos anteriores à HIPC com Angola (30,6 milhões de USD) e Itália (24,3 milhões de USD), num total de 54,9 milhões de USD. O país está a envidar os melhores esforços para chegar a um acordo consistente com o representativo acordo do Clube de Paris. Em 2017, São Tomé e Príncipe conseguiu garantir um alívio dos atrasados antigos anteriores à HIPC com a China no valor de 18,4 milhões de USD.	Não incluídos na ASD no pressuposto do perdão esperado.
Atrasados bilaterais pós-HIPC (2,5% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados pós-HIPC com Angola (4,8 milhões de USD), Brasil (4,3 milhões de USD) e Guiné Equatorial (1,7 milhões de USD), num total de 10,7 milhões de USD ¹ . O governo procurou ativamente acordos de reescalonamento das dívidas com Angola e com a Guiné Equatorial através de correspondência e de reuniões de alto nível. No entanto, ainda se está a aguardar as respostas destes dois países sobre o prosseguimento das negociações. Estes atrasados são o resultado de uma gestão da dívida fraca e o corpo técnico considera que São Tomé e Príncipe tem capacidade para os reembolsar ao longo do tempo.	Incluídos no cenário de base.
Atrasados internos (9,1% do PIB)	São Tomé e Príncipe apresenta atrasados internos com a empresa de telecomunicações, CST (6,6 milhões de USD), com a empresa de água e eletricidade, EMAE (5 milhões de USD) e com outros fornecedores privados (22 milhões de USD, sobretudo empresas de construção). No total, os atrasados internos ascendem a 33,6 milhões de USD.	Incluídos no cenário de base.
Dívida contestada (7,1% do PIB)	Foi excluído do stock da dívida um empréstimo da Nigéria no montante de 30 milhões de USD dado que não existe um contrato assinado entre os dois países com as condições de reembolso. Todavia, as autoridades reconhecem o recebimento dos fundos que foram despendidos conforme demonstrado pela documentação orçamental. Este empréstimo foi concedido como adiantamento de receitas do petróleo no contexto da zona de desenvolvimento conjunto entre os dois países, mas este projeto foi interrompido. De acordo com as autoridades de São Tomé e Príncipe, este empréstimo está a ser contestado porque apenas deveria ser reembolsado no caso da materialização das receitas do petróleo.	Incluída nos testes de stress de passivos contingentes na ASD pública e na ASD externa.

¹Estes montantes mantiveram-se inalterados em finais de junho de 2019.

B. Previsão Macroeconómica

4. O choque da Covid-19 está a causar uma recessão económica em 2020; espera-se que a economia recupere gradativamente ao longo dos próximos anos. Projeta-se que o PIB real diminua 6,5% em 2020, por comparação com as projeções anteriores à crise de um aumento de 3,5%. A trajetória do PIB em dólares foi alterada para refletir as projeções revistas sobre a taxa de câmbio. Tanto o crescimento real médio como a inflação foram revistos em baixa para 3,9% e 4%, respetivamente (face a 4,3% e 4% na ASD de setembro de 2019), ao longo do horizonte de projeção de 2020-40. O défice orçamental primário interno representa agora, em média, 1% do PIB ao longo do horizonte de projeção, face a 1,3% na ASD anterior. Espera-se que o PIB real retorne aos níveis pré-pandemia em 2022, com a implementação dos tão adiados projetos de construção e recuperação do turismo e da procura mundial.

Tabela 5 do texto. São Tomé e Príncipe: Pressupostos macroeconómicos

	Histórico			Previsões	
	ASD de 2018	ASD de 2019 ¹	Últimos 4 anos	ASD de 2019 ¹	Esta ASD
	2008-17	2009-18	2016-19	2018-38	2020-40
Crescimento do PIB real (%)	4.8	4.3	3.1	4.3	3.9
Inflação (média percentual)	11.9	9.5	6.7	4.0	4.0
Deflator do PIB (%)	5.8	4.1	4.1	2.8	3.7
Saldo primário interno (% do PIB)	-3.9	-3.7	-3.1	-0.9	-1.0
Donativos (% do PIB)	16.7	15.9	10.1	5.2	4.1
Novos empréstimos (% do PIB)	7.5	7.4	2.0	1.4	2.0
IDE (% do PIB)	13	8.9	6.8	11.8	7.3
Crescimento das exportações em USD (%)	24.6	20.8	2.5	8.3	7.9
Crescimento das importações em USD (%)	10.3	7.1	1.0	5.9	5.9
Saldo da conta corrente, excl. donativos (% do PIB)	-36.3	-33.6	-21.1	-11.8	-13.1
Saldo da conta corrente, incl. donativos (% do PIB)	-19.6	-17.7	-11.0	-6.8	-8.9

¹ Relatório do FMI n.º 19/325

C. Classificação do País

5. A capacidade de endividamento do país é atualmente avaliada como fraca no âmbito do índice composto. A capacidade de endividamento na ASD é capturada por um índice composto, introduzido em 2019, que reflete as variáveis macroeconómicas, como o crescimento do PIB real, as remessas, as reservas e o crescimento mundial, para além do índice CPIA do Banco Mundial, de avaliação das políticas e instituições nacionais, anteriormente utilizado. O índice composto classifica São Tomé e Príncipe como um país com capacidade fraca de endividamento (Tabela 6 do texto)⁹. Os limiares aplicáveis aos rácios do valor atual (VA) da dívida externa pública e

⁹ O índice composto sobre a capacidade de endividamento é atualizado periodicamente. Na ASD de agosto de 2020, a capacidade de endividamento do país foi avaliada como média. A alteração de média para fraca implica limiares inferiores de sustentabilidade da dívida para os principais indicadores da dívida.

com garantia pública face ao PIB e às exportações são de 30% e de 140%, por comparação com 40% e 180%, respetivamente, utilizados na ASD que acompanhou a primeira avaliação do acordo ECF em 2020, quando o país foi avaliado como tendo uma capacidade de endividamento média. Os limiares que se aplicam aos rácios do serviço da dívida externa pública e com garantia pública face às exportações e às receitas são 10% e 14%, em lugar dos limiares anteriores de 15% e 18%. O limiar para o VA da dívida pública e com garantia pública total é agora de 35% do PIB (por comparação com o limiar de 55% utilizado na ASD de agosto de 2020).

Tabela 6 do texto. São Tomé e Príncipe: Classificação da capacidade de endividamento

Final	Classificação com base na ASD atual	Classificação com base na ASD anterior	Classificação com base nas duas ASD anteriores
Fraca	Fraca 2,678	Fraca 2,685	Média 2,705

SUSTENTABILIDADE DA DÍVIDA

A. Sustentabilidade da Dívida Externa

6. A ASD indica que o total da dívida externa pública e com garantia pública é sustentável no cenário de base do programa (Figura 1). No cenário de base, os rácios do stock da dívida externa pública e com garantia pública e do serviço da dívida permanecem abaixo dos seus limiares ao longo do horizonte de projeção, à exceção de um incumprimento único do rácio dívida/PIB em 2020, e de um incumprimento temporário do rácio dívida/exportações em 2020 e 2021. O rácio VA da dívida externa pública e com garantia pública/PIB permanece abaixo do limiar de 30% a partir de 2021. O rácio VA da dívida externa pública e com garantia pública/exportações permanece cerca de 21-51 pontos percentuais abaixo do limiar de 140% do PIB a partir de 2022. Além disso, estes indicadores de solvência melhoram com o tempo devido à consolidação orçamental, a um endividamento externo prudente, ao crescimento económico e a um saldo da balança corrente melhorado. Os indicadores de liquidez permanecem bem abaixo dos limiares de 10% e 14% para os rácios serviço da dívida/exportações e serviço da dívida/receitas, respetivamente. À semelhança dos indicadores de solvência, os rácios de liquidez também melhoram ao longo do tempo, o que reflete exportações e receitas superiores.

7. Embora o cenário de base seja sustentável, a solvência da dívida externa é preocupante na presença de choques extremos. Os indicadores de solvência ultrapassam os seus limiares no cenário de choque mais extremo, enquanto os indicadores de liquidez permanecem abaixo do limiar. Neste cenário extremo, os choques são um choque de exportação e um choque combinado de passivos contingentes. Este último inclui o potencial reembolso do empréstimo da Nigéria (7,1% do PIB), o pagamento da multa do Tribunal Permanente de Arbitragem (3% do PIB), os atrasados da ENCO à Sonangol (49,1% do PIB), que podem, em última análise, recair sobre o governo, bem como o pressuposto padrão de um resgate do mercado financeiro. Os rácios VA da

dívida/PIB e VA da dívida/exportações ultrapassam os respetivos limiares durante a totalidade ou a maior parte do horizonte de projeção, mas diminuem ao longo do tempo. Conforme indicado na Tabela 2 do texto, os atrasados externos da ENCO à Sonangol (49,1% de um total de 66,2% do PIB) representam o passivo contingente primário neste cenário de choque extremo¹⁰. Estes resultados salientam a importância de desenvolver um plano de regularização dos atrasados da EMAE com a ENCO, assim como de promoção de um crescimento forte das exportações.

B. Sustentabilidade da Dívida Pública

8. A dívida pública e com garantia pública total é considerada sustentável no cenário de base (Figura 2). Após ter em conta as condições concessionais da dívida da EMAE e do governo central com a ENCO (elemento de donativo superior a 80%), projeta-se que o VA da dívida pública e com garantia pública ultrapasse o limiar de 35% da ASD até 2025, antes de declinar gradualmente para cerca de 27% do PIB até 2030. Uma vez que a sua trajetória descendente permanece intacta, estando subordinada ao compromisso das autoridades de prosseguir na sua consolidação orçamental, implementar as reformas planeadas da EMAE e contrair empréstimos externos apenas em condições concessionais e a um ritmo moderado, a sustentabilidade da dívida pública é preservada, mas enfrenta agora maiores riscos. Nesse contexto, seria importante formular um plano dinâmico para fortalecer a gradualmente a capacidade de endividamento de STP para fazer face a uma conjuntura económica mundial muito incerta, e para preservar a sustentabilidade da dívida. Caso os riscos descendentes se materializem, agravando ainda mais as perspetivas de deterioração da dívida (quando comparadas ao cenário de base do FMI), serão necessários novos esforços orçamentais, uma melhor combinação de meios de financiamento (com mais ênfase nos donativos e empréstimos altamente concessionais), e/ou mais alívio da dívida, a fim de preservar a sustentabilidade da dívida.

9. Os três rácios do total da dívida pública e com garantia pública (VA da dívida/PIB, VA da dívida/receitas e serviço da dívida/receitas) são sensíveis a um choque do saldo primário. No contexto desse choque, os três rácios aumentariam no curto prazo antes de diminuírem no médio a longo prazo. Além disso, tendo em conta que os atrasados da EMAE com a ENCO estão denominados em moeda estrangeira, a dívida do país está sujeita ao risco cambial, embora esses atrasados sejam tratados como dívida interna nos termos da definição baseada na residência.

QUALIFICAÇÃO DO SOBRE-ENDIVIDAMENTO E CONCLUSÕES

10. São Tomé e Príncipe continua em situação de sobre-endividamento, tal como na ASD anterior. Isto deve-se ao facto de a regularização dos atrasados da dívida soberana pós-HIPC de São Tomé e Príncipe (com Angola, Brasil e Guiné Equatorial) ainda estar em curso. A presença de

¹⁰ A dimensão do choque da Sonangol (49,1% do PIB) é calibrada para capturar a quantidade máxima de passivos que seriam assumidos pelo governo caso a contingência se materializasse. Presume-se que os termos de pagamento tenham um elemento concessional de cerca de 37%, globalmente consistente com o nível de concessionalidade da dívida externa pública e com garantia pública.

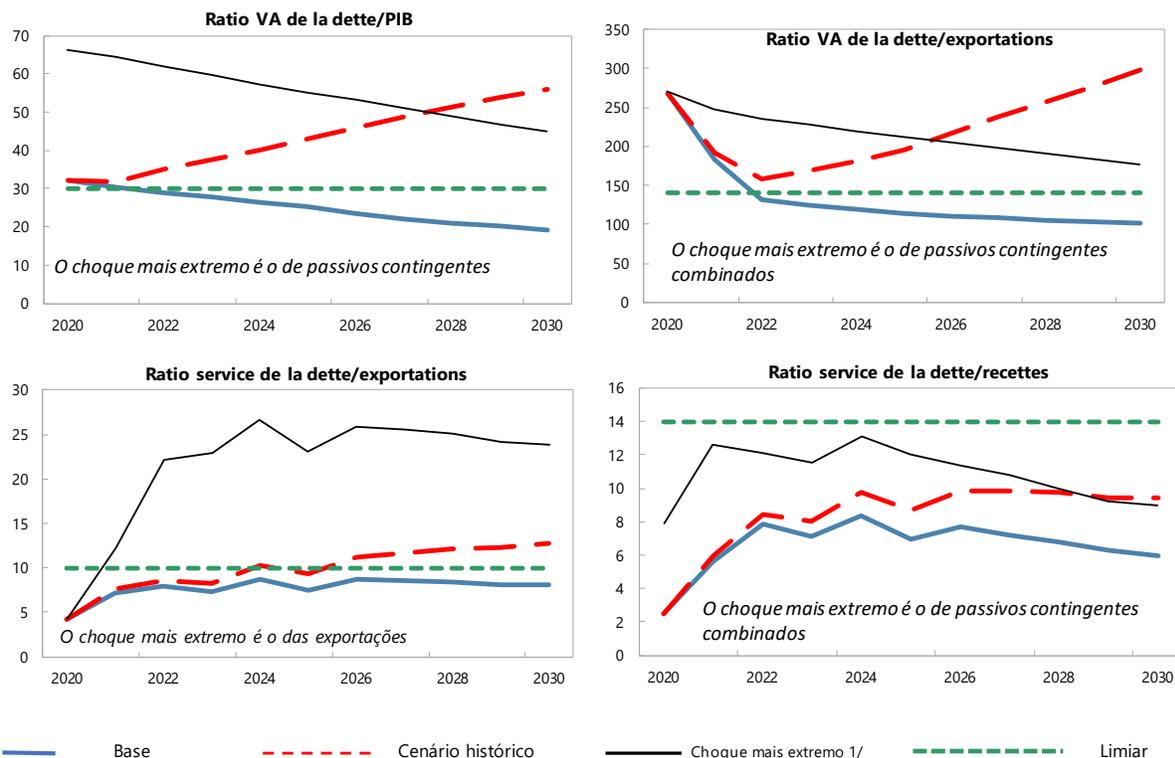
atrasados consideráveis da EMAE junto dos seus fornecedores também reflete as graves restrições de liquidez do setor público. O corpo técnico considera que o país tem capacidade para reembolsar estes atrasados ao longo do tempo, desde que o país implemente reformas na empresa pública deficitária, a EMAE, e continue a contrair empréstimos externos em condições concessionais. São Tomé e Príncipe continua a procurar ativamente chegar a acordos de reescalonamento com os credores.

11. Não obstante o rebaixamento da capacidade de endividamento de STP para “fraca”, e sua classificação como em situação de sobre-endividamento, a dívida total e a dívida externa pública e com garantia pública permanecem sustentáveis. A capacidade de endividamento fraca implica limiares indicativos inferiores da carga da dívida e algum incumprimento temporário dos limiares da dívida total e da dívida externa pública e com garantia pública. Apesar desses incumprimentos temporários, o rácio VA da dívida externa/PIB permanece abaixo do seu limiar a partir de 2021 e até ao final do horizonte de projeção, e o rácio VA da dívida pública e com garantia pública descontada/PIB permanece abaixo do seu limiar a partir de 2025 e até ao final do horizonte de projeção.

12. O cenário de base está sujeito a riscos externos substanciais. Os testes de stress indicam que a dívida do país é especialmente vulnerável a choques das exportações, do saldo orçamental primário e choques combinados de passivos contingentes. Um teste especial de stress, baseado num cenário extremo que tem em conta os atrasados externos consideráveis da ENCO à Sonangol, revela que os riscos associados podem ser elevados no curto prazo, embora os principais rácios da dívida externa recuperem para valores abaixo dos seus limiares no médio prazo e o forte vínculo diplomático entre São Tomé e Príncipe e Angola pode constituir um potencial fator atenuante.

13. No geral, a ASD sublinha a importância de continuar a reformar a EMAE, que é deficitária, e a avançar com outras reformas estruturais para assegurar a sustentabilidade da dívida. As autoridades estão cientes das implicações para a sustentabilidade da dívida em decorrência do rebaixamento da capacidade de endividamento, e continuam empenhadas em ativar as contingências no domínio orçamental em caso de necessidade. Para mitigar os riscos orçamentais, o país tem de dar seguimento a essas políticas, nomeadamente, ao aprofundar e priorizar as reformas da EMAE, prosseguir a consolidação orçamental e a mobilização de receitas, evitar empréstimos não concessionais, melhorar o ambiente de negócios para atrair fluxos não geradores de dívida, reforçar políticas macroeconómicas para apoiar a paridade cambial e promover o turismo e o crescimento liderado pelo setor privado. Além disso, os empréstimos não concessionais devem ser evitados. Para equilibrar as preocupações com a sustentabilidade da dívida e abordar as grandes necessidades de investimentos do país, a contração de novos empréstimos concessionais deve ser limitada a 3% do PIB e os desembolsos da dívida externa não devem ultrapassar os 2% do PIB ao ano. Estes parâmetros podem ser ajustados de acordo com a evolução da dívida e flexibilizados quando a vulnerabilidade da dívida diminuir. Para reforçar a sustentabilidade da dívida, o financiamento de grandes projetos no curto e médio prazo deve ser assegurado por meios não geradores de dívida, nomeadamente através de donativos.

Figura 1. São Tomé e Príncipe: indicadores da dívida externa pública e com garantia pública em cenários alternativos, 2020–2030



Customização da configuração padrão		
	Tamanho	Interações
Testes adaptados		
PC combinados	Yes	
Catástrofes naturais	No	No
Preços das mat.-primas 2/	n.a.	n.a.
Financiamento de mercado	n.a.	n.a.

Nota: "Sim" indica qualquer mudança na dimensão ou nas interações das configurações padrão dos testes de stress. "n.a." indica que o teste de stress não se aplica.

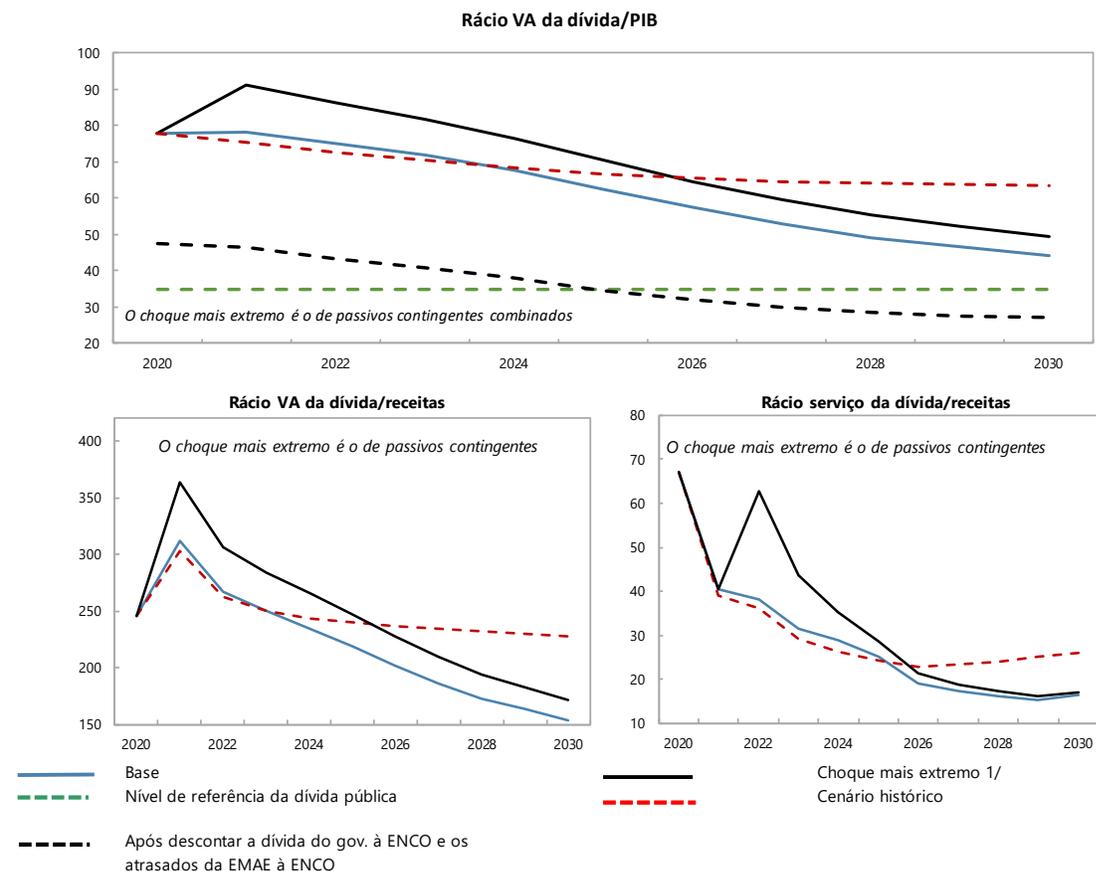
Pressupostos de endividamento para os testes de stress *		
	Padrão	Definidos pelo utilizador
Quotas da dívida marginal		
Dívida externa PGP de MLP	100%	
Termos da dívida marginal		
Taxa de juro nominal média sobre novos emprést. em USD	1.8%	1.8%
Taxa de desconto em USD	5.0%	5.0%
Maturidade média (incl. período de graça)	23	23
Período de graça médio	9	9

* Nota: Presume-se que todas as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress são cobertas pela dívida externa PGP de médio e longo prazo na ASD externa. Os termos padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2030. São também apresentados testes de stress com uma quebra pontual (se houver), embora tais quebras sejam descartadas para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual representa o choque mais extremo mesmo após descartar a quebra pontual, é apresentado apenas este teste de stress (com o choque pontual).
2/ A magnitude dos choques utilizados para o teste de stress de choque dos preços das matérias-primas assenta nas perspectivas para os preços das matérias-primas preparadas pelo Departamento de Estudos do FMI.

Figura 2. São Tomé e Príncipe: Indicadores da dívida pública em cenários alternativos, 2020–2030



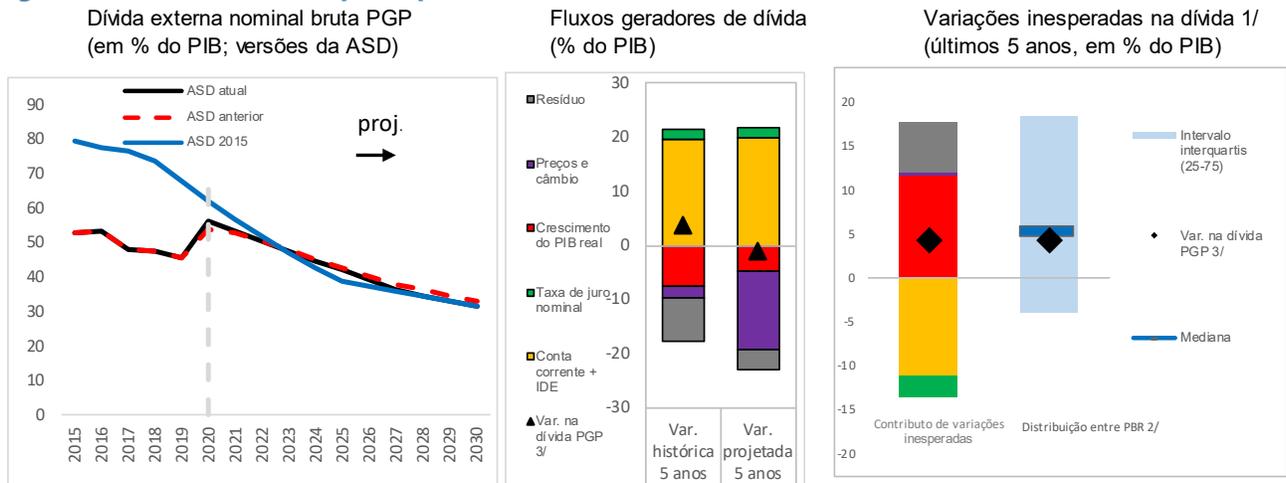
Pressupostos de endividamento para os testes de stress *	Padrão	Definidos pelo utilizador
Quotas da dívida marginal		
Dívida externa PGP de médio e longo prazo	34%	34%
Dívida interna de médio e longo prazo	14%	14%
Dívida interna de curto prazo	74%	52%
Termos da dívida marginal		
Dívida externa de médio e longo prazo		
Taxa de juro nominal média sobre novos empréstimos em USD	1.8%	1.8%
Maturidade média (incl. período de graça)	23	23
Período de graça médio	9	9
Dívida interna de médio e longo prazo		
Taxa de juro real média sobre novos empréstimos	-4.0%	-4.0%
Maturidade média (incl. período de graça)	100	100
Período de graça médio	99	99
Dívida interna curto prazo		
Taxa de juro real média	-3.0%	-3.0%

* Nota: Na ASD pública, as necessidades de financiamento adicional geradas pelos choques nos testes de stress podem ser cobertas pelo financiamento interno. Os termos padrão da dívida marginal assentam nas projeções de base de 10 anos.

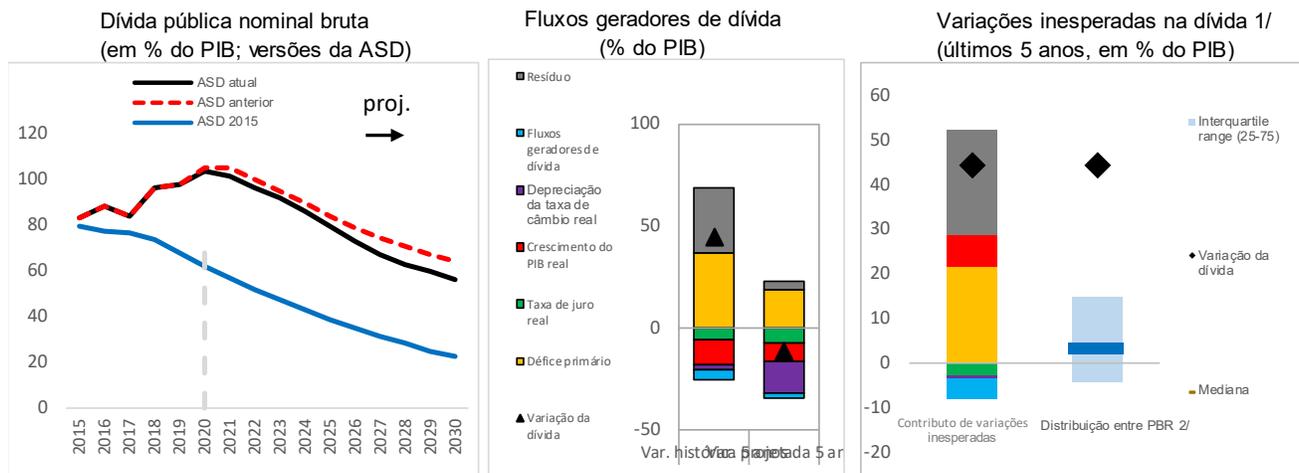
Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ O teste de stress mais extremo é o que resulta no maior rácio em ou antes de 2030. É também apresentado o teste de stress com uma quebra pontual (se houver), embora tal quebra seja descartada para fins de sinais mecânicos. Quando um teste de stress com uma quebra pontual representa o choque mais extremo mesmo após descartar a quebra pontual, é apresentado apenas este teste de stress (com o choque pontual).

Figura 3. São Tomé e Príncipe: Impulsionadores da dinâmica da dívida – cenário de base – dívida externa



Dívida pública



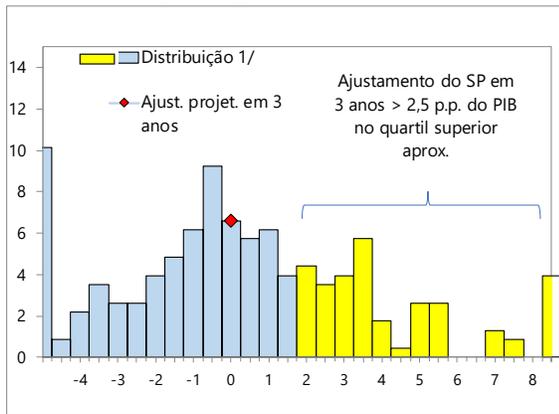
1/ A diferença entre os contributos previsto e efetivo para os rácios da dívida.

2/ A distribuição entre os PBR para os quais foram produzidas ASD PBR.

3/ Tendo em conta a dívida externa privada relativamente baixa na média dos países de baixo rendimento, uma variação percentual na dívida externa PGP deve ser largamente explicada pelos determinantes da equação da dinâmica da dívida externa.

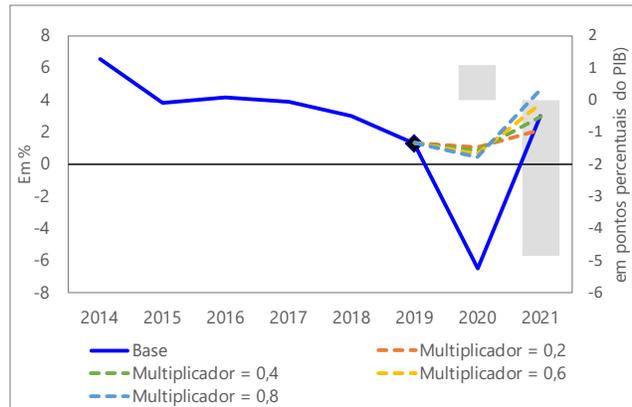
Figura 4. São Tomé e Príncipe: Ferramentas de realismo

Ajustamento do saldo primário em três anos (pontos percentuais do PIB)



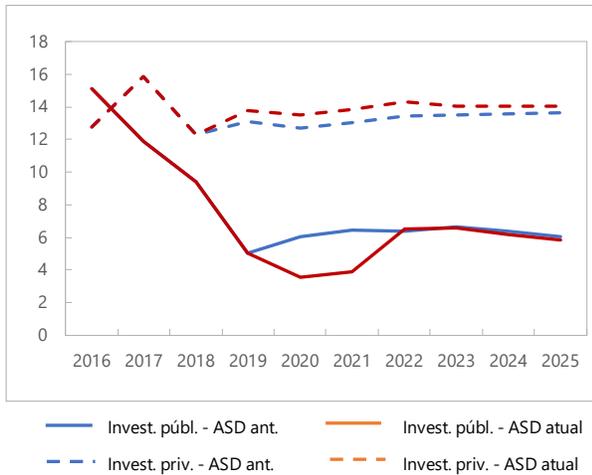
1/ Os dados abrangem programas apoiados pelo FMI para os PBR (excl. financiamento de emergência) aprovados desde 1990. A dimensão do ajustamento em 3 anos desde o início do programa encontra-se no eixo horizontal; a percentagem da amostra encontra-se no eixo vertical.

Ajustamento orçamental e possíveis trajetórias de crescimento 1/



1/ As barras referem-se ao ajustamento orçamental projetado (escala à direita) e as linhas mostram possíveis trajetórias de crescimento do PIB real com diferentes multiplicadores orçamentais (escala à esquerda).

Taxas de investimento público e privado (% do PIB)



Contributo para o crescimento do PIB real (% média de 5 anos)

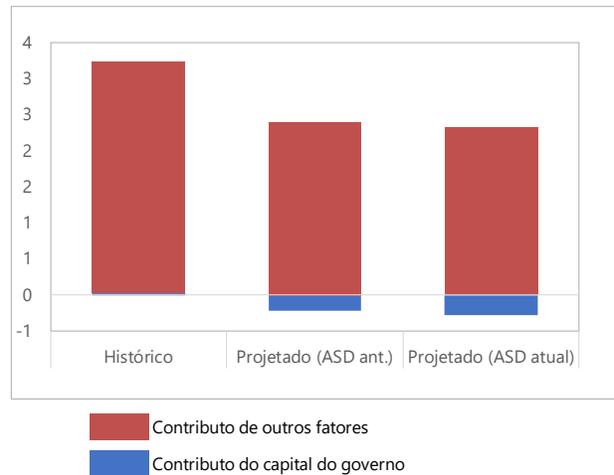


Tabela 1. São Tomé e Príncipe: Quadro de sustentabilidade da dívida externa, cenário de base, 2018–2040
(Em % do PIB, salvo indicação em contrário)

	Efetivo		Projeções										Média 5/	
	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2030	2040	Histórica	Projeções	Definição da dívida externa/interna Existe alguma diferença material entre os dois critérios? Com base na residência		
Dívida externa (nominal) 1/	45.7	56.2	53.4	50.6	47.7	44.7	42.0	31.4	27.7	41.8	42.7	Sim		
d/q: pública e com garantia pública (PGP)	45.7	56.2	53.4	50.6	47.7	44.7	42.0	31.4	27.7	41.8	42.7	Sim		
Variação da dívida externa	-2.0	10.5	-2.8	-2.8	-2.9	-3.0	-2.6	-1.5	0.2					
Fluxos líquidos identificados geradores de dívida	4.7	13.9	6.1	-0.8	-0.8	-1.2	-1.5	-1.1	0.5	4.8	0.8			
Déficit da conta corrente excluindo juros	11.9	17.6	14.6	8.6	7.8	7.6	7.5	7.8	7.6	16.1	9.2			
Déficit da balança de bens e serviços	22.4	30.3	21.6	18.3	17.4	16.9	16.1	14.6	14.3	35.3	17.7			
Exportações	22.8	12.1	16.5	22.0	22.1	22.0	18.9	16.9	16.9					
Importações	45.2	42.4	38.2	40.2	39.6	39.0	38.1	33.5	31.2					
Transferências correntes líquidas (negativas = inflúxo)	-10.3	-13.1	-7.0	-9.4	-9.4	-9.0	-8.4	-6.8	-6.6	-18.8	-8.4			
d/q: oficiais	-6.6	-11.2	-3.8	-5.9	-5.8	-5.4	-4.9	-3.3	-3.0					
Outros fluxos de conta corrente (negativos = inflúxo líquido)	-0.2	0.4	0.0	-0.3	-0.2	-0.3	-0.1	0.0	-0.1	-0.4	0.0			
IDE líquido (negativo = inflúxo)	-7.1	-6.7	-7.4	-7.6	-7.2	-7.4	-7.6	-7.8	-6.3	-8.8	-7.5			
Dinâmica endógena da dívida 2/	-0.1	2.9	-1.2	-1.8	-1.4	-1.4	-1.4	-1.0	-0.8					
Contributo da taxa de juro nominal	0.6	-0.1	0.3	0.6	0.6	0.6	0.4	0.4	0.4					
Contributo do crescimento do PIB real	-0.6	3.0	-1.5	-2.4	-2.0	-2.0	-1.9	-1.4	-1.2					
Contributo das variações de preços e da taxa de câmbio	-0.1					
Resíduo 3/	-6.6	-3.3	-8.9	-1.9	-2.1	-1.8	-1.2	-0.5	-0.3	-3.4	-2.1			
d/q: financiamento excetional	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0					
Indicadores de sustentabilidade de														
Rácio VA da dívida externa PGP/PIB	27.2	32.2	30.1	29.0	27.8	26.3	25.2	19.1	16.3					
Rácio VA da dívida externa PGP/exportações	119.4	267.1	182.4	132.2	125.1	118.8	114.1	101.4	96.6					
Rácio serviço da dívida PGP/exportações	4.5	4.2	7.2	8.0	7.3	8.8	7.5	8.1	5.6					
Rácio serviço da dívida PGP/recetas	5.6	2.5	5.6	7.9	7.1	8.3	7.0	6.0	3.1					
Necessidade bruta de financiamento externo (em milhões de USD)	24.6	48.0	40.8	14.5	12.6	13.2	10.9	15.3	44.8					
Principais pressupostos macroeconómicos														
Crescimento do PIB real (em %)	1.3	-6.5	3.0	5.0	4.2	4.5	4.5	4.5	4.5	4.2	3.4			
Deflator do PIB em USD (variação percentual)	0.2	6.2	11.9	4.5	4.0	3.7	3.6	4.0	2.0	4.4	5.1			
Taxa de juro efetiva (%) 4/	1.2	-0.2	0.6	1.2	1.2	1.3	1.0	1.2	1.5	0.9	1.0			
Crescimento das export. de bens e serviços (em USD, em %)	-1.9	-47.5	58.0	45.9	9.7	8.0	7.8	5.7	5.5	19.4	10.0			
Crescimento das import. de bens e serviços (em USD, em %)	-5.3	-7.1	3.8	15.7	6.8	6.7	5.7	7.6	5.2	7.5	5.7			
Elemento concessional dos novos empr. do setor público (em %)	...	36.6	35.6	35.5	34.5	34.5	34.5	34.5	34.5	...	34.9			
Recetas públicas (excl. donativos, em % do PIB)	18.5	20.5	21.3	22.2	22.9	23.3	23.7	25.5	30.8	17.7	23.4			
Fluxos de ajuda (em milhões de USD) 5/	31.1	64.5	23.7	36.3	33.6	33.7	32.9	34.2	60.9					
Financiamento equivalente a donativos (em % do PIB) 6/	...	13.5	4.9	6.9	6.5	6.1	5.6	4.0	3.7	...	6.0			
Financiamento equivalente a donativos (em % do fin. externo) 6/	...	77.4	71.1	78.1	83.3	82.3	81.0	75.2	74.0	...	78.1			
PIB nominal (em milhões de USD)	422	419	483	530	574	622	673	1,039	2,005					
Crescimento do PIB nominal (USD)	1.5	-0.7	15.2	9.8	8.4	8.3	8.3	8.7	6.6	8.7	8.6			
Por memória:														
VA da dívida externa 7/	27.2	32.2	30.1	29.0	27.8	26.3	25.2	19.1	16.3					
Em % das exportações	119.4	267.1	182.4	132.2	125.1	118.8	114.1	101.4	96.6					
Rácio total do serviço da dívida externa/exportações	4.5	4.2	7.2	8.0	7.3	8.8	7.5	8.1	5.6					
VA da dívida externa PGP (em milhões de USD)	114.8	134.8	145.4	153.7	159.6	163.6	169.4	198.8	327.2					
(VA-VAT-1)/PIB-1 (em %)	4.8	4.8	2.5	1.7	1.1	0.7	0.9	0.8	1.2					
Déficit da conta corrente excl. juros que estabiliza o rácio da dívid	13.9	7.1	17.4	11.3	10.7	10.6	10.2	9.3	7.4					

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Inclui a dívida externa pública e privada.

2/ Derivado como $(r - g - p(1+g) + \text{Ex}(1+r))/(1+g+p)$ multiplicado pelo rácio da dívida do período anterior, sendo r = taxa de juro nominal, g = taxa de crescimento do PIB real, p = taxa de crescimento do deflator do PIB em USD, Ex = apreciação nominal da moeda nacional, e α = parcela da dívida externa expressa em moeda nacional no total da dívida

3/ Inclui o financiamento excetional (ou seja, variações dos atrasados e alívio da dívida), variações de ativos externos brutos; e ajustamentos de valorização. Para as projeções, inclui

4/ Pagamentos de juros do ano corrente divididos pelo stock da dívida do período anterior.

5/ Definidos como donativos, empréstimos concessionais e alívio da dívida.

6/ O financiamento equivalente a donativos inclui donativos concedidos diretamente ao governo e através de novos empréstimos (diferença entre o valor facial e o VA da nova dívida).

7/ Pressupõe que o VA da dívida do setor privado é equivalente ao seu valor facial.

8/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos; enquanto as projeções são calculadas ao longo do

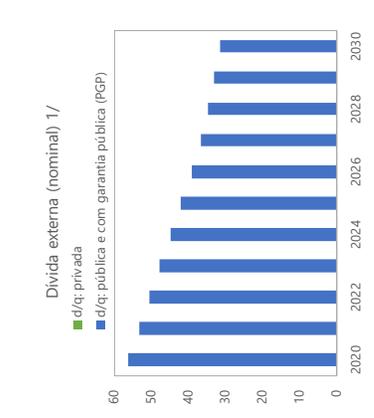
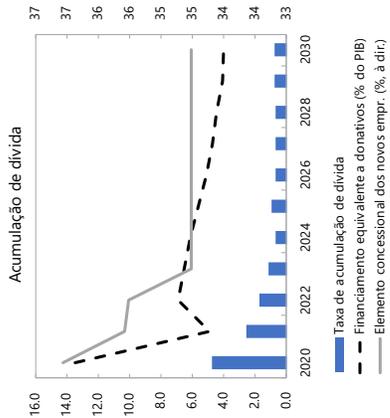


Tabela 2. São Tomé e Príncipe: Quadro de sustentabilidade da dívida do setor público, cenário de base, 2018–2040
(Em % do PIB, salvo indicação em contrário)

	Projeções										Média 6/	
	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2030	2040	Histórica	Projeções
Dívida do setor público 1/ do qual: dívida externa	96.2 47.7	97.7 45.7	103.5 56.2	101.7 53.4	96.8 50.6	91.7 47.7	85.9 44.7	79.4 42.0	51.3 27.7	56.5 31.4	65.0 41.8	79.8 42.7
Variação da dívida do setor público	11.9	1.5	5.8	-1.8	-4.9	-5.1	-5.8	-6.5	-3.0	5.0	3.1	-4.1
Fluxos geradores de dívida identificados	6.0	-0.6	-0.7	-1.0	-4.2	-4.5	-5.3	-6.2	-3.1	4.6	7.6	2.1
Déficit primário	8.0	4.1	3.0	7.9	4.1	2.4	1.3	0.2	1.3	7.1	30.8	28.5
Receitas e donativos	25.2	25.0	31.7	25.1	28.1	28.7	28.8	28.6	28.8	33.8	30.8	28.5
d/q: donativos	8.3	6.6	11.2	3.8	5.9	5.8	5.4	4.9	3.3	3.0	38.4	30.6
Despesa primária (excluindo juros)	33.2	29.1	34.7	32.9	32.2	31.1	30.1	28.8	30.1	40.9	38.4	30.6
Dinâmica automática da dívida	-1.7	-3.9	-3.1	-8.3	-7.8	-6.4	-6.1	-5.9	-4.2	-2.4
Contributo do diferencial taxa de juro/crescimento	-4.2	-2.9	4.8	-5.0	-6.1	-5.1	-5.0	-4.8	-3.3	-2.4
d/q: contributo da taxa de juro real média	-1.7	-1.7	-2.0	-2.0	-1.3	-1.2	-1.1	-1.1	-0.8	-0.4
d/q: contributo do crescimento do PIB real	-2.5	-1.2	6.8	-3.0	-4.8	-3.9	-3.9	-3.7	-2.6	-2.0
Contributo da depreciação da taxa de câmbio real	2.5	-1.0
Denominador = 1+g	1.0	1.0	0.9	1.0	1.1	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0
Outros fluxos geradores de dívida identificados	-0.3	-0.8	-0.6	-0.6	-0.6	-0.5	-0.5	-0.5	-0.3	-0.1	-0.8	-0.4
Receitas de privatização (negativas)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Reconhecimento de passivos contingentes (ex., recapitalização bancária)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Alívio da dívida (HIPC ou outro)	-0.3	-0.8	-0.6	-0.6	-0.6	-0.5	-0.5	-0.5	-0.3	-0.1
Outros fluxos geradores ou redutores de dívida (queira especificar)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Resíduo	5.9	2.1	-1.3	-4.1	-2.3	-1.9	-1.6	-1.4	-0.7	0.4	3.5	-1.7
Indicadores de sustentabilidade												
Rácio VA da dívida pública/PIB 2/	...	79.4	77.8	78.3	75.1	71.8	67.5	62.5	44.2	40.0	65.0	79.8
Rácio VA da dívida pública/receitas e donativos	...	316.9	245.6	312.2	267.4	250.0	234.8	218.7	153.3	118.2	41.8	42.7
Rácio serviço da dívida/receitas e donativos 3/	67.0	40.6	38.1	31.6	29.0	25.2	16.4	24.3
Necessidade bruta de financiamento 4/	8.5	5.1	23.6	17.4	14.2	11.0	9.1	6.9	5.8	15.2
Principais pressupostos macroeconómicos e orçamentais												
Crescimento do PIB real (em %)	3.0	1.3	-6.5	3.0	5.0	4.2	4.5	4.5	4.5	4.5	4.2	3.4
Taxa de juro nominal média sobre a dívida externa (em %)	0.4	1.3	-0.2	0.5	1.2	1.2	1.3	1.0	1.2	1.5	0.9	1.0
Taxa de juro real média sobre a dívida interna (em %)	-2.5	-5.4	-3.3	-3.8	-3.4	-3.4	-3.4	-3.8	-2.0	-2.0	-6.4	-3.8
Depreciação da taxa de câmbio real (em %, + indica depreciação)	3.8	-1.4	-2.3	...
Taxa de inflação (deflador do PIB, em %)	2.6	5.7	4.0	4.0	3.5	3.5	3.5	3.5	4.0	2.0	7.3	4.0
Crescimento da despesa primária real (deflacionado pelo deflador do PIB, em %)	-0.2	-11.0	11.3	-2.3	2.6	0.9	0.9	-0.1	5.9	22.7	-0.2	3.7
Déficit primário que estabiliza o rácio dívida/PIB 5/	-3.9	2.6	-2.8	9.7	9.0	7.5	7.1	6.7	4.3	2.0	3.0	5.8
VA de passivos contingentes (não incl. na dívida do setor público)	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Por memória												
Déficit primário com os donativos HIPC e sem as perdas da EMAE	4.4	-0.5	-1.7	2.9	-0.5	-1.0	-1.1	-1.4	1.1	7.0	5.6	0.0
Perdas da EMAE	3.3	3.8	4.1	4.4	4.0	2.9	1.9	1.1	0.0	0.0	1.2	1.7

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Cobertura da dívida. Governo central e fundos da segurança social e extraorçamentais; banco central, dívida garantida pelo governo. A dívida externa é definida com base na residência.

2/ O rácio subjacente VA da dívida externa/PIB na ASD pública difere da ASD externa; a magnitude da diferença depende das projeções das taxas de câmbio.

3/ O serviço da dívida é definido como a soma de juros e amortização da dívida de curto, médio e longo prazo.

4/ A necessidade bruta de financiamento é definida como o déficit primário mais o serviço da dívida mais o stock da dívida de curto prazo no final do período anterior e outros fluxos geradores/redutores de dívida.

5/ Definido como o déficit primário menos uma variação do rácio dívida pública/PIB (t-), um excedente primário), que estabilizaria o rácio da dívida apenas no ano em questão.

6/ As médias históricas são, em geral, calculadas ao longo dos últimos 10 anos, sujeito à disponibilidade de dados, enquanto as médias das projeções são calculadas ao longo do primeiro ano da projeção e dos próximos 10 anos.

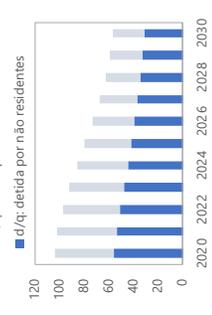
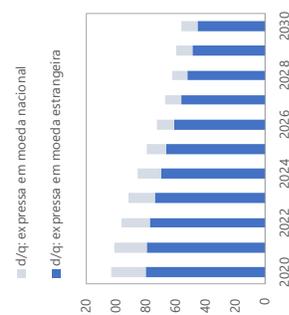


Tabela 3. São Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade dos principais indicadores da dívida externa pública e com garantia pública, 2020–2030

	Projeções 1/										
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Rácio VA da dívida/PIB											
Base	32	30	29	28	26	25	24	22	21	20	19
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	32	32	35	38	40	43	46	49	51	54	56
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	32	31	30	29	28	26	25	23	22	21	20
B2. Saldo primário	32	33	34	33	31	30	28	26	25	24	23
B3. Exportações	32	35	42	41	39	37	35	33	31	30	29
B4. Outros fluxos 3/	32	38	44	42	40	39	36	34	33	31	30
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	32	37	31	30	28	27	25	24	22	21	20
B6. Combinação de B1-B5	32	41	43	41	39	37	35	33	31	30	29
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	32	73	70	67	64	61	58	55	52	50	48
C2. Catástrofes naturais	32	37	36	35	33	32	30	29	28	27	26
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30	30
Rácio VA da dívida/exportações											
Base	267	182	132	125	119	114	111	108	105	103	101
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	267	192	159	169	182	195	216	238	257	277	297
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	267	182	132	125	119	114	111	108	105	103	101
B2. Saldo primário	267	199	156	148	141	135	132	129	126	123	121
B3. Exportações	267	351	499	473	451	434	423	414	405	398	391
B4. Outros fluxos 3/	267	229	201	190	182	175	171	167	163	160	158
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	267	182	116	110	104	100	97	94	91	90	88
B6. Combinação de B1-B5	267	340	178	341	325	313	305	298	292	286	281
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	267	443	318	301	289	278	272	267	262	258	254
C2. Catástrofes naturais	267	227	165	158	151	146	144	141	139	138	137
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140	140
Rácio serviço da dívida/exportações											
Base	4	7	8	7	9	8	9	9	8	8	8
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	4	8	9	8	10	9	11	12	12	12	13
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	4	7	8	7	9	8	9	9	8	8	8
B2. Saldo primário	4	7	8	8	9	8	9	9	9	9	9
B3. Exportações	4	12	22	23	27	23	26	26	25	24	24
B4. Outros fluxos 3/	4	7	9	9	10	9	10	10	10	9	9
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	4	7	8	7	8	7	8	8	8	8	8
B6. Combinação de B1-B5	4	11	18	17	20	17	19	19	19	18	18
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	4	7	13	12	13	12	13	12	12	12	11
C2. Catástrofes naturais	4	7	9	8	10	8	10	9	9	9	9
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10	10
Rácio serviço da dívida/receitas											
Base	3	6	8	7	8	7	8	7	7	6	6
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	3	6	8	8	10	9	10	10	10	9	9
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	3	6	8	7	9	7	8	8	7	7	6
B2. Saldo primário	3	6	8	8	9	7	8	8	7	7	6
B3. Exportações	3	6	8	9	10	8	9	8	8	7	7
B4. Outros fluxos 3/	3	6	9	9	10	8	9	8	8	7	7
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	3	7	10	8	10	8	9	9	8	7	7
B6. Combinação de B1-B5	3	6	10	9	10	9	9	9	8	8	7
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	3	6	13	12	12	11	11	10	10	9	8
C2. Catástrofes naturais	3	6	9	8	9	8	8	8	7	7	6
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Limiar	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14	14

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Os valores a negrito indicam a ultrapassagem do limiar.

2/ As variáveis são o crescimento do PIB real, o crescimento do deflator do PIB (em USD), a conta corrente excl. juros em percentagem do PIB e os fluxos não geradores de dívida.

3/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

Tabela 4. São Tomé e Príncipe: Análise de sensibilidade dos principais indicadores da dívida pública, 2020–2030

	Projeções 1/										
	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Rácio VA da dívida/PIB											
Base	78	78	75	72	68	63	57	53	49	47	44
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	78	75	73	70	68	67	66	65	64	64	64
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	78	81	81	78	74	69	64	60	57	54	52
B2. Saldo primário	78	82	82	78	73	67	62	57	53	50	47
B3. Exportações	78	83	88	84	79	74	68	63	59	56	53
B4. Outros fluxos 3/	78	86	90	86	81	76	70	65	61	58	55
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	78	84	78	73	67	61	54	48	43	39	36
B6. Combinação de B1-B5	78	78	76	69	65	60	55	50	46	44	41
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	78	91	86	82	76	71	65	59	55	52	49
C2. Catástrofes naturais	78	89	85	81	76	70	65	60	56	53	50
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Nível de referência da dívida pública	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35	35
Rácio VA da dívida/receitas											
Base	246	312	267	250	235	219	202	186	173	163	153
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	246	303	263	250	244	240	237	234	232	230	228
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	246	322	284	268	254	240	224	210	197	190	181
B2. Saldo primário	246	329	293	272	254	236	217	199	185	174	163
B3. Exportações	246	329	313	293	276	259	240	222	207	197	185
B4. Outros fluxos 3/	246	343	321	300	283	265	246	228	213	202	190
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	246	337	282	259	238	216	193	172	153	139	125
B6. Combinação de B1-B5	246	314	271	243	227	210	193	177	163	154	144
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	246	364	307	284	265	247	227	209	194	183	171
C2. Catástrofes naturais	246	354	300	280	262	245	226	210	195	185	174
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Rácio serviço da dívida/receitas											
Base	67	41	38	32	29	25	19	17	16	15	16
A. Cenários alternativos											
A1. Principais variáveis às médias históricas em 2020-2030 2/	67	39	36	29	26	24	23	23	24	25	26
B. Testes-limite											
B1. Crescimento do PIB real	67	41	41	35	33	30	24	22	21	20	22
B2. Saldo primário	67	41	45	42	34	28	21	19	17	16	17
B3. Exportações	67	41	38	33	30	26	20	18	17	16	17
B4. Outros fluxos 3/	67	41	39	33	30	26	20	18	17	16	17
B5. Depreciação nominal e pontual de 30%	67	39	38	30	30	26	20	18	17	16	17
B6. Combinação de B1-B5	67	39	37	31	28	25	19	17	16	15	16
C. Testes adaptados											
C1. Passivos contingentes combinados	67	41	63	44	35	29	21	19	17	16	17
C2. Catástrofes naturais	67	41	56	41	35	29	22	20	19	17	18
C3. Preços das matérias-primas	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
C4. Financiamento de mercado	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Fontes: Autoridades nacionais e estimativas e projeções do corpo técnico.

1/ Os valores a negrito indicam a ultrapassagem do parâmetro de referência.

2/ As variáveis são o crescimento do PIB real, o deflator do PIB e o déficit primário em percentagem do PIB.

3/ Inclui as transferências oficiais e privadas e o IDE.

Declaração do Representante do Corpo Técnico sobre a República Democrática de São Tomé e Príncipe 26 de fevereiro de 2021

A presente declaração contém informações atualizadas sobre o ponto de situação das ações prévias e garantias de financiamento, bem como novos desenvolvimentos desde a emissão do relatório do corpo técnico; ela não altera o teor da avaliação do corpo técnico.

Ações prévias sobre transparência fiscal e sobre o orçamento de 2021

1. A ação prévia sobre a publicação dos contratos públicos, avisos de adjudicação e validação *ex post* dos relatórios de execução dos contratos foi cumprida. Em 25 de janeiro de 2021, o conjunto completo de informações requeridas no contexto das ações prévias foi disponibilizado no sítio Web do Ministério das Finanças¹. As autoridades continuaram também a publicar os relatórios mensais de despesas relacionadas com a Covid-19, e já estão disponíveis os relatórios até dezembro de 2020.

2. A ação prévia sobre o orçamento de 2021 foi cumprida. O saldo primário interno no âmbito do orçamento de 2021, aprovado pela Assembleia Nacional, é compatível com a meta do programa, o que assegura a boa implementação do programa em 2021. Contudo, o orçamento contém algumas reafetações de despesas, nomeadamente uma elevação dos gastos com pessoal (de 0,3% do PIB) e uma redução das afetações de emergência para despesas relacionadas à Covid-19 financiadas com recursos internos (por um montante equivalente). Segundo as autoridades, o aumento dos gastos com pessoal foi motivado pela necessidade de novas contratações nos setores da saúde e da educação, em parte para fazer face às exigências mais permanentes ligadas à pandemia (por ex., em termos de funcionários e distanciamento social nas novas escolas). As autoridades não esperam que as reduções nas despesas relacionadas à Covid-19 levem à diminuição dos gastos em prol dos pobres, nem comprometam a consecução do limite mínimo indicativo desses gastos no âmbito do programa. O aumento dos gastos com pessoal pode exigir novas medidas de política económica para cumprir o compromisso das autoridades no contexto do MPEF de reduzir gradualmente a massa salarial do setor público para perto de 10% do PIB até 2023. O corpo técnico continuará a acompanhar a evolução desses gastos durante o período restante do programa.

Garantias de financiamento

3. Angola e Guiné Equatorial, dois países com os quais São Tomé e Príncipe tem atrasados de pagamentos externos, deram o seu consentimento para a conclusão da Segunda Avaliação do Acordo ECF.

¹ <https://www.financas.gov.st/index.php/publicacoes/documentos/category/195-dezembro>.

Dados atualizados sobre novos desenvolvimentos

4. As autoridades informaram ao corpo técnico que os resultados preliminares do final de dezembro indicam bons progressos na consecução das principais metas do programa para o final do ano, relativamente à próxima avaliação. Especificamente, estimam que o déficit primário interno seja de cerca de 4% do PIB em 2020 (face à meta do programa de 6,3% do PIB) e que as reservas internacionais no final de dezembro ascendam a 37 milhões de USD (face ao mínimo de 25 milhões de USD definido no programa). Em fevereiro, as autoridades divulgaram estimativas preliminares do PIB de 2020 que apontam um crescimento positivo do PIB real. O corpo técnico verificará estas e outras informações relativas à próxima avaliação do programa.

**Declaração dos Srs. Aivo Andrianarivelo, Administrador para a República Democrática de São Tomé e Príncipe, e Kelvio Carvalho da Silveira, Conselheiro do Administrador, sobre a República Democrática de São Tomé e Príncipe
26 de fevereiro de 2021**

Introdução

1. Em nome das autoridades de São Tomé e Príncipe (STP), agradecemos à Direção-Geral e ao corpo técnico do FMI pela sua dedicação e apoio incondicional a STP durante estes tempos difíceis. As autoridades concordam com o teor geral da avaliação da economia e as recomendações sobre políticas para o próximo período emitidas pelo corpo técnico. Cientes dos desafios que têm pela frente, muitos dos quais foram exacerbados pela pandemia da Covid-19, as autoridades reafirmam o seu compromisso para com os objetivos gerais do programa que visam assegurar a estabilidade macroeconómica e promover o crescimento inclusivo. Por conseguinte, solicitam o apoio do Conselho de Administração para a conclusão da segunda avaliação ao abrigo da Facilidade de Crédito Alargado (ECF, na sigla em inglês) e a aprovação da dispensa do cumprimento do critério de desempenho.

Desenvolvimentos recentes

2. Apesar do sucesso inicial durante a primeira onda da pandemia, subsistem muitos desafios numa fase em que o país enfrenta uma segunda onda que teve início em janeiro de 2021. O forte aumento recente no número de novos casos diários de Covid-19 levou o governo a prorrogar o Estado de Calamidade até 15 de fevereiro de 2021 para a ilha de São Tomé. O Estado de Emergência foi também restabelecido na ilha do Príncipe e prorrogado até 20 de fevereiro de 2021. Estas ordens foram complementadas por novas medidas de prevenção e contenção. À data de 23 de fevereiro de 2021, o país tinha registado um total de 1655 casos, incluindo 1271 recuperados e 26 mortes. O Banco Mundial apoiará o plano de vacinação contra a Covid-19 e prestará auxílio na aquisição e distribuição das vacinas em linha com a Covax, a iniciativa global para a distribuição de vacinas contra a Covid-19. A primeira fase de vacinação abrangerá 20% da população e está prevista para começar em abril de 2021.

3. As autoridades calculam que o PIB real deverá cair para -6,5% em 2020, face a 1,3% em 2019, devido às perturbações nos setores do turismo e serviços, bem como nas cadeias de abastecimento globais, e aos atrasos nos projetos com financiamento externo. Embora o pacote de medidas fiscais introduzido em 2019 tenha melhorado as receitas fiscais mais do que previsto inicialmente, não foi suficiente para compensar a subida dos gastos e dos salários relacionados com a Covid-19, que continuam a exercer uma pressão considerável sobre as finanças públicas e a dívida, que já se encontrava em níveis elevados. Por conseguinte, o défice orçamental deverá aumentar de 1,8% do PIB em 2019 para cerca de 4% no final de 2020. A inflação também subiu para cerca de 10% em 2020 e deverá diminuir

gradualmente ao longo do tempo. Além disso, prevê-se que o défice de conta corrente expanda para 17,5% em 2020, sobretudo devido à menor procura interna e à quebra nas remessas. O crescimento do crédito ao setor privado também abrandou durante o período.

Perspetivas

4. A recuperação económica está em curso, mas os riscos são muitos. Em linha com as estimativas do corpo técnico do FMI, as autoridades calculam que o crescimento do PIB real deverá recuperar para 3% em 2021 e fixar-se em torno de 4,5% a médio prazo com o retomar das atividades turísticas e a materialização dos projetos de infraestruturas. Contudo, as autoridades estão cientes dos riscos decorrentes de atrasos na vacinação, uma pandemia mais prolongada, dificuldades em controlar o novo surto do vírus, assim como contratempos no ajustamento orçamental e nas reformas do setor energético. Não obstante estas incertezas, as autoridades reafirmaram o seu compromisso em implementar, de forma firme, a agenda de reformas prevista ao abrigo do programa e em tomar medidas adicionais em caso de materialização dos riscos descendentes.

Desempenho ao abrigo da ECF

5. Embora as condições globais continuem a ser difíceis, a implementação do programa ao abrigo da ECF registou progressos em 2020. Todos os critérios de desempenho e metas indicativas (MI) para o fim de junho de 2020 foram cumpridas, exceto aquelas que dizem respeito ao saldo primário interno e ao piso das receitas, devido, principalmente ao facto de terem sido estabelecidas antes da pandemia. Os dados preliminares indicam que os critérios de desempenho para o fim de dezembro de 2020 serão cumpridos, com as autoridades a preverem que a meta para o défice primário interno seja suplantada. As autoridades reconhecem que os progressos relativos aos indicadores de referência estruturais têm sido algo limitados e realçam que as perturbações provocadas pela Covid-19 e as limitações em termos de capacidade prejudicaram a implementação do sistema informático para o IVA e as reformas da EMAE. Ainda assim, conseguiram manter os preços dos combustíveis inalterados para apoiar os esforços do lado da receita e publicaram os relatórios de despesa da Covid-19 e os contratos públicos, incluindo informações sobre os beneficiários efetivos, embora com atraso devido a dificuldades operacionais. Além disso, já foi concluído o projeto da Lei Orgânica do Banco Central, que deverá ser submetido à Assembleia Nacional em fevereiro de 2021, enquanto também foram feitos progressos com vista à finalização da Lei das Instituições Financeiras.

Resposta de políticas para 2021 e anos seguintes

Política orçamental

6. No curto prazo, a prioridade das autoridades continua a ser atenuar o impacto social e económico da pandemia, retomar gradualmente a consolidação orçamental e lançar as

bases para uma recuperação rápida, sem perder de vista a sustentabilidade macroeconómica e da dívida a médio prazo.

7. Foram tomadas medidas contundentes para atingir as metas orçamentais de 2020. Os dados preliminares indicam que o défice primário interno situar-se-á em 4% do PIB, aproximadamente 2,3% menos do que a meta do programa. Este resultado decorre das consideráveis receitas inesperadas resultantes das medidas fiscais introduzidas em 2019, a maioria das quais são permanentes, assim como dos esforços de racionalização da despesa. Embora a manutenção da disciplina orçamental tenha permanecido uma prioridade, foi necessário tomar medidas para acomodar a despesa associada com as promoções dos militares há muito esperadas e a contratação de pessoal para os setores da saúde e educação para apoiar os esforços de mitigação. Para atingir as metas de 2021, a Assembleia Nacional aprovou, em 14 de janeiro, o orçamento de 2021 com um défice primário interno de 3,9% do PIB. Do lado das receitas, as autoridades esperam que as receitas excedam os objetivos devido à contribuição solidária, à implementação do IVA a partir de meados de julho de 2021 e às políticas fiscais introduzidas em 2019 para apoiar a mobilização de receitas internas. Os preços dos combustíveis nas bombas continuarão inalterados a fim de reduzir a dívida resultante dos subsídios a esses produtos. Estes esforços serão complementados por donativos e empréstimos concessionais dos parceiros de desenvolvimento, incluindo Banco Mundial, União Europeia e Banco Africano de Desenvolvimento. Por outro lado, continuará a ser exercido controlo sobre as despesas. Apesar de as autoridades permanecerem firmemente empenhadas em reduzir, de forma gradual, a massa salarial para perto de 10% do PIB até 2023, continuam a enfrentar uma tensão social crescente dos funcionários públicos que reivindicam aumentos salariais atendendo à gravidade da crise. Ao mesmo tempo, as despesas relacionadas com a Covid-19 serão suprimidas, quando as condições o permitirem. Contudo, no curto prazo, estas despesas deverão continuar a ser realizadas para satisfazer as necessidades dos setores da saúde e educação durante a pandemia, embora com alguma realocação da despesa. Além disso, as despesas em prol dos pobres serão mantidas em linha com o programa.

8. Relativamente à transparência, o governo reitera o seu compromisso em continuar a publicar informações sobre os contratos públicos e as despesas relativas à Covid-19 numa base mensal. As autoridades reconhecem que a inexistência de um sistema integrado e outras limitações operacionais em matéria de recolha e tratamento das informações resultaram em atrasos na publicação dos contratos. A este respeito, o Banco Mundial está a prestar assistência técnica para reforçar a gestão e a transparência do sistema de compras públicas do país e o Ministério das Finanças também publicou um despacho executivo a exigir a todas as agências que fazem despesa que partilhem as informações dos contratos com o Gabinete de Coordenação e Seguimento do Sistema de Licitações (COSSIL) antes do Tesouro aprovar o pagamento das despesas.

9. A médio prazo, serão tomadas medidas para i) monitorizar e recuperar, de forma afincada, os pagamentos de impostos junto dos grandes contribuintes; ii) reduzir a massa

salarial limitando as novas contratações e suspendendo os ajustamentos indexados à inflação; iii) manter as transferências constantes em termos nominais; e iv) reforçar a administração tributária e a gestão das finanças públicas em linha com as recomendações do FMI.

10. As autoridades tomaram nota da última Análise da Sustentabilidade da Dívida que indica que a dívida externa é sustentável, não obstante a notação de sobre-endividamento e a deterioração da capacidade de endividamento do país. Reconhecem a importância de acelerar as reformas do setor energético e prosseguir a consolidação orçamental para preservar a sustentabilidade da dívida. Além disso, continuam empenhadas em realizar uma gestão prudente da dívida e prosseguir os contactos com todos os credores, de uma forma aberta e transparente, com vista à regularização dos atrasados e à reestruturação da dívida pendente. Além disso, solicitaram uma extensão da Iniciativa de Suspensão do Serviço da Dívida do G-20 à luz da pressão constante sobre a liquidez.

Políticas monetária e cambial

11. A coordenação eficaz entre as políticas orçamental e monetária continua a ser essencial para atenuar o impacto da crise, reforçar as margens de proteção das reservas internacionais e salvaguardar a paridade fixa com o euro. O BCSTP continuará a monitorizar de perto a liquidez do sistema bancário para impedir tensões de liquidez e está pronto para adotar uma política monetária mais restritiva a fim de proteger o regime de paridade cambial. Os esforços para fortalecer o quadro de política monetária a fim de melhorar as operações de gestão da liquidez progridem também com o apoio da assistência técnica do FMI, e está a ser desenvolvido um plano para reduzir gradualmente a liquidez em excesso. Além disso, para uma melhor coordenação entre as autoridades de política orçamental e monetária, foram retomadas as reuniões do Comité de Dívida Pública e estão em curso trabalhos para divulgar regularmente o calendário anual de emissões de bilhetes do Tesouro, em linha com as previsões de tesouraria e os planos de endividamento. As autoridades estão determinadas em prosseguir a implementação das recomendações da avaliação de salvaguardas a fim de reforçar a independência e transparência do Banco Central de São Tomé e Príncipe. A este respeito, os projetos da Lei Orgânica e da Lei das Instituições Financeiras serão submetidos à Assembleia Nacional em fevereiro e março de 2021, respetivamente, para assegurar que o país adere às melhores práticas internacionais.

Setor financeiro

12. O BCSTP introduziu várias medidas para prevenir dificuldades de liquidez e assegurar a resiliência do setor financeiro à luz das vulnerabilidades causadas pela Covid-19. Neste sentido, foi criada, com a assistência do Banco Africano de Desenvolvimento, uma linha de crédito para apoiar as pequenas e médias empresas (PME) nos setores afetados pela pandemia de forma desproporcionada. Embora o setor bancário continue relativamente bem capitalizado, a qualidade dos ativos deteriorou-se com o aumento do crédito malparado. Contudo, foram enviados esforços para implementar as principais recomendações da

avaliação da qualidade dos ativos do setor bancário, incluindo as recomendações relativas ao sistema de classificação do crédito e às recapitalizações.

13. O BCSTP concorda com a necessidade de acelerar a resolução do crédito malparado. Para este efeito, o BCSTP deverá finalizar nos próximos meses um regulamento para que os bancos possam sanear de forma mais rápida e eficiente o crédito em incumprimento. O processo judicial de execuções fiscais foi reforçado e foram realizados progressos com vista à criação de um tribunal arbitral para a resolução extrajudicial de litígios até junho de 2021. Relativamente aos dois bancos falidos – Banco Equador e Banco Privado – as perturbações relacionadas com a pandemia provocaram atrasos na resolução dos mesmos. Assim, as autoridades planeiam entregar os restantes ativos de ambos os bancos ao sistema judicial nos próximos meses, em especial se as tentativas para atrair investidores não forem bem-sucedidas. Além disso, o BCSTP também colocou outro pequeno banco sobre administração temporária devido às dificuldades de liquidez causadas pela pandemia, até que seja concluída uma avaliação completa e seja tomada uma decisão relativa ao futuro do banco.

Reformas estruturais

14. As autoridades reconhecem que a continuação das reformas estruturais, conforme previsto no seu Plano Nacional para o Desenvolvimento Sustentável 2020–2024, é essencial para aproveitar todo o potencial de crescimento, aumentar a competitividade, eliminar os entraves à criação de emprego e ao investimento, assim como para reforçar a resiliência a choques. Importantes projetos de infraestruturas deverão materializar-se em 2021, incluindo a modernização do aeroporto, a construção de habitação social e a reabilitação de 27 km de estradas. Além disso, estão a ser dados passos firmes com vista à melhoria da infraestrutura e regulamentação do setor financeiro. A este respeito, está a ser desenvolvido o quadro jurídico para a criação de uma central de garantias a fim de facilitar o acesso das PME a financiamento e o novo sistema de pagamentos para cartões de crédito internacionais deverá estar operacional em fevereiro de 2021. Com o apoio dos parceiros de desenvolvimento, estão em curso várias iniciativas para aplicar leis em matéria de igualdade de género e reduzir a disparidade de género, melhorar a capacidade e a resiliência às alterações climáticas, assim como para corrigir as ineficiências no direito do trabalho e no sistema judicial. Estão também a ser desenvolvidos esforços para acelerar o plano para retirar o país da Lista de Segurança Aérea da União Europeia até março de 2021.

15. As autoridades concordam com o corpo técnico do FMI sobre a importância crucial de se proceder à reforma da EMAE e do setor energético para assegurar a sustentabilidade da dívida pública, em linha com o Plano de Produção de Energia ao Menor Custo e o Plano de Melhoria da Gestão. Tendo em conta os poucos progressos, as autoridades tomarão medidas decisivas para implementar as reformas necessárias a fim de conter os riscos orçamentais. O recentemente criado comité de pilotagem presidido pelo Primeiro-Ministro será útil nesta matéria.

16. A capacitação prestada pelos parceiros tem sido instrumental para ajudar o país a fazer avançar a sua agenda de reformas. Apesar de estar grato pelo compromisso contínuo do FMI, o Governo gostaria de reiterar o seu forte interesse na reabertura do escritório do representante residente em São Tomé para ajudar a aprofundar o diálogo e apoiar a implementação do programa.

Conclusão

17. Não obstante os tremendos desafios de políticas que o país tem pela frente, as autoridades reiteram o seu forte compromisso para com a implementação do programa apoiado pela ECF. O empenho permanente do FMI será um catalisador importante para outros mutuantes, ao mesmo tempo que constituirá uma âncora para as reformas que visam atenuar o impacto da pandemia, salvaguardar a estabilidade macroeconómica e apoiar uma rápida recuperação.

18. Face ao acima exposto, as autoridades solicitam que o Conselho de Administração apoie a conclusão da segunda avaliação ao abrigo da ECF e aprove a dispensa do cumprimento do critério de desempenho. Além disso, solicitam igualmente uma extensão de um ano da aprovação temporária para a retenção das medidas que resultam em restrições cambiais e práticas de taxas de câmbio múltiplas sujeitas à jurisdição do FMI ao abrigo da alínea a) da Secção 2 e da Secção 3 do Artigo VIII.